

LIJEANE CRISTINA PEREIRA SANTOS

**DA PSICOLOGIA JURÍDICA AO DIÁLOGO ENTRE DIREITO E
PSICANÁLISE: A NECESSÁRIA RELEITURA DE UMA DISCIPLINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

CURITIBA

2009

**DA PSICOLOGIA JURÍDICA AO DIÁLOGO ENTRE DIREITO E
PSICANÁLISE: A NECESSÁRIA RELEITURA DE UMA DISCIPLINA.**

por

Lijeane Cristina Pereira Santos

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito, Área de Direito das Relações Sociais, do Setor de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Paraná, por banca composta pelos professores:

Membro da banca examinadora: _____

Professor Orientador

Prof. Dr. Titular Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Universidade Federal do Paraná

Membro da banca examinadora: _____

Profa. Dra. Jeanine Nicolazzi Philippi

Universidade Federal de Santa Catarina

Membro da banca examinadora: _____

Prof. Dr. Luiz Edson Fachin

Universidade Federal do Paraná

Curitiba, de de 2009

Há uma cadeia hereditária nos nossos desejos e com olhos nela é que dedico este trabalho. Para meu querido pai, que com sua humildade quis ingressar em um mestrado e escrever uma dissertação, mas nós, seus sete filhos, trouxemos a necessidade de muito trabalho clínico na medicina. Para você, meu pai, um cientista da prática médica, com todo o amor do mundo e com a certeza de que a conclusão deste meu desejo também é a realização do seu. Divido com você este nosso sonho.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos aqueles que deram um pouco de si para a elaboração deste trabalho:

Primeiramente, à Faculdade Santa Cruz e para os alunos que dedicaram uma parte de seu tempo para ouvir atentamente (ou nem tanto) as aulas de Psicologia Jurídica. Com eles constatei na prática a validade da frase: “Lecionar é, antes de tudo, aprender”.

Aos colegas e professores do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, já com saudades das calorosas discussões intelectuais.

Aos membros do Núcleo de Direito e Psicanálise, e à Associação Psicanalítica de Curitiba, pelos ensinamentos psicanalíticos e pela orientação na possibilidade de se estabelecer uma aproximação entre Direito e Psicanálise.

Agradeço, imensamente, meu eterno professor, amigo, sócio e orientador Prof. Dr. Titular Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, exemplo de ética e dedicação para com o ensino jurídico. “Muitos obrigados” são, para o caso, “poucos”.

Aos meus queridos sócios Horácio Nelson de Miranda Coutinho, sempre disposto a ajudar; Cristina Leitão Teixeira de Freitas, pela amizade e pela paciência de me ouvir, mesmo em dias muito ocupados; Edward Rocha de Carvalho, pelos comentários e discussões em meio à correria da advocacia e pela revisão das primeiras 50 folhas. Está aí o significado do que nos disseram no primeiro dia de trabalho: “façam do escritório sua segunda casa”. Na Alberto Folloni, 1400, me sinto em casa. Agradeço, também, a toda nossa equipe de trabalho (Débora, Bruno, Teco, Wagner, Paulo e Mariana) e, em especial para Gislene Assalin, amiga secretagiária e Dona Isabel, pelo sempre acolhedor sorriso – e pelo melhor café da cidade, é claro.

Aos amigos que são poucos, mas muito significativos: Fabiana Galera Severo, Lilian Resende Castanho, Fernanda Matzenbacher, Helen Hartmann, Jefferson Ramos Marques, Julhi Meire Bonespírito.

Agradeço, também, por ter encontrado na vida irmãos de coração. Obrigado, minha amada irmã Gisele Ricobom. É sempre bom poder saber que você está por perto.

À minha grande família: meus irmãos, sobrinhos, avós, tios, cunhados, primos e para outras duas mães a quem também dedico o amor que aprendi com meus pais: Vera Haas e Celeste Cretella. A todos agradeço pela paciência de suportarem eu falar de

Direito e da minha dissertação e ainda por me ajudarem a encarar a difícil tarefa de ser, ao mesmo tempo, mãe de duas lindas meninas, advogada e mestrandia.

Tenho uma dívida simbólica impagável com os meus pais. Além de serem os primeiros responsáveis pela minha formação sempre estão lá para me ajudar. Não precisa nem pedir. Meu pai pela eterna disposição em querer bem nossa família. Minha mãe, “melhor amiga”, companheira na Psicanálise. Obrigado, de verdade.

Por fim, sei que exagerei na dedicação com este meu trabalho. Então, só posso dizer para minha pequena família que quero repor, um pouco, a falta que eu fiz e continuar exercitando, com vocês, o respeito às pequenas diferenças que desejo, sempre, serem pontos de atração e não de afastamento. Muito Obrigado, Max Junior, Mayara Julia e Mauryn Jazz.

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	3
Capítulo 1. Ensino, reforma e multidisciplinaridade.	7
1.1 Ensino e disciplinas propedêuticas nas Faculdades de Direito.	7
1.2 Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.	13
1.3 Reformas curriculares no Brasil do século XIX e meados do século XX.	23
1.4 A construção de um currículo crítico pelas reformas legislativas após os anos 60.	30
1.5 Quadro legislativo atual: Portaria MEC nº 1.886/94, Lei nº 9.394/96 e Resolução nº 09/2004, do CNE.	36
Capítulo 2. Aplicação da Resolução nº 09/2004, do CNE.	41
2.1. A complexidade da própria psicologia.	41
2.2. Psicologia jurídica: variantes nas formas de leitura.	49
2.3. Para entender a Psicanálise: síntese de alguns conceitos freudianos fundamentais.	55
2.4. Relendo e complementando a Psicanálise com Jacques Lacan.	64
Capítulo 3. Psicologia jurídica: releitura a partir da psicanálise.	76
3.1. Direito e Psicanálise: diálogo necessário.	76
3.2. A prática da reforma curricular. Diluir os conteúdos ou criar uma disciplina?	84
3.3. O Direito, a lei e a justiça: aportes psicanalíticos para a propedêutica.	87
3.4. Significante, significado e interpretação.	96
3.5. Psicologia jurídica relida pela psicanálise no Direito de Família: exemplo de aplicação na dogmática.	102
CONCLUSÃO	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXO	125

RESUMO

Sustenta-se, no presente trabalho, que a disciplina denominada psicologia jurídica deve passar por uma reformulação que tome em conta o diálogo entre o Direito e a Psicanálise, mormente após a Resolução nº 09/2004, do Conselho Nacional de Educação, que inseriu nas diretrizes curriculares obrigatórias das Faculdades de Direito os conteúdos de psicologia. Ademais, a leitura tradicional de tal disciplina, bem como do próprio Direito (pelo positivismo e jusnaturalismo) ignora a complexidade epistêmica e a necessidade de se trabalhar o ensino jurídico com interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. A psicanálise freudiana e lacaniana, neste sentido, tem muito a contribuir, pois além de sustentar que não há absolutismo na verdade – mas sim parcialidade –, demonstra que também a razão não é absoluta, demarcando uma outra cena nos discursos: a do inconsciente. Não considerar a existência do inconsciente e de um sujeito discursivo que também é por ele determinado, pode significar dificuldades incontornáveis na determinação dos conceitos do Direito, de Lei e de Justiça, bem como na interpretação dos textos legais. Afinal, o Direito é marcado pelo conceito psicanalítico de gozo. A lei, como referência, é necessária para que as pulsões sejam organizadas. A interpretação dos enunciados legais somente é adequada quando considera que o significante, por si, não traz qualquer significado e que o encadeamento, responsável por extraí-lo, deve levar em conta os três campos da linguagem: real, simbólico e imaginário. A justiça, por sua vez, está ligada à ética enquanto assunção de responsabilidade pelas manifestações do desejo do sujeito e, conseqüentemente, do destino de suas pulsões. Por fim, como exemplo de aplicação da proposta acima também nas disciplinas dogmáticas, apresenta-se uma leitura do Direito de Família onde predomina, dentro da comunidade que primeiro participa da constituição do sujeito, o respeito pelas diferenças.

ABSTRACT

This paper sustains that the discipline named as Legal Psychology should undergo a reformulation which takes into account the dialog between Law and Psychoanalysis, chiefly after the Resolution n° 09/2004 of the National Council of Education, which introduced contents of Psychology in the mandatory curriculum guidelines of the Faculty of Law. Furthermore, the traditional perusal of such discipline, as well as Law as such (by positivism and natural law) ignores the epistemic complexity and the necessity to work on the judicial tutoring alongside with intedisciplinarity and transdisciplinarity. The Freudian and Lacanian Psychoanalysis, in this sense, has much to contribute, once besides sustaining that there is in fact no absolutism, and instead partiality, it demonstrates that reason is also not absolute, demarcating another scene in the discourses, that of the unconsciousness. Not considering the unconsciousness existence and that of a discourse subject, also determined by it, may lead to unavoidable difficulties for the Law and the Justice concepts determination, as well as for the interpretation of legal texts. After all, Law is marked by the psychoanalytical concept of enjoyment. The Law, as reference, is necessary for all drives to be considered. The legal enunciation interpretation is solely adequate when considering that the signifier as such does not carry with itself any signification and that the chaining, responsible for extracting it, must take into consideration the three fields of language: the real, symbolic and imaginary ones. The justice, on the other hand, is connected to the ethics, as assumption of responsibility, by the subject's desires manifestations and, consequently, to the destiny of its drives. Finally, as an example of the above proposal application in the dogmatic disciplines, a reading of Family Law is introduced, where respect for the differences prevails, this within a community where the first participates in the subject's constitution.

“A verdade, com efeito, parece mesmo ser-nos estranha – refiro-me à nossa própria verdade. Ela está conosco, sem dúvida, mas sem que nos concirna a um ponto tal que admitamos dizê-lo”.

Jacques Lacan

INTRODUÇÃO

Um começo poderia ser com qualquer pensador que sustente que não há apenas um caminho e que um começo é só um começo, como poderia ser tantos outros. Se não há apenas uma escolha há, isto sim, necessidade de uma escolha. Dentre os filósofos, sociólogos, historicistas, ou dentre os diversos ramos da psicologia (behavioristas, gestaltistas), a escolha do marco teórico do presente trabalho se deu nos caminhos da psicanálise, principalmente, com Sigmund Freud e Jacques Lacan.

Em tais caminhos, nem sempre seguros, unir o Direito à Psicanálise e extrair daí um diálogo que possa fundamentar uma nova leitura da disciplina denominada Psicologia Jurídica, ou que, talvez, tente dar embasamento teórico para que as disciplinas já existentes nos currículos das Faculdades de Direito tenham incluídos, nelas, conteúdos de psicologia, não é tarefa simples. Afinal, dois discursos diferentes devem ser cruzados na medida da sua diferença, respeitando os pontos de possíveis interseções e descartando outros, onde não há tal possibilidade.

Trazer à tona a discussão da releitura dos conceitos da Psicologia aplicada no Direito é atrelar ao trabalho a necessidade de se avaliar, primeiro, o ensino jurídico e as diferentes formas de se conceber um currículo, mormente quando se pode notar no tradicional ensino do Direito ênfase na dogmática positivista, que descarta a possibilidade de leitura multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. O Direito não é e não pode ser um saber isolado, pela própria natureza de seu objeto: múltiplo, complexo e histórico.

Desta forma, sem antes visualizar o conceito de complexidade do objeto epistêmico e as leituras multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, analisar-se-á primeiramente o ensino jurídico de acordo com os currículos que vêm sendo adotados

nas Faculdades de Direito desde sua criação em São Paulo e em Olinda (realocada, posteriormente, em Recife), quando os manuais deveriam ser cancelados pela coroa portuguesa, passando pela adoção dos currículos plenos e culminando com a reforma trazida pela conjugação da Lei das Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96), com a Portaria nº 1.886/94, do Ministério da Educação e a Resolução nº 09/2004, do Conselho Nacional da Educação, onde há a apresentação de diretrizes curriculares a serem seguidas pelas instituições.

Este histórico permitirá constatar a forma como restou, com as atuais legislações, expressamente determinado que os conteúdos devem ser ministrados sob a ótica da interdisciplinaridade, bem como se demarcou a necessidade de inserir, obrigatoriamente, conteúdos da psicologia nas Faculdades de Direito.

Após a investigação inicial sobre o ensino jurídico e as formas de relação entre as disciplinas e a determinação contida nas legislações sobre os currículos das Faculdades de Direito, há uma preocupação em situar a psicologia como ciência autônoma, separando-a da medicina, realizando, neste propósito, um breve histórico sobre as diversas formas de se entender a psicologia.

O Direito já se utiliza dos conteúdos da psicologia. Todavia, carece de elementos técnicos dela que possam questionar o fenômeno jurídico e a estrutura dos seus enunciados, mormente no que condiz com os conceitos trazidos pela Psicanálise.

Os conteúdos de Psicologia a serem estudados, como obrigatórios, nas Faculdades de Direito podem ser definidos pela possibilidade de aplicação dos conceitos psicanalíticos ao estudo do Direito. A Psicanálise pode ajudar a compreender o fenômeno jurídico e a estruturas de seus enunciados, além de melhor interpretá-los, tendo em vista ser o Direito um discurso que deve ter por premissa barrar o excesso de gozo do ser humano e a psicanálise, por seu lado, estudiosa das formas e dos sujeitos dos discursos, sujeito que é, por essência, pulsional e desejante.

Para tanto, far-se-á uma pequena introdução do leitor nos conceitos psicanalíticos fundamentais, primeiro com o “pai” da Psicanálise, Sigmund Freud, com o conceito de inconsciente, pulsão, Complexo de Édipo e recalque, para depois, com um dos freudianos mais importantes, Jacques Lacan, chegar-se ao estudo dos significantes e significados; metáforas e metonímias; da organização do inconsciente como linguagem pelos campos do real, simbólico e imaginário; e Outro.

A releitura da disciplina denominada psicologia jurídica com o olhar da psicanálise e a inclusão dela no ensino do Direito, ou de seus conteúdos, através da

alteração curricular proposta pela Resolução 09/2004-CNE, promove o que se está buscando entre docentes sérios e discentes interessados: a transmissão de um raciocínio crítico, onde não mais se aceitam verdades prontas e acabadas. Porque, afinal, no mundo da velocidade, as verdades ditas prontas e acabadas esfacelam-se em segundos, basta que, por exemplo, descubra-se algo como o DNA, ou mesmo se noticie o nascimento de uma ovelha chamada Dolly ou a finitude do Universo.

Da mesma forma, sustentar que para o profissional do direito basta saber citar todas as leis e subsumi-las ao fato concreto é a verdadeira falácia do raciocínio jurídico. A formação de profissionais está no fundamento das matérias dogmáticas e na crítica trazida pelas disciplinas propedêuticas.

Desta forma, sustentar-se-á que a Psicologia Jurídica deve ser relida pelo diálogo entre o Direito e a Psicanálise, razão porque se apontará, na terceira parte do trabalho, as formas como tratam do tema os autores nacionais e internacionais, buscando-se novas possibilidades para o enfrentamento de antigos problemas do Direito. Talvez o maior deles seja ignorar a existência do inconsciente e sustentar que somente a partir de uma racionalidade (pura ou quase neutra, como a dos positivistas) exclusivamente oriunda da consciência é que serão dadas as melhores e mais perfeitas respostas. O “mundo melhor”, “a solução de todos os problemas”, a “segurança jurídica”, a “confiança no poder do Estado”, surgiriam, então, tal como um príncipe em um cavalo branco. Um ideal de todo falso, como se pode facilmente concluir. Afinal, cedo se aprende que o ideal “felizes para sempre” não passa de fantasia de histórias infantis.

Hoje é praticamente impossível, para aqueles que se preocupam com o ensino da teoria do Direito de forma crítica separar a lei, o Direito e a justiça das explicações que traz a Psicanálise sobre a constituição dos sujeitos individualmente e em relação ao grupo. É necessário, assim, se estabelecer um diálogo, principalmente no que consiste com a maneira pela qual pode a psicanálise ajudar na leitura do Direito, demonstrando que há, sim, uma falta, que não pode ser de todo recoberta e que faltará, pelo menos um pouco, algumas das perfeitas e otimistas respostas, não significando, em absoluto, a morte da razão e/ou da responsabilidade do sujeito pelo seu desejo.

A proposta passa a ser, então, demonstrar que os conceitos de Direito, lei e justiça podem ser relidos através de aportes psicanalíticos na propedêutica. O Direito estudando a repartição, distribuição e fruição do gozo. As leis, atentas aos conceitos de desejo e de gozo, cientes seus elaboradores, intérpretes e destinatários de que não há como coibir tudo, mas que, também, algo deve ser limitado para possibilitar a própria

constituição saudável do sujeito individualmente e em sociedade. E a Justiça como ética da responsabilidade do sujeito pelo seu desejo. A justiça seria, então, a diminuição da sujeição para a ascensão da responsabilidade; a possibilidade concreta de se questionar as verdades, ao invés de simplesmente aceitá-las; a transformação de um discurso imposto para um discurso construído por subjetividades respeitadas.

A partir daí a interpretação passa a ter outro valor, seja em relação aos elementos dos enunciados jurídicos, significantes (que nada representam, salvo se encadeados, sendo o significado extraído deste encadeamento), ou mesmo dos limites da interpretação extraídos dos campos lacanianos do real, simbólico e imaginário. A interpretação, assim, não prescinde de qualquer dos três registros, havendo um ponto de basta que é dado entre aquilo que é possível dizer, como fato, simbolizável; aquilo que se não pode dizer, como impossível (equívoco, campo da verdade); e o conhecimento de um campo do saber (nunca absoluto), refletido no sujeito enquanto imaginário.

A psicologia jurídica, como Direito e Psicanálise, pode ser implantada nas Faculdades de Direito como disciplina autônoma, extraindo seu conteúdo das observações quanto aos conceitos de Direito, lei, justiça e interpretação (o que se sustentará ser adequado pelo preparo específico exigido dos professores e pela ausência de carga horária suficiente nas disciplinas existentes, como também pode ter seus conteúdos diluídos nas disciplinas propedêuticas e dogmáticas.

Por fim, como exemplo de aplicação desta releitura na dogmática, elegeu-se, por afinidade, o Direito Civil, na parte de Direito de Família, tecendo considerações sobre o conceito de família na legislação atual e a importância dos laudos dos serviços multidisciplinares.

As conclusões, diante de tudo o que restará exposto no presente trabalho, serão, ao final, apresentadas, convocando o sujeito a pensar nas respostas dadas e na dificuldade de que sejam responsavelmente concluídas. Ainda, o sujeito saberá que a psicanálise não sustenta qualquer saber em sua forma absoluta e por seu pensamento conseguirá questionar as premissas apresentadas no presente trabalho e, quiçá, propor outras e diferentes conclusões. Cairá, enfim, diante da parcialidade da verdade e assumirá a responsabilidade por sustentar o desejo de construir crítica onde, outrora, era ausente esta possibilidade.

“O que a verdade, quando ela surge, tem de resolutivo, isso pode às vezes ser feliz – e, nos outros casos, desastroso. Não se vê por que a verdade seria sempre forçosamente benéfica”.

Jacques Lacan

Capítulo 1

ENSINO, REFORMA E MULTIDISCIPLINARIDADE

1.1. Ensino e disciplinas propedêuticas nas Faculdades de Direito.

Poder-se-ia dizer que ensinar é uma arte. A arte de fazer escolhas e transmitir disciplinas, currículos, conteúdos e métodos. Esta arte depende de vários fatores que pesam nas escolhas – conscientes e inconscientes – dos professores e das instituições de ensino.

Isto porque o ensino depende – e muito – do interesse daqueles para quem se está transmitindo o conhecimento e do preparo técnico e emocional deles. Porque o mais-além da arte de ensinar está na forma de fomentar a aquisição, percepção, absorção do conhecimento pelos discentes. Já dizia Roberto Lyra Filho¹ que “o estudante autêntico pode ser um bom amigo, mas nunca o escravo da ‘sabedoria’, cuspida em discursos de pseudo-ciências”.

Partindo-se de um sistema de ensino que, ao contrário do dito popular², o aluno aprende através da troca de conhecimentos e não de uma verdade imposta pode-se fazer uma analogia com a psicanálise, que sustenta a constituição do conhecimento do sujeito sobre si e sobre sua estrutura psíquica através de uma verdade construída por ele mesmo no manejo de seus significantes, e não imposta pelos outros com quem convive ou pelo

¹ LYRA FILHO, Roberto. **Por que estudar Direito, hoje?** Brasília: Edições Nair, 1984, p. 09.

² “O professor engana que ensina e o aluno finge que aprende” ou “quem não cola não sai da escola e quem não cola de verdade não sai da faculdade”.

analista. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, sobre a arte de transmitir sem imposições, leciona quanto ao papel dos professores³:

“O professor, pelo papel que desempenha é, sem dúvida, um dos mais importantes objetos de identificação. Em geral, sabe disso. Não sabe, todavia – e os números seriam estonteantes se pudessem ser computados – que seu agir é marcado pela sublimação, a maneira mais ‘nobre’ (ou menos danosa?) de produzir giros linguísticos na fala do Outro. É por isso que não diz o que quer; diz o que consegue dizer, e já é uma grande coisa. Não é por outro motivo que nunca diz Tudo; e não encontra a verdade Toda para dizer. Não forma, portanto; (de)forma; ou, em outras palavras, forma sobre uma verdade outra e, nesse sentido, quanto menos impuser sua verdade, melhor. Por sinal, se é algo que não tem é ela, a verdade, razão por que a não transmite. Tem, sim, a sua verdade (que a Verdade não é) e, desde essa visão, o que pode fazer de menos pior é indicar ‘um’ caminho e, por ele (fixado como limite a ser transposto), forçar os alunos a encontrarem ‘um’ para eles mesmos”.

A psicanálise⁴, marco teórico do presente trabalho, pode ser tomada pelo Direito como condição de possibilidade de uma normatividade que reflete, sobretudo, os anseios sociais⁵, justamente porque está fechada a imposições de verdade por quem quer que seja sem questioná-las⁶. O questionamento permite a crítica, a crítica permite

³ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sonhocídio: estragos neoliberais no ensino do direito ou “La búsqueda del banquete perdido”, como diria Enrique Marí. In: GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos (organizador). **Lições de Cidadania**. Brasília, OAB, 2003, p. 47-48.

⁴ A psicanálise é uma opção teórica que não inviabiliza ou invalida outras opções já tomadas pela teoria crítica do Direito. Antonio Carlos Wolkmer, em uma tentativa de explicitar o pensamento jurídico crítico enumera outras opções tomadas por doutrinadores no Brasil, salientando que “mesmo que essas instâncias de contestação e renovação se estruturam em suportes gnoseológicos distintos (análise sistêmica, dialética, semiológica, psicanalítica), todas se aproximam e se interligam numa ampla simplicidade de ‘crítica jurídica’, denunciando as falácias do normativismo estatal e as abstrações míticas do formalismo legal-dogmático” (WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. 5. Ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 96).

⁵ “Por tudo isso, pode-se afirmar que a Escola é um dos principais Aparelhos Ideológicos de Estado, sendo que as Escolas de Direito são, dentre todos, o principal deles, em razão de sua destacada importância na formação de um dos Poderes do estado. Se não for transmitido nas escolas de Direito que, quando faltar saúde, escola e pão, deverá haver Justiça para corrigir essa distorção, de nada adiantará o discurso inflamado e a retórica vazia de nossos mestres, sempre tão ciosos de seu bem-falar, e nem sempre preocupados com o conteúdo e a ideologia subjacente a seus ensinamentos. Portanto, é fundamental que o estado e a sociedade tenham redobrado cuidado com o produto das Escolas de Direito, pois é delas que sairão os profissionais que nos permitirão ter menor grau de desigualdade social no futuro”. SCAFF, Fernando Facury. Ensino Jurídico: o controle público e social da atividade educacional. In: Ordem dos Advogados do Brasil. **OAB RECOMENDA** – um retrato dos cursos jurídicos. Brasília: Conselho Federal, 2001, p. 65.

⁶ Por todos que reconhecem a importância da psicanálise para o Direito, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho [Sistema Inquisitório e o Processo em “O Mercador de Veneza”. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda (coord.). **Direito e Psicanálise** – interseções a partir de “O Mercador de Veneza” de William Shakespeare. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 158-159] argumenta: “Produziu-se, por outro lado, com a Filosofia da Linguagem, novas aberturas ao Direito, dentre elas, quicá a mais significativa seja em relação à Psicanálise. Neste espaço, retirado das amarras absolutas da relação sujeito-objeto, o Direito ganha o seu lugar de ‘linguagem’ e as ‘palavras’ nele usadas não só dizem coisas como deixam de dizer. Com isto, ele ganha uma nova dimensão e uma abertura para uma escuta antes impossível: a de ouvir a voz que vem de mais-além, do Outro. Ora, que o inconsciente sempre estivesse ali e falasse (pulsionalmente, é verdade), hoje não se duvida. Mas que pudesse penetrar na fala do próprio Direito era inimaginável até Freud, e mesmo depois dele, pela resistência ferrenha que a razão produziu e produz, sempre em nome da segurança jurídica e, portanto, de um deus menor. Para assim resistir, por evidente,

as mudanças necessárias, as mudanças permitem a crença na esperança de superação das dificuldades cotidianas. E o ensino jurídico, porque base de formação daqueles que fazem, pensam e aplicam as leis, tem sede de mudanças.

Jaques Lacan, psicanalista conhecido por efetuar uma releitura dos textos de Sigmund Freud, bem como por estudar a lingüística de Saussure e Jakobson, por exemplo, tratava a transmissão e absorção de conhecimento (significantes) entre as pessoas através de sua teoria do discurso. Enumerando quatro discursos, do mestre, da histórica, do universitário e do analista, traduziu as formas de absorção e transmissão do conhecimento para a constituição do sujeito e de sua estrutura psíquica. Em relação ao que interessa no presente trabalho, ou seja, no patamar do discurso do mestre, pode-se dizer que nele se identificam os dogmáticos em geral, pois há, sempre, uma suposição de alguém que porta uma verdade, recebida pelos outros como absoluta, incontestável. Estes outros estão sempre a-sujeitados pela verdade do mestre, razão por que o discurso mostra uma alienação inerente.

O Direito também se coloca como discurso do Mestre, com suas leis incontestáveis e que devem ser por todos conhecidas, esquecendo-se que tal premissa apenas tem validade para alguns e não para todos, eis que os segregados da ordem, por vontade ou por imposição, estão aos olhos de quem quiser ver.

Logo se pode observar o primeiro questionamento inerente à arte de ensinar o Direito: o ensino jurídico também deve ser tratado como facilitador e/ou portador do discurso do mestre?

Por outro lado, além da discussão da metodologia de conhecimento das “verdades” inseridas na transmissão do discurso jurídico, importante papel também tem o mercado de trabalho do profissional do Direito, pois em sendo muito amplo permite que haja uma dedicação tanto para a teoria quanto para a prática. Por muito tempo se sustentou a idéia de que os trabalhos técnicos e práticos do profissional do Direito não exigiam conhecimentos teóricos aprofundados, não tendo necessidade de conhecimento das disciplinas propedêuticas, somente estudadas por aqueles interessados em lecionar, pesquisar ou mesmo teorizar sobre as bases e fundamentos do Direito. Não era necessário, portanto, questionar o Direito como portador do discurso do mestre, porque para trabalhar com ele era suficiente absorvê-lo (ou mesmo decorá-lo), aceitá-lo e repeti-lo na mesma e estrita forma como ensinado.

paga-se um preço, sem qualquer dúvida grande demais. É ele o fruto da arrogância da razão e dela não se ter dado conta de ter perdido a primazia do lugar central do próprio homem”.

As disciplinas dogmáticas monopolizavam as faculdades de direito, principalmente em um ambiente onde a teoria positivista⁷ era acreditada em sua forma mais kelseniana; era interessante unificar os saberes, como, por exemplo, no período vivenciado pela ditadura militar ou mesmo com a proliferação das Faculdades privadas, fruto da racionalidade neoliberal, onde o saber é, na maioria das vezes, transmitido por fórmulas prontas; massificado. A transmissão dos saberes passava, neste período, por inúmeras dificuldades, dentre elas o despreparo do corpo docente, a imaturidade crescente do corpo discente, mormente a partir da década de 80, e os conteúdos obrigatórios a serem transmitidos nas disciplinas ofertadas. O aluno era tratado como mero expectador dos seus mestres (portadores do discurso tido como verdadeiro) conhecedores das verdades absolutas e absorvedor de conteúdos a serem repetidos mimeticamente durante sua vida escolar superior⁸.

Assim, ensinava-se direito com vistas à prática jurídica cotidiana, esquecendo-se de seus fundamentos teóricos críticos. O ensino deveria, nesta perspectiva, ser modificado, pois a um profissional do direito não cabe apenas subsumir as leis aos casos concretos, mas pensar, criticar, formular hipóteses; questionar a verdade presente nos discursos.

Mas formular hipóteses também é assumir os atos como seus, gerando responsabilidades. Afinal, é muito fácil repetir um discurso pronto e imputá-lo a um mestre. Isto pode retirar a implicação do indivíduo com seu próprio discurso porque, afinal, não é dele que emana o conhecimento originalmente. Pensar, refletir, criticar e

⁷ Neste sentido, Plauto Faraco de Azevedo sustenta (AZEVEDO, Plauto Faraco. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1989, p. 21-22): Percebe-se que a cisão do discurso jurídico é em verdade efeito de uma concepção do direito, de seu ensino e de sua investigação, que, em nome da ‘neutralidade científica’ – diga-se da acomodação ao poder dominante, seja ele qual for –, vira as costas para a história e para os interesses e valores que reclamam tomadas de posição, opções, engajamentos e não uma neutralidade que não existe e nem é deste mundo”. Vide, também, Luiz Alberto Warat (WARAT, Luiz Alberto. **A procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade**. Florianópolis, Boiteux, 2004. Vol. 1, p. 207): “O discurso jurídico aparece vinculado a uma ciência do sagrado que mantém em silêncio uma zona infernal de produção do saber: um conhecimento que fala da liberdade e da justiça sem tomar consciência de que está servindo à mentalidade opressora de uma época. As ciências da lei brindam a possibilidade de contar com discursos que estabeleçam vínculos de adoração à lei, garantindo com isso a produção institucional da subjetividade.” Ainda, vide Roberto Lyra Filho (LYRA FILHO, Roberto. **Op. cit.**, p. 15): “Seguramente há no Direito inteiro uma dialética não descoberta pelo positivismo que o reduz à superestrutura, para aprisioná-lo nas leis e costumes da classe, grupos e povos dominantes; nem pelo jusnaturalismo, que o dissolve em princípios vagos, ambíguos e ineficazes. O positivismo é a teoria do Direito capado. O jusnaturalismo é a teoria do Direito impotente. Com este ou aquele não se evita que o Estado encampe, ilegítimamente, todo o poder jurígeno e enrabe, tanto o eunuco quanto o brocha”.

⁸ “Toda transmissão autoritária do conhecimento gera como resposta a passiva memorização dos alunos, a construção, por parte dos mesmos, de um conjunto de imagens pré-fabricadas, que servem para lograr um título universitário mas que não habilitam a decisões maduras e autônomas”. WARAT, Luiz Alberto; CUNHA, Rosa Maria. **Ensino e Saber Jurídico**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977, p. 61.

não simplesmente repetir um conhecimento: este, na realidade, é um desafio nem sempre aceito pelo corpo discente. A dogmática é essencial para se fundar uma transmissão, mas deve ser realizada de forma crítica, possibilitando o pensamento e a reflexão dos discentes⁹.

Tal responsabilidade só seria levada a sério com uma reforma no ensino que enfatizasse a importância das disciplinas propedêuticas – principalmente quando utilizadas juntamente com as próprias disciplinas dogmáticas –, e estivesse atenta com a qualidade do corpo docente e discente. Para tanto, o corpo docente precisa de qualificação e esforço¹⁰, principalmente diante do desinteresse crescente do corpo discente¹¹, que é deficitário do ensino fundamental e prioriza a aquisição do diploma ao invés do conteúdo crítico das disciplinas formativas¹². Mas para uma reforma curricular ter o resultado esperado não somente se deve retirar umas (dogmáticas) e colocar outras disciplinas (propedêuticas), ou mesmo incluir cadeiras de antropologia, história,

⁹ “Aproveitem as lições dos mestres conservadores, pois, como já lhes disse, eles não trazem apenas um monte de inutilidades e bobagens; a questão não é rejeitá-los em bloco, mas separar o joio do trigo”. LYRA FILHO, Roberto. **Op. cit.**, p. 26.

¹⁰ “É indispensável que os docentes se esforcem por adquirir uma visão multidisciplinar e uma formação metodológica hábil ao tratamento e ensino de qualquer ramo do Direito. Que entendam a importância de discutir com os estudantes, com prioridade sobre a reflexão do conteúdos específicos de cada disciplina as características e caminhos do próprio processo de aprendizagem. Paralelamente, que comecem a preocupar-se mais com a formação da personalidade do aluno do que com o cumprimento rigoroso de um programa”. WARAT, Luiz Alberto; CUNHA, Rosa Maria. **Op. Cit**, p. 64.

¹¹ “De fato, a grande expansão de vagas e cursos de direito no Brasil aponta para o fim da elitização dos cursos jurídicos, com o ingresso cada vez mais expressivo de pessoas oriundas das classes sociais que anteriormente eram excluídas. (...) Se por um lado isso representa uma democratização do acesso ao ensino jurídico, por outro lado tem repercussão direta no nível de pré-compreensão do ingressante do curso de direito, na medida em que, cada vez mais, não são mais os melhores (pelo critério do vestibular) que ingressam, mas aqueles que se interessam e podem arcar com os custos de um curso de graduação. Neste viés, o aluno médio dos cursos de direito é, cada vez mais, o aluno-trabalhador, quando não for um trabalhador-aluno. Este aluno, em média, lê pouco ou quase nada (informa-se privilegiadamente pela televisão), escreve mal, tem tempo extraclasse escasso e apresenta-se em condições fisiológicas geralmente caracterizadas pelo cansaço e pela dificuldade de concentração”. (VENERIO, Carlos Magno Spricigo. A Introdução ao Estudo do Direito. In: CERQUEIRA, Daniel Torres de; FRAGALE FILHO, Roberto. **O ensino jurídico em debate** – o papel das disciplinas propedêuticas na formação jurídica. Campinas: Millennium, 2007, p. 8-9).

¹² Carlos André Birnfeld (BIRNFELD, Carlos André. **Manual Prático dos Critérios de Avaliação dos Cursos de Direito**. Pelotas: Delfos, 2001, p. 392) identifica duas espécies de alunos do ensino superior: o cliente do ensino e o cliente do diploma: “Observe-se inicialmente que haverá indubitável grau de satisfação no aluno cliente do ensino quando, ao fim de cada disciplina, e do curso como um todo, ele constatar que efetivamente adquiriu os conhecimentos e habilidades necessários à profissão. Neste caso observa-se uma plena sintonia entre o querer do aluno e o atendimento dado pelo curso. Por outro lado, o aluno cliente do diploma, não pode ser atendido necessariamente em conformidade com o seu querer. Ocorre que por conta de uma escabrosa cultura se espalhou a idéia de que o que importa é o diploma, e que na prática se aprende. Nestes termos, no geral, o aluno cliente do diploma não quer necessariamente ser avaliado, certificado, examinado ou mesmo, principalmente, reprovado se esta for a consequência da avaliação. Ele quer, ao contrário, obter o mais rápido possível e com o menor esforço a certificação final da sua qualidade, ainda que esta não tenha sido adquirida, seja por sua culpa, seja por debilidade do próprio curso. Não age, necessariamente, por má-fé, mas embalado pela cultura antes referida não vê o curso senão como uma mera formalidade a ser ultrapassada. E, de fato, isto é grave, muitos cursos não são mais do que isto”.

filosofia sem uma mudança de mentalidade, porque tais conteúdos podem ser pensados acriticamente¹³. As disciplinas – todas – não são críticas em si, podendo ser pensadas de forma dogmática. A mudança no conteúdo e na forma de raciociná-lo deve ser priorizada.

E talvez, neste ponto, a psicanálise possa contribuir, na medida em que, como sustenta Jacques Lacan, reconhece a falácia de um discurso totalitário (discurso do mestre), portador de uma verdade apenas. Por outro lado, o discurso do analista possibilita que apareçam várias opções de verdades vindas do que se diz (no caso clínico, do que diz o analisante). “O analista, mesmo fazendo esta função de semblante de ‘objeto’, torna-se portador de um tipo de ‘saber’ que não pode usar em seu benefício ou mesmo falar sobre ele. É um ‘saber’ que vai ser construído pelo analisante a partir de cada ‘ato’ que se produz no curso da análise¹⁴”. Ou seja, por não portar uma verdade dada, mas por fundamentar o discurso em uma contínua construção de um saber, o discurso do analista é oposto ao discurso do mestre, porque parte da premissa que “a verdade, nunca se pode dizê-la a não ser pela metade”¹⁵ e que há uma possibilidade de conhecimento não imposto, mas construído por manifestações parciais da verdade¹⁶.

Tradicionalmente o Direito está inserido no discurso do mestre – imposto, totalizador – enquanto que a psicanálise, juntamente, diga-se exemplificativamente, com a vanguarda da filosofia e da história, mostra, através do discurso do analista, a possibilidade de construção de interpretações com manifestações não totalizadoras de uma verdade.

¹³ “A pretensão de mudar o ensino do Direito através da alteração do currículo do curso é falsa. A introdução de disciplinas como Política e Filosofia, que visam dar ao aluno maior senso crítico e poder de raciocínio, parte de uma premissa falsa: a de que elas são críticas em si mesmas. Estas disciplinas também podem ser recuperadas pelo sistema de dogmatizadas, o que apenas reforçará a estrutura dominante. Mesmo porque a crítica efetiva pode ser feita de dentro das próprias disciplinas ditas jurídicas”. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Roberto Lyra Filho: a importância de sua obra na história do ensino do Direito Brasileiro. In: CARLINI, Angélica; CERQUEIRA, Daniel Torres de; ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **180 ano do Ensino Jurídico no Brasil**. Campinas: Millennium, 2008, p. 153-154.

¹⁴ SOUZA, Aurélio. **Os discursos na psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003, p. 129. “Por fim, o discurso do analista, jogando com um ‘outro real’, fundamenta uma prática que se relaciona com o dizer, com a escritura e com as letras que dirigem o próprio jogo. Essa própria condição do discurso levou Lacan a fazer uma aproximação entre o analista e o santo. Para o santo, a letra evoca o texto, o texto sagrado que é revelado e lhe é entregue para ser ‘interpretado’. Para o analista, existe também um texto que é produzido e lhe é entregue pelo analisante. Todavia, aqui, não se trata de que o analista deva interpretá-lo, mas de fazer retornar ao analisante para que esse possa fazê-lo, isto é, que possa lê-lo de vari[e]dade demaneiras”. SOUZA, Aurélio. *Op. cit.*, p. 131.

¹⁵ LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 17** – o avesso da psicanálise. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 34.

¹⁶ “Um saber como verdade – isto define o que deve ser a estrutura do que se chama uma interpretação”. LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 17....** *op. cit.*, p. 34.

1.2. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

Porque a verdade não é toda e não pode ser apreendida tal como imaginavam os positivistas¹⁷ e os jusnaturalistas, isolando-a ou mistificando-a, respectivamente, não se pode ignorar que os saberes não são autônomos nem subsistem sem os outros. A compreensão da complexidade do objeto epistêmico é a primeira aproximação que se pode fazer com seu próprio conceito, porque não há como fazer uma simples descrição do objeto com apenas uma ou, no máximo, duas versões dele, como pretendeu a Filosofia da Consciência¹⁸. O objeto é múltiplo, complexo, com sua apreensão determinada não somente pelo que ele é em si, mas por tudo aquilo que ele não é, além de ser condicionado pelo sujeito do conhecimento e pelo momento histórico vivido¹⁹.

O Direito não é e não pode ser um saber isolado justamente por conta de seu objeto epistêmico, independentemente de se chegar a um consenso sobre o que é tal objeto (as leis, a sociedade, a normatividade, os grupos culturais e interdições impostas, etc...), está inserido dentro de uma complexidade inerente ao conhecimento. Com ela

¹⁷ “Era – e ainda hoje é – uma noção de positividade que não nos restitui, senão opacamente, a complexidade que a ordem jurídica tem por dever organizar, e não trair; uma complexidade que, porém, continua a ser traída quando o direito positivo continua a ser pensado como um universo de normas, um castelo de comandos, posto (positum) por uma autoridade que formalmente possui o poder e, portanto, munida do crisma tranquilizante da oficialidade. Tudo isto é, de um ponto de vista cultural, ou seja, para uma cultura jurídica que tenta se propor como válida ordenadora do presente, uma posição tão criticamente baixa que chega a impedir uma observação completa”. GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade** (Trad. Arno dal Ri Junior) Florianópolis: Boiteaux, 2004, 83.

¹⁸ Sobre os pensadores do denominado paradigma do sujeito ou filosofia da consciência, sustenta Boaventura de Souza Santos (SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 5. Ed., São Paulo: Cortez, 2005, p. 61): “Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e suas regras metodológicas. É esta a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precedem. Está consubstanciada, com crescente definição, na teoria heliocêntrica do movimento dos planetas de Copérnico, nas leis de Kepler sobre as órbitas dos planetas, nas leis de Galileu sobre a queda dos corpos, na grande síntese de ordem cósmica de Newton e, finalmente, na consciência filosófica de Bacon e Descartes. Esta preocupação em testemunhar uma ruptura fundante que possibilita uma e só uma forma de conhecimento verdadeiro está bem patente na atitude mental dos protagonistas, no seu espanto perante as próprias descobertas e na extrema e ao mesmo tempo serena arrogância com que se medem com os seus contemporâneos”. Vide também Lenio Luiz Streck (STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica e ensino jurídico em terrae brasilis*. In: CARLINI, Angélica; CERQUEIRA, Daniel Torres de; ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Op. cit.**, p. 379-380): “No campo filosófico, operou-se uma verdadeira invasão da filosofia pela linguagem, proporcionando uma revolução no modo de compreender o mundo. Supera-se, assim, o pensamento metafísico que atravessou dois milênios. Afinal, se no paradigma da metafísica clássica os sentidos ‘estavam’ nas coisas e na metafísica moderna, na mente (consciência de si do pensamento pensante), nessa verdadeira guinada pós-metafísica os sentidos passa a se dar na e pela linguagem”.

¹⁹ Lacan é enfático ao dizer, no Seminário 20, que o saber é um enigma, porque fruto daquilo que se articula. “Ora, é evidente que nada é, senão na medida em que é dito disso que isso é” (LACAN, Jacques. **O Seminário livro 20, mais, ainda**. 2. ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 188).

preocupam-se, por exemplo, a Sociologia, a Filosofia, a História, a Psicologia e o próprio Direito.

Pioneiro em pensar a complexidade na estrutura do Direito, Niklas Luhmann adverte²⁰:

“O homem vive em um mundo constituído sensorialmente, cuja relevância não é inequivocamente definida através do seu organismo. Desta forma o mundo apresenta ao homem uma multiplicidade de possíveis experiências e ações, em contraposição ao seu limitado potencial em termos de percepção, assimilação de informação, e ação atual e consciente. Cada experiência concreta apresenta um conteúdo evidente que remete a outras possibilidades que são ao mesmo tempo complexas e contingentes. Com complexidade queremos dizer que sempre existem mais possibilidades do que se pode realizar. Por contingência entendemos o fato de que as possibilidades apontadas para as demais experiências poderiam ser diferentes das esperadas; ou seja, que essa indicação pode ser enganosa por referir-se a algo inexistente, inatingível, ou a algo que após tomadas as medidas necessárias para a experiência concreta (por exemplo, indo-se ao ponto determinado), não mais lá está. Em termos práticos, complexidade significa seleção forçada, e contingência significa perigo de desapontamento e necessidade de assumir-se riscos”.

A complexidade, de fato, opera com o método dialético de conhecimento, conceituado como um questionamento constante das premissas, de modo que da tese constantemente se gere uma antítese e se conclua com uma síntese, que poderá, novamente ser questionada e passar a ser uma tese²¹. Observa Michel Miaille²² que: “o pensamento dialético parte da experiência de que o mundo é complexo: o real não mantém as condições da sua existência senão numa luta, quer ela seja consciente ou inconsciente. A realidade que me surge num dado momento não é, pois, senão um momento, uma fase da sua realização: esta é, de facto, um processo constante”. E, fazendo um contraponto com o pensamento positivista, que se limita a descrever o objeto apenas no que ele é visível, ou seja, nas aparências, complementa²³: “Completamente diferente é, face ao mesmo objeto, o pensamento dialético ou crítico:

²⁰ LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, p. 45-46.

²¹ Enrique Dussel, em seu livro “Método para uma filosofia da libertação”, faz um apanhado histórico sobre as mudanças que o conceito de dialética teve desde seus primórdios, com os gregos pré-socráticos, que compreendiam a dialética apenas como a arte da refutação. Aristóteles foi o pioneiro em ampliar o conceito, trazendo a dialética como a arte da interrogação. “Se a dialética é a arte da interrogação, saber perguntar é possuir esta arte, o que, por outro lado, é já haver em parte respondido (...). Ademais, a dialética enquanto arte da refutação pode ter dois sentidos: refutar tudo o que se nos anteponha ou refutar somente o falso, o que não-é. (...) A dialética, para Aristóteles é radicalmente a arte do des-cobrirmento ou da verdade do ser. (...) A dialética é, então, para Aristóteles, um método ou caminho originário que, partindo da cotidianidade, abre-se ao fundamento: ao ser. Deste ser não pode haver de-monstração nem compreensão acabada e sim compreensão existencial e dele nos acercamos existencialmente apenas por negação, por mostraçãõ do que é na cotidianidade e pela impossibilidade de que seja o contraditório ao mesmo tempo, isto é, que seja o que não-é” (DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia da libertação**. (Tradução de Jandir João Zanotelli). São Paulo: Loyola, 1986, p. 23-35).

²² MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao Direito**. 3ed., Lisboa: Estampa, 2005, p. 21-22.

²³ MIAILLE, Michel. Op. Cit., p. 22.

este encara-o não só no seu estado actual, mas na totalidade de sua existência, quer dizer, tanto naquilo que o produziu como no seu futuro. Este pensamento pode, pois, fazer aparecer o que a realidade presente me esconde actualmente e que, no entanto é igualmente importante”.

Ou, ainda, como fez Carlos Maria Cárcova que a conceitua como a ampliação da gama de opções de interação humana, citando como exemplo as tecnologias de ponta, mas que não deixam de existir no mundo em contraposição com a ausência total de tecnologia. A disparidade faz parte da complexidade. Descreve o autor²⁴:

“Em nossa introdução aludimos ao problema da complexidade nas sociedades do capitalismo maduro como outra fonte de opacidade do direito. O fenômeno é também observável nas nossas sociedades mesmo quando não alcançaram ainda aquele estado de maturidade, pois exibem uma realidade singular, na qual convivem tradicionalismo e pós-modernidade, miséria e consumismo, relações produtivas pré-capitalistas e desenvolvimentos econômico-tecnológicos de ponta, analfabetismo e sofisticação intelectual, numa mistura caleidoscópica que constitui, por sua vez, um dado peculiar de nossa própria complexidade.

Este conceito, o da ‘complexidade’, tem sido particularmente estudado no campo da cibernética, da inteligência artificial e da teoria de sistemas em geral e aplicado aos sistemas sociais por autores com preocupações muito diversas. Nem sempre com o mesmo sentido, nem com grande precisão. De qualquer maneira, é possível afirmar sem hesitação, que os fenômenos de aceleração histórica, associados às descobertas científicas e tecnológicas das últimas décadas, ampliariam de modo excepcional o universo de opções possíveis no campo da interação humana.”

A complexidade atinge os fenômenos sociais²⁵ que, além de ficarem impossibilitados de apreensão como um todo, perdem sua compreensão *a priori*, sustentada pelos teóricos do paradigma do sujeito. Os fenômenos sociais apenas são analisados dentro de uma realidade social e conceituados com os significantes que aparecem naquele instante como referência para outros significantes encadeados. A ausência de um conceito dado sobre os objetos que a complexidade dos fenômenos traz e a presença de um campo que se torna inatingível pela atividade de raciocínio silogístico do homem aparenta, a princípio, uma insegurança. Isto seria taxado, normalmente, como um problema para o direito, mas o reconhecimento do fato pode ser, paradoxalmente, a conquista da segurança. A partir do conhecimento de que há uma

²⁴ CÁRCOVA, Carlos Maria. **A opacidade do Direito**. (Tradução de Edson Alkmin Cunha) São Paulo: LTR, 1998, p. 173.

²⁵ “Tomar consciência da sociabilidade do direito não significa ficar bloqueado pela afirmação elementar e, além do mais, banal, de que, em todos os lugares onde existe uma pluralidade de homens, existe o direito. Ao contrário, deve ser o ponto de partida para um conhecimento ulterior; que o vínculo necessário entre sociedade e direito implica na descoberta da complexidade desse último. Espelho da sociedade, reflete a sua estrutura variada, estratificada e diferenciada. Concluindo, o direito não é e não pode ser a realidade simples e unilinear pensada pelos nossos antepassados do século XVIII. Se uma conclusão como essa se justificava, então, pelo valor estratégico que se revestia, hoje surge somente como um sinal de aridez cultural e nada mais”. GROSSI, Paolo. Op. Cit., p. 67.

complexidade e uma impossibilidade de se definir *ex ante* as coisas o sujeito encontra-se advertido que uma solução somente virá se se pensar a partir dessas premissas.

Por isso, não saber lidar com a complexidade gera uma impossibilidade de conhecer o objeto sem recair, como retratado por Boaventura de Souza Santos²⁶ em um relativismo ou em um universalismo exacerbado:

“A resposta a essa situação de crise epistemológica passa por um duplo processo de debate interno no próprio campo da ciência e de abertura de um diálogo entre formas de conhecimento e de saber que permita a emergência de ecologia de saberes em que a ciência possa dialogar e articular-se com outras formas de saber, evitando a desqualificação mútua e procurando novas configurações de conhecimentos. Essa resposta implica tanto a necessidade de uma crítica ao relativismo como a procura de um universalismo que não se limite à imposição universal de um particularismo qualquer, seja ele ocidental ou outro”.

E conclui²⁷: “O retorno a uma atitude de questionamento e debate permanente e aberto sobre o sentido e a aplicação dos diferentes saberes é hoje uma necessidade urgente”. O questionamento e debate permanente sobre o sentido das coisas e o reconhecimento da inexistência de uma definição absoluta e prévia sobre elas é necessário para o Direito porque permite a humilde constatação de parcialidade em relação à qualquer imposição de verdade. Nas palavras de Jacinto Nelson de Miranda Coutinho²⁸:

“Com efeito, a verdade está no todo, mas ele não pode, pelo homem, ser apreensível, ao depois, a não ser por uma, ou algumas, das partes que o compõem. Seria, enquanto vislumbrável como figura geométrica, como um polígono, do qual só se pode receber à percepção algumas faces. Aquelas da sombra, que não aparecem, fazem parte – ou são integrantes – do todo, mas não são percebidas porque não refletem no espelho da percepção. Ademais, esta figura multifacetada, por evidente, não pode ser tomada – ou confundida – com apenas uma das suas faces.

(...)

Resta evidente, por óbvio, que estamos diante de uma impossibilidade, de uma insegurança enquanto pretende-se exatamente o oposto, isto é, aquilo que proporciona a segurança; assim, estamos diante de uma verdade aceita, corroborada, quando efetivamente o é porque, de seguro mesmo, só a certeza de que se pode manipular o axioma.”

²⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Semear outras soluções** – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 24.

²⁷ SANTOS, Boaventura de Souza. Op. Cit, p. 25

²⁸ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Glosas ao “Verdade, Dúvida e Certeza”, de Francesco Carnelutti, para os Operadores do Direito. In: RUBIO, David Sanchez; FLORES, Joaquin Herrera; CARVALHO, Salo de. **Anuário Ibero-americano de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002, p. 179 e 181.

Uma verdade só é uma verdade em relação a uma determinada realidade. Não há autonomia na verdade e os exemplos cotidianos se multiplicam para provar tal afirmação.

Nesta busca de verdades parciais diante da constatação da complexidade percebe-se que o ensino do direito não pode ser calcado no isolamento de cada uma de suas disciplinas, sob pena de se estar colocando uma venda que não permite que se olhe para o lado. É como tapar o olho de um cavalo, para poder guiá-lo com as rédeas. Mas, no caso do Direito, vender quer dizer, também, perder as rédeas que levam ao conhecimento crítico.

Há muito se noticia que o Direito utiliza outros saberes para formar seu conhecimento, através do enlaçamento entre as disciplinas em que é dividido. Não obstante, a tradicional visão de ciência, que acredita na especificidade, objetividade e neutralidade do sujeito e de seu objeto de estudo, parece ainda deitar raízes em alguns cursos jurídicos, que carecem, desta forma, de transmitir uma visão plural de seus conteúdos. Formam-se, assim, alunos que, apesar de saberem os preceitos jurídicos (quando sabem), apenas conseguem lê-los de uma única forma: acrítica.

Por outro lado, como sustenta Michel Mialle²⁹, uma análise crítica “desbloqueia o estudo do direito do seu isolamento, projecta no mundo real onde ele encontra o seu lugar e a sua razão de ser, e, ligando-o a todos os outros fenômenos da sociedade, torna-o solidário da mesma história social”.

É exatamente como adverte Basarab Nicolescu³⁰, quando, partindo do estudo da física quântica, denuncia a simplicidade da ciência tradicional e enuncia a complexidade como premissa de uma nova ciência:

“O crescimento contemporâneo dos saberes não tem precedentes na história humana. Exploramos escalas outrora inimagináveis: do infinitamente pequeno ao infinitamente grande, do infinitamente curto ao infinitamente longo. A soma dos conhecimentos sobre o Universo e os sistemas naturais, acumulados durante o século XX, ultrapassa em muito aquilo que pôde ser conhecido durante todos os outros séculos reunidos. Como se explica que quanto mais sabemos do que somos feitos, menos compreendemos quem somos? Como se explica que a proliferação acelerada das disciplinas torne cada vez mais ilusória toda unidade do conhecimento? Como se explica que quanto mais conheçamos o universo exterior, mais o sentido de nossa vida e de nossa morte seja deixado de lado como insignificante e até absurdo? A atrofia do ser interior seria o preço a ser pago pelo conhecimento científico? A felicidade individual e social, que o cientificismo nos prometia, afasta-se indefinidamente como uma miragem”

²⁹ MIALLE, Michel. **Op. Cit.**, p. 23.

³⁰ NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. (Tradução de Lucia Pereira de Souza). 3.ed., São Paulo: TRIOM, 1999, p. 14.

Para ele, a ciência tradicional enxertou uma visão de único nível de realidade e, a partir dela, imperou a idéia da não-contradição³¹. A física quântica, por outro lado, opera com diversos níveis de realidade, demonstrando que entre duas extremidades pode haver conclusões, contradições ou, simplesmente o nada. Operar com diversos níveis de Realidade, para Basarab, é rejeitar os três axiomas da lógica clássica: “1. O axioma da identidade: A é A; 2. O axioma da não-contradição: A não é não-A; 3. O axioma do terceiro excluído: não existe um terceiro termo T (T de terceiro incluído) que é ao mesmo tempo A e não-A”³², o que pode ser experimentado a partir da física quântica. “A maioria das lógicas quânticas modificaram o segundo axioma da lógica clássica: o axioma da não-contradição, introduzindo a não-contradição com vários valores de verdade no lugar daquela do par binário (A e não-A)”³³. Ademais, sobre o terceiro axioma, afirma que na lógica quântica há um terceiro incluído, pois A, não-A e T coexistem no mesmo momento de tempo.

Tomando a complexidade como premissa e a mudança de visão de mundo a partir do questionamento da lógica tradicional, percebe-se que a base de um ensino crítico e capaz de formar indivíduos que não aparentam “cegueira” para os anseios sociais apenas pode vir a partir da complementaridade entre a disciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade³⁴ e transdisciplinaridade³⁵. Tais categorias podem ser consideradas a consequência direta da parcialidade da verdade. Se não há

³¹ “É impossível que o mesmo atributo pertença e não pertença ao mesmo sujeito, simultaneamente e sob a mesma relação (...) Eis o mais firme dos princípios, dado que responde à definição antes dada. Não é possível, com efeito, conceber nunca que a mesma coisa seja e não seja, como alguns acreditam que Heráclito disse: pois nem tudo o que se diz se pode pensar. E se não é possível que os contrários pertençam simultaneamente ao mesmo sujeito, e se uma opinião que é a contradição de outra opinião é sua contrária, é evidentemente impossível, para o mesmo espírito, conceber, ao mesmo tempo, que a mesma coisa é e não é, pois ter-se-iam opiniões contrárias simultâneas, se nos enganássemos sobre este ponto. É a razão pela qual todas as demonstrações reduzem-se a este princípio como a uma verdade última, pois ele é, por natureza, um ponto de partida, mesmo para todos os outros axiomas.” (Aristóteles, *Metafísica*, Γ, 3, 1005, 5-35).

³² NICOLESCU, Basarab. **Op. cit.**, p. 35-36.

³³ NICOLESCU, Basarab. **Op. cit.**, 37-38.

³⁴ Sobre o assunto Katya Kosicki (**op. Cit.**, p. 21) conclui: “Somente um pensamento verdadeiramente interdisciplinar pode constituir a base para a transformação da realidade. Do mesmo modo, é somente este conhecimento interdisciplinar que, fugindo de uma análise tecnicista do ordenamento jurídico vigente, permite compreender o fenômeno jurídico em suas múltiplas particularidades e permite, também, dar conta de que o direito é fruto de um modo determinado de apreensão e compreensão do real”.

³⁵ Nas palavras de Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (extraídas do texto intitulado “O ensino do Direito no Brasil”, apresentado no Seminário Brasil-Cuba de Direito, em Havana, Cuba, em 07.02.2005): “Aquilo que até então aparecia, com as devidas exceções, como uma tímida *multidisciplinaridade* (um intercâmbio entre duas ou mais disciplinas) passou a conviver com a *interdisciplinaridade* (uma disciplina penetrando na outra) para, hoje, ter-se um bom legado da *transdisciplinaridade*, ou seja, o discurso de uma disciplina sendo feito, na medida do possível, no lugar daquele de outra, com infinitas implicações. Tal só foi possível porque o Direito, em definitivo, abriu-se, para sair de seu pequeno mundo, o *mundo jurídico*, que moldava os seus membros conforme as ordens preestabelecidas”.

uma verdade toda, absoluta, também não há um saber todo, absoluto, autônomo, independente dos outros conhecimentos³⁶. Contudo, as categorias não se excluem, mas se complementam: “A disciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são as quatro flechas de um único e mesmo arco: o do conhecimento. Como no caso da disciplinaridade, a pesquisa transdisciplinar não é antagônica mas complementar à pesquisa pluri e interdisciplinar³⁷”.

A multidisciplinaridade/pluridisciplinaridade é o reconhecimento de que há várias formas de saberes e que todos eles têm importância uns em relação aos outros. Entre eles, há um intercâmbio de conceitos, sem que seja suficiente para mudar a racionalidade/metodologia inerente à disciplina padrão. Novamente nas palavras de Basarab Nicolescu³⁸:

“A pluridisciplinaridade diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo (...) Com isso, o objeto sairá assim enriquecido pelo cruzamento de várias disciplinas. O conhecimento do objeto em sua própria disciplina é aprofundado por uma fecunda contribuição pluridisciplinar (...) Em outras palavras, a abordagem pluridisciplinar ultrapassa as disciplinas, mas sua finalidade continua inscrita na estrutura da pesquisa disciplinar”.

A interdisciplinaridade é a possibilidade de se fazer um discurso que não esteja isolado de outros discursos; é o entrelaçamento dos discursos onde há uma mudança de racionalidade, porque um influi no método utilizado, modificando-a em três graus: na aplicação, na epistemologia e na geração de novas disciplinas. Basarab Nicolescu é enfático:

“A interdisciplinaridade tem uma ambição diferente daquela da pluridisciplinaridade. Ela diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra. Podemos distinguir três graus de interdisciplinaridade: a) um grau de aplicação. Por exemplo, os métodos da física nuclear transferidos para a medicina levam ao aparecimento de novos tratamentos para o câncer; b) um grau epistemológico. Por exemplo, a transferência de métodos da lógica formal para o campo do direito produz análises interessantes na epistemologia do direito; c) um grau de geração de novas disciplinas”.

Sobre a aplicação da interdisciplinaridade nas Faculdades de Direito, afirma Paulo Luiz Neto Lôbo:

“Na dimensão interna, ela é alcançada com a integração efetiva das matérias constantes do currículo pleno e, principalmente, com pesquisa e extensão. É inadmissível que os professores desenvolvam suas atividades pedagógicas com inteiro desconhecimento ao

³⁶ “É preciso, em seguida, assinalar a sua multiplicidade. Não é um discurso mas vários que vemos coexistirem, sobrepor-se, responder-se, competir no seio da sociedade. (...) Mas esta afirmação é demasiadamente simplificadora: na realidade, estes discursos articulam-se uns com os outros, de modo que nenhuma fronteira pode ser traçada”. MAILLE, Michel. **Op. Cit.**, p. 34.

³⁷ NICOLESCU, Basarab. **Op. cit.**, p. 55.

³⁸ NICOLESCU, Basarab. **Op. cit.**, p. 52.

que realizam seus colegas e aos avanços da ciência jurídica. A tendência do Direito, inclusive legislado, é a interdependência multidisciplinar das matérias legais.”

Mas a interdisciplinaridade pode não ser o suficiente, pois não necessariamente envolve uma atividade incluindo as premissas da complexidade no cruzamento dos discursos. Neste sentido, novamente Michel Mialle esclarece: “Assim, pois, a interdisciplinaridade não pode fornecer resposta à nossa busca de uma ciência do direito que não seja outra coisa que não uma descrição das técnicas jurídicas. É preciso procurar para lá da pluridisciplinaridade; na direção daquilo que eu chamarei transdisciplinaridade; quer dizer, a ultrapassagem das fronteiras actuais das disciplinas”. Na sequência o autor conclui³⁹: “Para admitir esta nova perspectiva é necessário abandonar o mito da divisão natural do saber. Este mito não é de papel: e um obstáculo, na medida em que é preciso forçá-lo, a fim de se conseguir obter os meios de traçar um caminho científico”.

A transdisciplinaridade preocupa-se com os saberes que estão entre e além das disciplinas, atentando ao fato de que não há apenas uma realidade e operar as realidades simultaneamente é tratar da complexidade tal como supracitado. Leciona Basarab Nicolescu⁴⁰:

“A transdisciplinaridade, como o prefixo ‘trans’ indica, diz respeito ‘aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento.

(...) Diante de vários níveis de Realidade, o espaço entre as disciplinas e além delas está cheio, como o vazio quântico está cheio de todas as potencialidades: da partícula quântica às galáxias, do quark aos elementos pesados que condicionam o aparecimento da vida no Universo.

A estrutura descontínua dos níveis de Realidade determina a estrutura descontínua do espaço transdisciplinar, que, por sua vez, explica porque a pesquisa transdisciplinar é radicalmente distinta da pesquisa disciplinar, mesmo sendo complementar a esta. A pesquisa disciplinar diz respeito, no máximo, a um único e mesmo nível de Realidade, aliás, na maioria dos casos, ela só diz respeito a fragmentos de um único e mesmo nível de Realidade. Por outro lado, a transdisciplinaridade se interessa pela dinâmica gerada pela ação de vários níveis de Realidade ao mesmo tempo”.

Boaventura de Souza Santos se refere à transdisciplinaridade denominando-a de “trabalho de fronteira”⁴¹:

“Conhecer as circunstâncias e condições particulares em que se produz o conhecimento é fundamental para poder aferir a diferença que esse conhecimento faz. As fronteiras e demarcações funcionam, aqui, como modos de autonomizar e legitimar ecologias de práticas distintas, sem a submissão a modelos epistemológicos ‘estranhos’. Defender as

³⁹ MIALLE, Michel. **Op. cit.**, p. 62.

⁴⁰ NICOLESCU, Basarab. **Op. cit.**, p. 53-54.

⁴¹ SANTOS, Boaventura de Souza. **Op. Cit.**, p. 40.

fronteiras significou, em muitos casos, a diferença entre a consolidação ou a fragilização de novas disciplinas ou domínios científicos.

Uma outra dinâmica, de sentido oposto, veio a marcar, contudo, essa história. Muitas das áreas mais inovadoras do conhecimento científico – incluindo a psicanálise, a bioquímica ou, mais recentemente, a biologia molecular – viriam a surgir precisamente nesses territórios de ‘passagem’ que são as fronteiras. Não estamos aqui a falar de ‘interdisciplinaridade’, uma forma de colaboração que pressupõe o respeito pelas fronteiras entre disciplinas tais como elas existem. Contrariamente à relação policiada que define a interdisciplinaridade, este ‘trabalho de fronteira’ pode, no seu melhor, gerar novos objetos, novas interrogações e novos problemas e, no seu pior, levar a ‘colonização’ de novos espaços abertos ao conhecimento pelos ‘velhos’ modelos.”

A pluridisciplinaridade como o estudo de um conceito por várias disciplinas conjuntamente; a interdisciplinaridade como entrelaçamentos de discursos operando uma mudança na justificação de seus conceitos; e a transdisciplinaridade como uma dinâmica que opera as diversas realidades simultaneamente, extraindo apenas uma conclusão de todas elas, fazem com que se pense em um saber onde a ingenuidade é deixada a segundo plano e, a partir da necessidade do pesquisador assumir sua subjetividade⁴² e operar com ela.

Em 1994, o Comitê de redação do Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, no Convento da Arrábida, Portugal, composto pelos pensadores Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolesco, formulou uma “Carta da Transdisciplinaridade”. Nela, pode-se ler, nos artigos 1, 4, 5, 10, 13 e 14, alguns esclarecimentos que resumem a lógica e os conceitos acima apresentados⁴³, ao mesmo tempo que permitem pensar na prática transdisciplinar:

Artigo 1: Qualquer tentativa de reduzir o ser humano a uma definição e de dissolvê-lo em estruturas formais, quaisquer que sejam, é incompatível com a visão transdisciplinar.

Artigo 4: O ponto de sustentação da transdisciplinaridade reside na unificação semântica e operativa das acepções *através* e *além* das disciplinas. Ela pressupõe uma racionalidade aberta, mediante um novo olhar sobre a relatividade das noções de ‘definição’ e de ‘objetividade’. O formalismo excessivo, a rigidez das definições e o exagero da objetividade, incluindo a exclusão do sujeito, levam ao empobrecimento.

Artigo 5: A visão transdisciplinar é resolutamente aberta na medida que ultrapassa o campo das ciências exatas devido ao seu diálogo e sua reconciliação, não apenas com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência interior.

Artigo 10: Não existe um lugar cultural privilegiado de onde se possa julgar as outras culturas. A abordagem transdisciplinar é ela própria transcultural.

⁴² “A objetividade, instituída como critério supremo de verdade, teve uma consequência inevitável: a transformação do sujeito em objeto. A morte do homem, que anuncia tantas outras mortes, é o preço a pagar por um conhecimento objetivo. O ser humano torna-se objeto: objeto da exploração do homem pelo homem, objeto de experiências de ideologias que se anunciam científicas, objeto de estudos científicos para ser dissecado, formalizado e manipulado”. (NICOLESCU, Basarab. **Op. cit.**, p. 25)

⁴³ A íntegra da carta encontra-se transcrita em NICOLESCU, Basarab. **Op. cit.**, p. 161-165, como também na obra SOMMERMAN, Américo; MELLO, Maria F. de; BARROS, Vitória M. de (organizadores). **Educação e Transdisciplinaridade II**. São Paulo: Triom, 2002, p. 193-197.

Artigo 13: A ética transdisciplinar recusa toda atitude que se negue ao diálogo e à discussão, qualquer que seja sua origem – de ordem ideológica, cientificista, religiosa, econômica, política, filosófica. O saber compartilhado deveria levar a uma compreensão compartilhada, baseada no respeito absoluto das alteridades unidas pela vida comum numa única e mesma Terra.

Artigo 14: Rigor, abertura e tolerância são as características fundamentais da atitude e da visão transdisciplinares. O rigor na argumentação que leva em conta todos os dados é a melhor barreira em relação aos possíveis desvios. A abertura comporta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito às idéias e verdades contrárias às nossas”.

Operar com a transdisciplinaridade significa, em suma, assumir o sujeito a responsabilidade pela sua própria subjetividade, trazendo a falácia da completude da verdade, tendo a complexidade por premissa. Pois como sustenta (poeticamente, digase) Roberto Lyra Filho⁴⁴:

“O pensar sem adequação ao objeto é um moinho sem grão e o seu fubá não passa dum mingau de vento e fantasia. O pensar que se reduz ao objeto (coisa desprendida às inteiras do sujeito) é um grão sem moinho, que, não sendo sequer praticável, senão fraudulentamente (isto é, escondendo o sujeito pensante), poderia render, no máximo e se possível fosse, o mesmo grão intacto, não moído, mas fotografado. O pensar com o autor pensado, sua noede e os noemas enquadrados no texto é, afinal, o único jeito de moer alguma coisa e produzir um trabalho intelectual, no lugar do ‘reflexo’ (em todo caso distorcido, pois o ‘espelho’ é sempre um tanto côncavo ou convexo)”

Pensar o Direito de modo pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar ajuda a expor a subjetividade do pesquisador, permitindo a ele partir da complexidade do objeto epistêmico em seus trabalhos. A consideração de tal pensamento, bem como da subjetividade do sujeito e da complexidade do objeto deve estar presente nos currículos das faculdades de Direito. E as reformas curriculares recentes vêm ajudando a deixar latente tal necessidade.

As mudanças recentes no conceito de história também permeiam a necessidade de se enxergar com clareza a subjetividade do sujeito, a complexidade do objeto, a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Pois se para as ciências exatas (como a física tradicional, descrita por Basarab Nicolescu) uma visão tradicional já tinha conseqüências desastrosas ou, simplesmente, não comprováveis experimentalmente, para a história a lógica é nefasta. Alerta Basarab Nicolescu⁴⁵:

“Se a História submete-se, como a Natureza, a leis objetivas e deterministas, podemos fazer tábua rasa do passado, por uma revolução social ou qualquer outro meio. Com efeito, tudo o que importa é o presente como condição inicial mecânica. Impondo certas condições iniciais sociais bem determinadas, podemos prever de maneira infalível o futuro da humanidade. Basta que as condições iniciais sejam impostas em nome do bem

⁴⁴ LYRA FILHO, Roberto. **Karl, meu amigo: diálogo com Marx sobre o Direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1983, p. 50.

⁴⁵ NICOLESCU, Basarab. **Op. cit.**, p. 22-23.

e do verdadeiro – por exemplo, em nome da liberdade, da igualdade e da fraternidade – para construir a sociedade ideal. A experiência foi feita em escala planetária, com os resultados que conhecemos. Quantos milhões de mortos por alguns dogmas? Quanto sofrimento em nome do bem e da verdade?”

Não há como sustentar, portanto, tal visão da história. Deve, também ela, operar com a complexidade. Neste sentido, nada mais inovador e crítico do que a leitura da historiografia feita pelos historiadores, filósofos e, especificamente, historiadores do Direito.

O passado não é mais tido como imutável em sua versão apresentada como verdadeira, mas sim compreendido de acordo com as suas próprias categorias em cotejo com aquelas do presente do historiador, sem desconsiderar as mentalidades de outrora. O passado é uma experiência única e rememorar depende da invocação subjetiva que se faz de um ou outro acontecimento, sendo impossível o alcance da totalidade dos fatos, pois sempre sobrar um resto, uma falta, novamente porque a verdade é inapreensível, fragmentária, parcial, passageira, como se tem insistido no presente trabalho. A importância de se conhecer o passado, contudo, está na própria leitura que se pode fazer do presente. O passado somente é fixado quando interessa ao presente e quando é por ele invocado⁴⁶.

Invocando o passado pela leitura que se faz do presente do ensino jurídico, utilizando-se as pesquisas críticas da História do Direito contemporânea, busca-se com o próximo item, resumidamente, compreender as origens daquilo que se denominou posteriormente de crise do ensino jurídico.

1.3. Reformas curriculares no Brasil do século XIX e meados do século XX.

A pretensa objetividade do ensino jurídico e o fato de estar ele relacionado com a formação acrítica do corpo discente, totalmente desinteressado e desvinculado da realidade social, não é uma novidade do século XX.

Um pouco de história da formação do ensino jurídico no Brasil⁴⁷ já é o suficiente para colocar uma pontuação na origem dos currículos e nas sucessivas reformas legais para se chegar até o quadro de hoje, com a Lei das Diretrizes e Bases, a

⁴⁶ Tal leitura da história pode ser efetuada a partir da teoria de Walter Benjamin, mormente em suas teses intituladas “Sobre o conceito da História”. BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas** – magia e técnica, arte e política. (Trad. Sergio Paulo Rouanet) 7. ed., São Paulo: Brasilense, 1994, p. 222-232.

⁴⁷ Resumidamente, pelo próprio propósito geral do trabalho.

Portaria nº 1.886/94, do Ministério da Educação e a Resolução nº 09/2004, do Conselho Nacional da Educação.

Os primórdios do ensino jurídico no Brasil demonstram que o saber e seus reflexos estavam umbilicalmente ligados a Portugal e seus jogos de poder. A alienação da cultura do ensino brasileiro vem, assim, desde a suposta “descoberta” portuguesa de seu território, datada de 1500, até o fim do colonialismo, quando sua elite essencialmente agrária (principalmente cafeeicultora), sonhava com uma identidade que diferenciase o Brasil de quem os havia explorado até então.

Tudo porque a manutenção do poder de Portugal dependia do vínculo estabelecido entre a cultura da metrópole e da colônia. Assim, era importante que se “abafasse” qualquer manifestação contrária aos seus interesses, bem como que a elite estudasse na Metrópole e reproduzisse exatamente o pensamento dos pensadores que por lá eram ensinados, adiando a criação de faculdades e universidades no território brasileiro.

Sobre a formação da intelectualidade brasileira na Universidade de Coimbra, afirma Américo Jacobino Lacombe⁴⁸:

“A formação de juristas não era urgente. A Universidade de Coimbra forneceu-nos bacharéis em Direito em número suficiente. A relação de nossos estadistas, magistrados e professores é toda de bacharéis de Coimbra. Todo o Brasil político e intelectual foi formado em Coimbra, único centro formador do mundo português. Era um ponto básico da orientação da Metrópole esta formação centralizada. (...) Este famoso laço de dependência não era neutro, nem indiferente. Foi um eficiente mecanismo de imposição de uma teoria oficial. (...) Os últimos brasileiros que cursaram suas aulas vieram a ser toda a *intelligentsia* do Império”.

O interesse de Portugal em formar a elite intelectual e a manter operando segundo as teorias adequadas e ensinadas em Coimbra se contrapôs, na seqüência, ao interesse da elite agrária de construção “de uma identidade nacional separada da herança portuguesa”⁴⁹.

Assim, passo importante para o rompimento das amarras do ensino jurídico brasileiro com a da sua antiga Metrópole se deu com a criação das duas primeiras faculdades de Direito do país, localizadas nas cidades de Olinda e São Paulo, em 1827, principalmente quando se sentiu a necessidade de formação de bacharéis para suprir as

⁴⁸ LACOMBE, Américo Jacobina. Cultura Jurídica. In HOLANDA, Sergio Buarque (org.). **História geral da civilização brasileira** tomo II. 8.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 420.

⁴⁹ FONSECA, Ricardo M. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879) IN: **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la universidad**, v. 8, n.1, 2005, p. 97.

demandas de cargos do executivo, do legislativo e do judiciário⁵⁰. Constata Nilo Pereira⁵¹:

“Cinco anos depois da Independência Nacional e após a outorgada Constituição brasileira de 1824, nada mais natural do que promover o ensino das ciências jurídicas e sociais, pois que a Nação necessitava de uma ordem legal que viesse do próprio conhecimento e da prática dessas ciências. O que então possuíam era, no Campo do Direito, o ensinamento castiçamente europeu da Universidade de Coimbra, de onde vieram os nossos doutores em Leis para executar, no Brasil, as Leis e Ordenações do Reino”.

No entanto, e quase paradoxalmente, no primeiro período de funcionamento destas faculdades muitos problemas estruturais fizeram com que fosse o ensino jurídico identificado com a baixa produtividade dos lentes (catedráticos) e de seus alunos. Inclusive, eram os alunos identificados como bagunceiros, desinteressados e os professores como ausentes. Ademais, a infra-estrutura era precária, sendo as duas faculdades instaladas em antigos mosteiros, e muitas foram as discussões e a tentativa de controle dos padres junto aos alunos.

Ora, um ambiente destes não poderia resultar em fértil produção acadêmica e em reflexos significativos para a sociedade. Resultado disto foram, novamente, a importação de conceitos (e de juristas portugueses) e a ausência de discussão acadêmica na criação legislativa do período, citando-se, como exemplo, a Constituição de 1824, o Código Criminal de 1830, o Código de Processo Criminal de 1832, o Código Comercial e o Regulamento 737, ambos de 1850.

As características acima eram gerais às duas faculdades, contudo, haviam particularidades importantes de uma e de outra. A Faculdade de Direito de Olinda congregava as influências de Portugal (sua localização a fazia longe dos centros políticos brasileiros) com as da Igreja, juntamente com a ampla ausência de docentes, evidenciando-se a baixa importância intelectual para a cultura jurídica brasileira, que ainda repetia a Portuguesa. Mas era Pernambuco conhecido como centro intelectual de resistência e de não-passividade em relação à Metrópole, razão pela qual este quadro muda sensivelmente com a mudança da sua sede, em 1854, para Recife.

⁵⁰Descreve Lilia Moritz Schwarcz “A partir de 1828 iniciavam-se os primeiros cursos, e de forma ascendente a profissão e a figura do bacharel tornavam-se estimadas no Brasil. O prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si ou da profissão *strictu sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito. Com efeito, das fileiras dessas duas faculdades saíram grandes políticos – entre ministros, senadores, governadores e deputados –, pensadores que ditaram os destinos do país”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 142.

⁵¹ PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife (1927-1977)**. Recife: Universitária, 1977, vol. 1, p. 65.

São Paulo, por outro lado, neste primeiro período, tentava oferecer uma formação atenta às necessidades profissionais da sociedade da época, sendo que suas idéias não refletiam apenas no mundo jurídico, mas também na política, no jornalismo, na literatura e na Administração em geral.

Apesar de identificar Pernambuco com a intelectualidade jurídica em si e São Paulo com a formação voltada para a prática jurídica e política conclui-se que, neste primeiro momento de surgimento dos cursos jurídicos “não houve propriamente um ambiente intelectual adequado para a formação de uma cultura jurídica nacional sólida e que pudesse afirmar com vigor uma tipicidade que a distinguisse da herança portuguesa. A cultura jurídica brasileira, na primeira metade do século XIX, ainda não tinha tido condições de sair de sua situação de um casulo⁵²”.

Mas foi a partir da metade do século XIX que a cultura jurídica e o ensino jurídico no Brasil começaram a ganhar contornos essencialmente brasileiros, principalmente porque era a época em que ascendiam no mundo jurídico os primeiros juristas formados pelas próprias faculdades brasileiras.

Nesta época algumas diferenças que interessam ao presente trabalho podem ser visualizadas, uma vez que acreditavam os pernambucanos estarem perto da técnica e da ciência, construindo soluções objetivas para os seus problemas (cientificismo, tecnicismo). Queriam os pernambucanos apresentar resistência às idéias que até aquele momento tiveram que aceitar da formação trazida por Coimbra. Assim, procuraram separar a Igreja do Direito e traçar um panorama objetivo e laico da cultura jurídica brasileira⁵³. Estavam longe dos centros de decisão do país, mas acreditavam pertencer a uma elite científica brasileira que deveria trazer as soluções para os problemas práticos. No entanto, o tempo trouxe as dificuldades de permanecerem tais juristas apenas na intelectualidade e a necessidade de adequação ao senso prático, aos aspectos profissionais do Direito.

Ao contrário do Recife, a Faculdade de Direito de São Paulo se preocupava não só em refletir, mas trazer a sociedade (leia-se elite cafeicultora) para a discussão, refletindo as posições de seus professores e alunos na política. A Faculdade de Direito

⁵² FONSECA, Ricardo M. A formação....p. 103.

⁵³ Neste sentido, Nilo Pereira (PEREIRA, Nilo. **Op. Cit.**, p. 143) complementa: “Sylvio Romero é um dos pontos culminantes desse movimento revolucionário, que coloca a Faculdade numa ótica nacional. O seu concurso foi o toque de reunir, entre os adeptos de Tobias, que começavam a se aglomerar para enfrentar os muros medievais da Metafísica. Seria uma luta que não teria, evidentemente, por cenário apenas a época emq eu irrompeu o movimento, mas, de modo geral, a própria cultura brasileira em suas expectativas mais ansiosas”.

não se desvinculou dos ideais católicos, mas os inseriu em seus discursos. Acreditavam estar formando os futuros políticos e burocratas do país, e efetivamente foram responsáveis por tal formação⁵⁴.

Para traçar o currículo pleno e predeterminado das faculdades de direito na época, uma informação é importante: o poder político controlava o ensino nas Faculdades de Direito. Os compêndios, por exemplo, deveriam ser cancelados pelo Poder público, conforme dispunha o Art. 7º, Lei de 11.08.1827⁵⁵. O art. 8º, desta mesma Lei, traz, por sua vez, o currículo das faculdades de Direito, atendendo às exigências da Igreja, com a inclusão da disciplina de Direito Público Eclesiástico e trazendo, seguindo a tendência da época, as disciplinas de forma tradicional e dogmática. O ensino jurídico no período imperial se caracterizou pelo controle absoluto do governo, pela metodologia calcada em aulas expositivas e formais, por não refletir as mudanças sociais e por ser formador apenas da elite econômica⁵⁶.

As reformas legislativas que se seguiram, da mesma forma, não trouxeram qualquer mudança significativa para a chegada de um ensino crítico e multidisciplinar, como se pode notar com o art. 23, § 1º e 2º, do Decreto 7.247 de 19.04.1879⁵⁷.

O Decreto nº 12.321, de 02 de janeiro de 1891, introduz mais um curso na Faculdade de Direito, o de notariado, e uma disciplina importante denominada “philosophia e historia do Direito”. A partir de tal mudança, há uma continuidade nos currículos de previsão de uma matéria introdutória que poderia ser filosofia e história do

⁵⁴ “Política e academia assim se encontravam, quase tendo a religião a legitimar essa união. Trata-se de evolucionismo de fundo católico, que pensa em inevitabilidades mas recorre ao Divino, que vincula um projeto profissional a um programa missionário. De fato, nesse período a faculdade paulista se transformava rapidamente em um centro de ‘eleitos’ especialmente treinados para a condução dos destinos da nação. Bastante afastada das esferas de decisão no período monárquico, já no período republicano associada ao poder econômico regional e contando com uma clientela privilegiada em termos financeiros, a escola de direito de São Paulo transforma-se em um dos grandes legitimadores do novo jogo político vigente”. SCHWARTZ, Lília. Op. cit., p. 178.

⁵⁵ “Art. 7º - Os Lentes farão a escolha dos compêndios da sua profissão, ou os arranjarão, não existindo já feitos, com tanto que as doutrinas estejam de accordo com o systema jurado pela nação. Estes compêndios, depois de aprovados pela Congregação, servirão interinamente; submenttendo-se porém a aprovação da Assembléia Geral, e o Governo os fará imprimir e fornecer às escolas, competindo aos seus autores o privilégio exclusivo da obra, por dez annos”.

⁵⁶ RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Ensino do Direito no Brasil – diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino**. Florianópolis: Boiteux, 2002, p. 19.

⁵⁷ “Art. 23. As Faculdades de Direito serão divididas em duas secções: a das sciencias jurídicas e a das sociaes. § 1º - A secção das sciencias jurídicas comprehenderá o ensino das seguintes matérias: Direito natural. Direito romano. Direito constitucional. Direito ecclesiastico. Direito civil. Direito criminal. Medicina legal. Direito commercial. Theoria do processo criminal, civil e commercial. E uma aula pratica do mesmo processo. § 2º - A secção das sciencias sociaes constará das matérias seguintes: Direito natural. Direito publico universal. Direito constitucional. Direito ecclesiastico. Direito das gentes. Diplomacia e historia dos tratados. Direito administrativo. Sciencia da administração e hygiene publica. Economia política”.

direito ou, como se verá nas seguintes alterações, introdução à ciência do Direito ou ainda, sob a denominação de enciclopédia jurídica. Tal previsão, não obstante, apesar de um grande passo, não quer dizer, de maneira nenhuma, a inclusão de uma possibilidade de se ensinar aos alunos o pensamento de forma crítica.

Seguindo cronologicamente as alterações legislativas do ensino jurídico brasileiro, a Lei nº 314, de 30.10.1895, determinou a realização do ensino nas Faculdades de Direito em cinco anos, ao invés de seis anos, não trazendo, contudo, alterações significativas nas bases curriculares. Já a reforma do currículo das Faculdades de Direito trazida pelo Decreto nº 8.659, de 05.04.1911, em seu art. 41, alterou a estrutura da matéria introdutória, *verbis*: “A Cadeira Filosofia do Direito fica transformada em Introdução Geral ao Estudo do Direito ou Enciclopédia Jurídica, assim como fica suprimida a Cadeira de Legislação Comparada”. Desta forma, no início do século XX, consolidou-se o seguinte currículo para as Faculdades de Direito⁵⁸, com o curso unificado de Ciências Jurídicas e Sociais, tudo, novamente, ensinado em 6 anos⁵⁹:

“1º Ano: Introdução Geral ao Estudo do Direito ou Enciclopédia Jurídica, Direito Público e Constitucional.

2º Ano: Direito Internacional Público e Privado e Diplomacia, Direito Administrativo, Economia Política e Ciência das Finanças.

3º Ano: Direito Romano, Direito Criminal (1ª Parte), Direito Civil (Direito de Família).

4º Ano: Direito Criminal (especialmente Direito Militar e Regime Penitenciário), Direito Civil (Direito Patrimonial e Direitos Reais) e Direito Comercial (1ª Parte).

5º Ano: Direito Civil (Direito das Sucessões), Direito Comercial (especialmente Direito Marítimo, Falência e liquidação judicial), Medicina Pública.

6º Ano: Teoria do Processo Civil e Comercial, Prática do Processo Civil e Comercial, Teoria e Prática do Processo Criminal”.

Em 1915 editou-se o Decreto nº 11.530, que reorganizou o ensino secundário e superior da recém-nascida República. Nota-se em tal corpo legislativo uma preocupação com a prática jurídica e com a metodologia do ensino, uma vez que trouxe determinações que deveriam ser de liberalidade das próprias faculdades, como a presente no artigo 176, que dispõe que: “quando o objecto de uma cadeira for ensinado em dous annos de curso, cada professora acompanhara no anno immediato a turma que sob a direcção d'elle começou o estado da matéria”, ou mesmo pelo artigo 179, que

⁵⁸ “A Reforma Rivadávia Correa, assinada durante o governo Hermes da Fonseca, foi um significativo marco do nosso ensino jurídico republicano, em primeiro lugar porque procurou viabilizar a autonomia corporativa das escolas e, em segundo, porque redefiniu a carreira docente e introduziu os exames para o ingresso acadêmico. De certa forma, podemos observar que a ruptura com os padrões imperiais de ensino só ocorreu a partir desta lei, como está no decreto regulamentar do ensino jurídico, onde identificamos preocupações modernizadoras do currículo, especialmente quanto à retomada do ensino do Direito Civil em novas bases de programa”. BASTOS, Wander Aurélio. **O ensino jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998, p. 151.

⁵⁹ Sinopse curricular extraída de BASTOS, Wander Aurélio. **Op. Cit.**, p. 150.

determina a ordem de ensino das partes do Direito Civil⁶⁰. Ainda, quanto à mudança da disciplina introdutória ditada pelo Decreto de 1911, trocou novamente a disciplina de introdução pela de filosofia, incluindo expressamente que: “o actual professor de Encyclopedia Jurídica passará a ensinar a Philosophia do Direito”.

A nova troca da matéria introdutória e algumas reformas pequenas e pontuais no currículo⁶¹ não tiveram o condão de mudar o rumo acrítico do ensino do direito. Desta forma, até o advento do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, ou seja, já na denominada Era Vargas, pode-se afirmar, junto com Aurélio Wander Bastos⁶² que: “os currículos jurídicos não tinham passado por qualquer influência modernizadora que absorvesse as novas demandas sociais do fim da Primeira República e os ideais urbanos e metropolitanos, mas abertos e sensíveis às novas teorias da organização do Estado e do progresso”.

Tal Decreto, reflexo principalmente do pensamento de Francisco Campos, à época ministro do Ministério da Educação e Saúde, era uma tentativa de minimizar os desacertos do ensino superior brasileiro, pois, na opinião dele⁶³: “no curso de Direito, como nos demais, havia excesso de disciplinas, todas elas criadas ao sabor das reformas sucessivas, sem objeto específico, que mais viciavam o sistema de ensino do que concretizavam qualquer valor educativo, além do que, inexistia qualquer preparo didático dos docentes”. Sua preocupação, contudo, não restou resolvida nesta reforma, como bem sabe qualquer professor do ensino superior da atualidade, principalmente porque conservou a estrutura dogmática.

Era necessário avançar não só na retórica da exposição dos motivos dos decretos. O investimento no corpo docente, a autonomia universitária com suficiência de recursos financeiros e um currículo adequado ao ensino crítico⁶⁴ ainda estavam (ou

⁶⁰ “Art. 179 – O Direito Civil deve ser ensinado de modo que no primeiro anno o alumno aprenda a parte geral e o Direito de Família; no segundo, Direito das Cousas e das Successões; no terceiro, Direito das Obrigações. O primeiro anno de Direito Commercial se estenderá até Sociedades, Contractos e Fallencias, estudando-se no segundo o Direito Marítimo. O segundo anno de Direito Pennal versará exclusivamente sobre Systemas Penitenciarios e Direito Penal Militar.”

⁶¹ O Curso de Direito compreendia, pelo Decreto nº 11.530/1915 18 cadeiras, a saber: Filosofia do Direito, Direito Romano, Direito Publico e Constitucional, Direito Internacional Público e Privado, Direito Civil, Direito Penal, Teoria e pratica do Processo Criminal, Economia Política, Ciências das Finanças e Direito Administrativo, Direito Commercial, Teoria do Processo Civil e Commercial, Prática do Processo Civil Commercial e Medicina Pública.

⁶² BASTOS, Aurélio Wander. **Op. Cit.**, p. 174.

⁶³ Opinião presente na exposição de motivos do referido decreto.

⁶⁴ Com a reforma de 1931 o curso de bacharel de Direito deveria compreender as seguintes matérias (com forme artigo 27, do Decreto nº 19.851/1931): introdução à ciência do direito, economia política e ciência das finanças, direito civil, direito penal, direito público constitucional, direito público internacional,

estão?) longe de serem concretizados. Pelo contrário, a única disciplina destinada especificamente à propedêutica, filosofia do direito, restou deslocada para o doutorado, restando aos bacharéis a técnica da introdução ao direito.

Mas depois de toda esta perspectiva histórica pergunta-se: onde estão as bases legislativas do currículo crítico? Quando, efetivamente, houve uma preocupação que saiu do papel e adentrou nas Universidades? Certamente não foi com o decreto seguinte, que alterou novamente o currículo incluindo a disciplina Teoria do Estado (Decreto nº 2.639/1940) nem com as outras inúmeras modificações legislativas que o sucederam⁶⁵. A mudança de cultura no ensino jurídico se deu, principalmente, com a modificação do modo de pensar de alguns doutrinadores que se tornaram expoente para o Brasil, influenciando – aí sim –, a partir da década de 70, as alterações legislativas e formando um projeto de ensino crítico do Direito.

1.4. A construção de um currículo crítico pelas reformas legislativas após os anos 60.

Não era mais possível sustentar o ensino jurídico puramente dogmático, justamente porque a mudança de paradigma ocorrida no início do século XX era agora evidente e não mais poderia ser ignorada⁶⁶. Os pensadores do Direito e do ensino jurídico, geralmente professores que enfrentavam em seu cotidiano as dificuldades trazidas pelo ensino acrítico, começaram a se manifestar exigindo reformas urgentes.

Um dos primeiros⁶⁷ a aparecer no cenário das faculdades de direito brasileiras exigindo a concretização de mudanças para superar a crise no ensino (1941) foi o professor da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, Francisco Clementino de San Tiago Dantas. “Defendia ele um movimento que visasse à restauração da supremacia da cultura jurídica e da confiança no Direito como técnica de controle

direito comercial, direito judiciário civil, direito judiciário penal, direito administrativo e medicina legal. Como se percebe, a reforma era apenas uma tênue mudança de nome das disciplinas.

⁶⁵ Principalmente com relação àquelas que se deram nos períodos não democráticos, como após o golpe de 1937.

⁶⁶ “De fato, a crise que se bate sobre o modelo jurídico tradicional está perfeitamente em sintonia com as mudanças e o esgotamento que perpassa os paradigmas vigentes nas ciências humanas. Os fundamentos metafísicos, racionais e formais que sustentaram durante séculos as formas de saber e a racionalidade dominantes, não mais mediatizam as inquietações e as necessidades do presente estágio da cultura burguês-capitalista”. WOLKMER, Antonio Carlos. Crise do Direito, mudança de paradigma e ensino jurídico crítico. In: Conselho Federal da OAB. **OAB ensino jurídico – diagnóstico, perspectivas e propostas**. 2.ed., Brasília: Conselho Federal, 1996, p. 75.

⁶⁷ Primeiros daquela época, porque se não pode deixar de citar o pensamento de Rui Barbosa sobre o ensino do Direito e as propostas que efetuou para as reformas curriculares.

social, e um ensino jurídico que tivesse como meta básica o desenvolvimento, o treinamento e o efetivo desempenho do raciocínio jurídico⁶⁸”.

Contudo, mesmo com o pensamento de San Tiago Dantas⁶⁹, descreve sobre os anos de 1930 a 1972, Horácio Wanderlei Rodrigues⁷⁰: “O que se pode dizer sobre este período é que mudanças significativas estruturais não ocorreram. Os cursos de Direito continuaram apresentando as mesmas falhas que apresentavam desde o Império, somadas a outras emergentes”.

Foram necessários novos pensadores do ensino jurídico, destacando-se dentre eles Roberto Lyra Filho, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UNB), a primeira a implementar um currículo voltado para a interdisciplinaridade⁷¹, e Luiz Alberto Warat, argentino radicado no Brasil, que pretendia a crítica do direito por uma aproximação com a semiologia.

Importante salientar que a UNB reformou seu currículo de forma que eram ensinadas as seguintes disciplinas propedêuticas: introdução às ciências sociais, introdução à ciência política, introdução à sociologia e introdução à ciência do direito. Tal currículo foi o precursor da reforma posteriormente instituída pela Resolução CFE 03/1972, que instituiu como obrigatória a disciplina de sociologia.

Juntamente com a influência dos doutrinadores foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁷², Lei nº 4.024/1961, estabelecendo um sistema de competência para viabilizar os diversos níveis de estudo: pré-primária, primária, médio, secundário, técnico e superior. Quanto ao ensino superior, trouxe uma inovação de mentalidade, ao determinar a prioridade do ensino com a realização de atividades de pesquisa, *verbis*: “Art. 66 – O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o

⁶⁸ RODRIGUES, Horácio W. **Ensino Jurídico saber e poder**. São Paulo: Acadêmica, 1988, p. 24.

⁶⁹ “(...) San Tiago não propriamente dá uma contribuição, apenas nessa questão da pesquisa jurídica, ou na questão dos currículos, como veremos, mas a sua grande contribuição para o ensino do Direito, na verdade, foi introduzir a discussão sobre o problema do método da reflexão jurídica, seu aprendizado e desenvolvimento”. BASTOS, Aurélio Wander. O ensino jurídico no Brasil e as suas personalidades históricas – uma recuperação de seu passado para reconhecer seu futuro. *In*: Conselho Federal da OAB. **Ensino Jurídico OAB 170 anos de cursos jurídicos no Brasil**. Brasília: OAB, 1997, p. 47.

⁷⁰ RODRIGUES, Horácio E. **op. cit.**, p. 25.

⁷¹ “Do ponto de vista do ensino jurídico, esta interdisciplinaridade que traduzia a abertura do conhecimento jurídico, não apenas para novos âmbitos do conhecimento mas também para o fenômeno do desenvolvimento, foi a grande e revolucionária contribuição da Universidade de Brasília”. BASTOS, Aurélio Wander. **Op. Cit.**, p. 216.

⁷² “A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi o documento referencial da educação no Brasil moderno e a primeira lei que definiu os seus princípios educacionais básicos, bem como o sistema de competências e as autoridades destinadas a viabilizá-la. As outras iniciativas de leis gerais da educação, no Brasil, não definiam os princípios básicos da educação, que deveriam presidir os currículos e influir sobre os métodos de ensino, nem o sistema coordenado de ação das autoridades educacionais”. BASTOS, Aurélio Wander. **Op. Cit.**, p. 227.

desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário”. Ademais, nos artigos seguintes, alterava o currículo pleno pré-determinado para currículo mínimo e transferia para as próprias universidades e professores autonomia para determinar o conteúdo das disciplinas:

“Art. 70. O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 71. O programa de cada disciplina sob forma de plano de ensino, será organizado pelo respectivo professor, e aprovado pela congregação do estabelecimento

(...)

Art. 80. As Universidades gozarão de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, que será exercida na forma de seus estatutos”.

Pensava-se ser o fim do ensino tecnicista. A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 trouxe o modelo da Universidade que, além de pensar no profissional e no técnico atribui a ela um papel formador de opiniões e de mudanças sociais. O modelo humanista estava pronto para ser inserido e permitir o estudo das disciplinas de forma crítica. Como aliado, o currículo mínimo restou inserido pela primeira vez no sistema de ensino jurídico universitário, em 1962, pelo Conselho Federal de Educação, sem, contudo, grandes alterações na prática⁷³, mormente com a chegada do fatídico ano de 1964.

O regime político adotado com o golpe militar fez o ensino jurídico retroceder para o tecnicismo, ignorando os avanços outrora anunciados, pois era conveniente a adoção de uma posição metodológica que não permitia o raciocínio crítico.

Nas palavras de José Eduardo Faria e Celso Fernandes Campilongo⁷⁴:

“(…) A ênfase à rentabilidade educacional anulou por completo a função formativa da Universidade brasileira, mediante uma crescente marginalização das atividades criativas e críticas. Como decorrência, as estruturas universitárias se verticalizaram, em detrimento da autonomia acadêmica e da flexibilidade horizontal de projetos interdisciplinares, ao mesmo tempo em que os corpos docentes se dispersaram entre departamentos estanques e fechados em sua própria rotina burocrática.

Ao voltar-se somente à produção de grandes contingentes de diplomados, dos quais a maioria absoluta destacava-se pela discutível qualidade de sua formação teórica e técnica, a Universidade brasileira progressivamente deixou-se transformar em simples agência cartorial transmissora de idéias pré-concebidas, incapaz de oferecer ao aluno respostas satisfatórias ao entendimento de seu meio ambiente e de prepará-lo em termos de qualificação profissional. Esse processo de abastardamento do ensino superior

⁷³ “A implantação desse novo modelo, estruturado já na perspectiva de uma autonomia parcial das IESs, em realidade não alterou muito a estrutura vigente. Na prática continuou existindo um curso com rigidez curricular. Além disso, as matérias listadas demonstram a manutenção da tendência, implementada principalmente a partir da Reforma Francisco Campos, de transformar o Ensino do Direito em formador de técnicos do Direito”. RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Op. Cit.**, p. 25.

⁷⁴ FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso Fernandes. **A sociologia jurídica no Brasil**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991, p. 11. A mesma citação pode ser encontrada também em FARIA, José Eduardo. **A reforma do ensino jurídico**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1987, p. 18-19.

tornou-se, no decorrer do regime pós-64, cada vez mais problemático, disfuncional e desagregador”.

Na sequência, a Constituição de 1967 instituiu que o ensino público superior e médio seria gratuito, com a ressalva de que haveria a substituição de tal gratuidade por bolsas de estudo. A ampliação aparente do acesso mascarava a restrição à liberdade de cátedra que se seguiu com a Lei nº 5.540/68, complementada pelo Decreto-Lei nº 464, de 1969.

Em suma: para cada avanço correspondia um retrocesso que, no presente caso, era ainda pior com a restrição absoluta da liberdade em todos os gêneros. A escola como instrumento de controle das ideologias é fundamental em um regime totalitário e o controle do que se ensina, a repetição do conteúdo pelos professores e a impossibilidade de se transmitir criticamente qualquer matéria diferente daquela instituída pelo grupo dominante é a única metodologia possível e imaginável. Não era outra a realidade vivida nas Faculdades de Direito, de modo que um ensino crítico, com docentes preparados teve que, novamente, ser adiado, salvo por aqueles que arriscavam suas vidas em prol da livre expressão de seus pensamentos⁷⁵.

Não são raros os exemplos de juristas que se puseram na frente de batalha contra o regime militar, na esperança da volta da democracia e da liberdade de expressão dentro e fora das Universidades. Florestan Fernandes, sociólogo, professor de Sociologia da Universidade de São Paulo, exilado no Canadá em 1969 com fundamento no Ato Institucional nº 5, já em 1965 sintetizou toda sua indignação⁷⁶:

“A universidade enfrenta, no momento, a pior crise com que já se defrontou durante sua curta formação no Brasil. Três ameaças principais pairam sobre ela e sobre a natureza de sua contribuição educacional. Primeiro, pretende-se submetê-la a uma tutela exterior cega e inflexível. Segundo, o radicalismo intelectual é focalizado como um mal em si mesmo e como um perigo para a sociedade. Terceiro, de uma forma ou de outra, os professores vêm-se diante de um novo dilema: fortalece-se dia a dia a aspiração de isolar-se o jovem do fluxo de reconstrução da sociedade.

O pior é que essas ameaças não procedem estritamente de fora. Muitos são os universitários que compartilham essas convicções e as sustentam intra muros, num esforço suicida de integrar a universidade dentro de correntes que a destruiriam, se vingassem e se viessem a definir nossos padrões de ensino superior”.

⁷⁵ A constatação também pode ser feita em relação ao corpo discente. Vide o marcante exemplo “11 de outubro de 1968. No maior arrastão da história brasileira, capturaram-se 920 estudantes num sítio em Ibiúna. Era o congresso clandestino da UNE. O movimento estudantil se acabara. Nos seis anos seguintes, militando em grupos armados ou na guerrilha rural, morreriam 156 jovens com menos de trinta anos. Deles, pelo menos dezenove estiveram em Ibiúna”. GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 248.

⁷⁶ FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa ômega, 1975, p. 29.

As reformas legislativas, contudo, não paravam de estabilizar um sistema de ensino universitário tecnicista cuja convivência com o regime político totalitário instaurado espantava. A Lei nº 5.540/68 foi o início das reformas que fomentaram a crise do sistema de ensino superior⁷⁷, seguida do Decreto-Lei nº 464/69, que enterrava de vez a autonomia universitária e a liberdade de cátedra, revogando os artigos inseridos pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

Especificamente para o ensino do Direito, o Conselho Federal de Educação editou a Resolução nº 003, em 1972, que disciplinou um currículo mínimo (com disciplinas básicas⁷⁸ e profissionais⁷⁹), com tempo de duração do curso de 4 a 7 anos e habilitações específicas a serem criadas pelas instituições. Parcialmente tal regra trouxe avanços, mas na prática o currículo mínimo era utilizado como máximo o que eliminou toda e qualquer interdisciplinaridade possível⁸⁰.

Depois do advento da precitada resolução e de sua má-utilização e interpretação, a crise chegou ao ápice. Sintetiza Aurélio Wander Bastos⁸¹:

“A manifestação combinada da crise de organização dos departamentos ou faculdades de Direito, no âmbito das universidades, com a crise do crescimento quantitativo desmesurado dos cursos, principalmente nos estabelecimentos isolados, sem qualquer preocupação ou política de qualidade, inclusive docente, com a crise da metodologia de se ensinar Direito, ou a crise da didática que se manifestou após o início da industrialização e da concentração das atividades econômicas na cidade e, por fim, com

⁷⁷ “As origens dessa crise são conhecidas: fruto da insensatez tecnocrática e da intolerância autoritária pós-64, a ampla reforma introduzida pela lei nº 5.540/68 impôs um sistema educacional completamente dissociado do contexto sócio-econômico brasileiro. Ela procurava, ainda que indiretamente, e de modo não confessado negociar a lealdade e a solidariedade política das novas gerações estudantis ao regime dito revolucionário em troca de um diploma desmoralizado – ao menos como símbolo de competência e qualidade em termos de formação acadêmica”. FARIA, José Eduard.o. **Op. Cit.**, p. 17.

⁷⁸ Introdução ao estudo do Direito, economia e sociologia.

⁷⁹ Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Penal, Direito Comercial, Direito do Trabalho, Direito Administrativo, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, disciplinas optativas, prática forense, estudo de problemas brasileiros e educação física.

⁸⁰ “O que ocorreu, por parte das instituições de ensino, foi uma má interpretação do espírito da reforma. A maioria delas adotou o currículo mínimo como currículo pleno, deixando de acrescentar-lhe outras matérias e atividades que permitissem, em cada caso concreto, a adequação dos cursos às realidades regionais”. RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Op. Cit.**, p. 28. No mesmo sentido: “Lembra, outrossim, o prof. Falcão que a Resolução de 1972 do Conselho Federal de Educação concedeu liberdade às Universidades na organização curricular, condicionando-as apenas quanto à duração do curso e o currículo mínimo. No entanto, os cursos jurídicos não sabendo usar da liberdade de comportamento que lhes foi concedida, optaram por uma autolimitação, vale dizer, renunciaram à autonomia posto que grande parte dos cursos transformaram em máximo o currículo mínimo afastando a flexibilidade, variedade e regionalização curriculares expressas pelas habilitações específicas (especializações) que viessem a atender ao dinamismo intrínseco do Direito e as possibilidades reais dos corpos docente e discente”. MELO FILHO, Aurélio. **Metodologia do ensino jurídico**. 3.ed., Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 45. Vide também Aurélio Wander Bastos, **op. Cit.**, p. 264: Finalmente, apesar de esse currículo exprimir modernas preocupações de ensino, a sua promulgação pelo regime autoritário, assim como o crescimento desmesurado das faculdades de Direito durante o período de sua vigência, comprometeram-no historicamente e inviabilizaram a sua eficácia”.

⁸¹ BASTOS, Aurélio Wander. **Op. Cit.**, p. 314.

a crise do conteúdo curricular tradicional, principal indicador da defasagem entre as disciplinas e seus conseqüentes programas e as exigências da sociedade moderna, provocou, no fim da década de 1970, uma das maiores crises do ensino jurídico no Brasil, assemelhável, em sua profundidade, à desarticulação do ensino e das instituições jurídicas no fim do Império e no início da República.

(...)

Paralelamente a estas crises endógenas do ensino jurídico, o Estado brasileiro de segurança nacional estava dando os seus primeiros sintomas de fragilização, com a desarticulação do modelo econômico apoiado nas corporações empresariais e da infraestrutura burocrática do Estado autoritário, com significativos efeitos exógenos sobre a universidade e as elites docentes, inclusive dos cursos de Direito”.

Com a crise instaurada, mais uma vez restava encontrar soluções que pudessem minimizar os efeitos de um regime totalitário e flexibilizar as “verdades” absolutas impostas, de modo a abrir novamente o ensino para a democracia. O caminho foi longo, mas no final dos anos 70 e começo dos anos 80, os debates tornaram-se públicos e as soluções foram exigidas pelas Instituições, corpo docente, corpo discente e pela própria sociedade.

A volta da democracia e a Constituição de 1988 colaboraram para enterrar o regime totalitário e a ausência de liberdade de cátedra. Os artigos 206 e 207 deixaram claras a liberdade de cátedra e a autonomia das universidades, *verbis*:

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma de lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma de lei;

VII – garantia de padrão de qualidade.

Art. 207. As universidades gozar de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Os resquícios da ditadura, todavia, estão até hoje nas Universidades, no formalismo exacerbado, na falta de liberdade de exposição do pensamento crítico e, também, na prática dogmatista dos professores e das instituições, que insistem em excluir de seu currículo conteúdos multidisciplinares.

No período de transição dos currículos, importante papel teve a Ordem dos Advogados do Brasil, mormente nos debates sobre a reformulação do ensino jurídico. Complementa Aurélio Wander Bastos⁸²:

“Essa conjunção de fatores, e o seu conseqüente aprofundamento, especialmente o crescimento quantitativo dos cursos jurídicos, com evidentes efeitos sobre a formação acadêmica, como resultado das práticas de expansão desordenada de novos cursos e da insuficiente e oportunista aplicação da Resolução nº 3 de 1972, sobre o currículo mínimo dos cursos jurídicos, levou a Ordem dos Advogados do Brasil, a partir dos anos 80, a procurar caminhos para evitar a perda de qualidade dos cursos e a incentivar a requalificação do ensino, não apenas através do exame de ordem e da supervisão dos estágios profissionais, mas, especialmente, através de mecanismos de manifestação sobre a criação, autorização e reconhecimento de novos cursos”.

Os encontros organizados para discutir os currículos das faculdades de Direito, o método de ensino, a didática, a inserção de disciplinas fundamentais, teóricas ou práticas foram essenciais para a posterior reforma que apontaria em meados dos anos 90, inclusive com a nomeação, em 1991, pelo Conselho Federal da OAB, de uma Comissão de Ensino Jurídico. Tal comissão restou responsável pelas principais publicações do país que discutiram o ensino jurídico e suas possíveis modificações curriculares.

Por sua vez, o Ministério da Educação nomeou uma primeira Comissão de Especialistas de Ensino do Direito, em 1980, a qual influenciou a opção das faculdades por disciplinas básicas (introdução à ciência do Direito, sociologia geral, economia, introdução à Ciência Política, Teoria da Administração), de formação geral (teoria geral do Direito, sociologia jurídica, filosofia do Direito, Hermenêutica Jurídica e teoria geral do Estado), de formação profissional (as disciplinas dogmáticas tradicionais) e de habilitações específicas. Tal comissão, que sofreu renovação de seus integrantes em 1993, teve participação, também, nos conteúdos curriculares presentes na Portaria MEC nº 1.886/94.

1.5. Quadro legislativo atual: Portaria MEC nº 1.886/94, Lei nº 9.394/96 e Resolução nº 09/2004, do CNE.

Revogando expressamente a Resolução nº 3/72, a Portaria nº 1.886/94 conseguiu ampliar as perspectivas do ensino jurídico ao estabelecer currículo mínimo que deveria observar a interdisciplinaridade, trazendo, dentre outras inovações, a necessidade de

⁸² BASTOS, Aurélio Wander. **Op. Cit.**, p. 314.

apresentação de monografia no final do curso, o preenchimento pelos alunos de horas estágio obrigatório e de atividades complementares, fortalecendo, assim, as três fases da formação ideal dos discentes: ensino, pesquisa e extensão.

Quanto ao currículo mínimo, o art. 6º, da Portaria nº 1.886/94, determinou:

“Art. 6º. O conteúdo mínimo do curso jurídico, além do estágio, compreenderá as seguintes matérias que podem estar contidas em uma ou mais disciplinas do currículo pleno de cada curso:

I – Fundamentais Introdução ao Direito, Filosofia (geral e jurídica, ética geral e profissional). Sociologia (geral e jurídica), Economia e Ciência Política (com teoria do Estado);

II – Profissionalizantes Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito do Trabalho, Direito Comercial e Direito Internacional.

Parágrafo único. As demais matérias e novos Direitos serão incluídos nas disciplinas em que se desdobrar o currículo pleno de cada curso, de acordo com suas peculiaridades e com observância de interdisciplinaridade”.

Ou seja, a ênfase foi dada ao conteúdo mínimo das disciplinas, organizadas de acordo com a autonomia das instituições, diferentemente dos currículos anteriores, onde as matérias ou disciplinas eram obrigatórias independentemente de seu conteúdo. Permitiu-se, com isto, uma flexibilização na organização do quadro curricular, que dependeria das necessidades regionais do mercado de trabalho, da estrutura administrativa das instituições e de suas coordenadorias e da formação dos docentes⁸³. A prioridade nos conteúdos também estava de acordo com as mudanças necessárias preconizadas pela Ordem dos Advogados do Brasil que, através do Exame de Ordem, restringia o mercado de trabalho da advocacia apenas para aqueles que demonstravam dominá-los.

A Lei das Diretrizes e Bases, em 1996, também contribuiu para as mudanças no ensino superior, eis que traz expressamente que ele tem por finalidades principais: estimular o pensamento reflexivo; formar profissionais; incentivar a pesquisa científica; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; estimular o conhecimento da realidade e o aperfeiçoamento cultural e profissional; promover a

⁸³ “A Portaria não fixa apenas o currículo mínimo dos cursos jurídicos, como fazia a Resolução revogada, mas fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo desses cursos. Ou seja, vai além do que tradicionalmente é objeto das normas curriculares dos cursos de Direito. Ao fixar as diretrizes curriculares ela determina uma série de orientações que obrigatoriamente têm de ser levadas em consideração, não apenas na elaboração da grade curricular, mas também no tratamento que deve ser dado aos conteúdos das matérias. De outro lado, ao referir-se a conteúdo mínimo e não currículo mínimo, demonstra ela claramente a visão de que o curso de Direito não é apenas um conjunto de disciplinas e atividades, mas um conjunto de conteúdos, que se desenvolvem através de disciplinas e atividades diversas”. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Novo currículo mínimo dos cursos jurídicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 63.

extensão. Ainda, dispôs especificamente sobre os delineamentos da autonomia didática das Universidades, enumerando suas atribuições exemplificativamente.

A implantação dos novos currículos e conteúdos nas faculdades de direito no país, a partir da nova legislação, teve a contribuição valiosa da Ordem dos Advogados do Brasil, em parceria com o Ministério da Educação. Através dela foram elaborados quesitos e indicadores de qualidade do ensino jurídico⁸⁴, sendo as instituições voluntariamente avaliadas, com a divulgação dos resultados para a população. Assim, pôde-se ter uma idéia estatística das qualidades e das dificuldades dos cursos jurídicos, bem como se chegar mais perto de uma solução para os seus problemas. Não bastava, portanto, cumprir um currículo mínimo, mas seu conteúdo também deveria estar de acordo com as exigências profissionais e formativas exigidas.

A implantação do currículo trazido pela Portaria nº 1.886/94 foi gradual, sendo adaptados os conteúdos de forma a se pensar na interdisciplinaridade. Não obstante, nova mudança, dez anos depois, transformou o currículo mínimo do Direito, inserindo, novamente, conteúdos formativos não tradicionais. Desta vez, descrevendo o perfil de formação do estudante de ensino superior, a Resolução nº 09/2004⁸⁵ foi enfática *verbis*:

“Art. 3º. O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Art. 4º. O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências:

I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

II - interpretação e aplicação do Direito;

III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

VII - julgamento e tomada de decisões; e,

VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito”.

Quanto à estrutura curricular e o conteúdo das disciplinas, dispôs expressamente:

⁸⁴ Tais como necessidade social do Curso, Projeto Pedagógico, Qualificação dos docentes, núcleo de prática jurídica, infra-estrutura e biblioteca.

⁸⁵ Para consultar inteiro teor da Resolução, vide Anexo I.

“Art. 5º O curso de graduação em Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I - Eixo de Formação Fundamental, tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

II - Eixo de Formação Profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual; e

III - Eixo de Formação Prática, objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares”.

A valorização da formação humanística e crítica dos estudantes⁸⁶ presente nos artigos da Resolução enterrou de vez os argumentos sustentados por aqueles que defendem um ensino jurídico tecnicista, voltado apenas para mercado de trabalho, porque não há excelência no campo profissional sem uma formação humana, crítica e reflexiva.

Todas estas nuances da reforma são importantes para a reformulação do ensino jurídico⁸⁷, contudo, apenas elas não bastam para a instauração do pensamento crítico e consequente relativização do tradicionalmente aplicado “discurso do mestre” e suas “verdades reveladas”. A inserção da psicologia nos conteúdos obrigatórios para a Faculdade de Direito, neste sentido, foi fundamental para a compreensão do próprio ser humano e de sua relação consigo e com os demais. A busca da subjetividade humana,

⁸⁶ “... não deve um curso de Direito se preocupar exclusivamente com uma formação técnica jurídica, impondo-lhe oportunizar ao aluno uma formação completa, que lhe prepare para a vida e não somente para uma profissão. Daí a necessidade de cada vez mais se preocupar com os conteúdos e atividades integrantes do denominado eixo de formação fundamental, que tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo, dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia” ALMEIDA JUNIOR, Fernando Frederico de. Os atuais objetivos do ensino de Direito no Brasil. In: CARLINI, Angélica; CERQUEIRA, Daniel Torres de; ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Op. Cit.**, p. 191 .

⁸⁷ “... não há como negar que as proposições que buscam aumentar o número de disciplinas teóricas de formação como forma de melhor desenvolver o senso crítico dos alunos, propiciando-lhes um ensino interdisciplinar voltado à realidade social e que vincule à teoria, tem seus aspectos positivos. Há realmente essa necessidade, acoplada a de um currículo mais flexível, com disciplinas optativas e diferentes possibilidades de aprofundamento temático. Nesse sentido, as alterações e inovações introduzidas pela Portaria 1.886/94/CFE trazem uma série de avanços importantes para o ensino jurídico nacional”. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Op. Cit.**, p. 87.

mais além da razão, ignorada pelos dogmáticos, que insistem em afirmar sua desnecessidade, é a contribuição mais autêntica e sincera que os conteúdos da psicologia (principalmente através da leitura psicanalítica) podem trazer ao Direito.

“Isso consiste em pensar que há coisas que são evidentes, que, por exemplo, quando alguém está triste é porque não tem o que seu coração deseja. Nada mais falso – há pessoas que têm tudo o que os seus corações desejam e que ainda assim são tristes. A tristeza é uma paixão de natureza inteiramente outra”.

Jacques Lacan

Capítulo 2

APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 09/2004, DO CNE

2.1. A complexidade da própria psicologia.

A pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade trouxeram para o Direito a necessidade de se incluir nos currículos conteúdos da psicologia, mormente segundo a leitura da Resolução nº 09/2004, do Conselho Nacional de Ensino. Não se trata, todavia, da primeira vez que tais conteúdos são inseridos nos currículos de Direito.

Eles já se fizeram presentes nos currículos do Curso de Direito e do Curso de Psicologia, nas disciplinas denominadas Psicologia Jurídica, Psicologia Forense ou Judicial⁸⁸ e Psiquiatria Forense⁸⁹, com objetos específicos, mas focados,

⁸⁸ Sobre a diferença entre psicologia jurídica e psicologia forense ou judicial esclarece Jorge Trindade (TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica** – para operadores do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 26): “Ainda que alguns autores identifiquem a psicologia jurídica com a psicologia judicial, forense ou legal (Munõz Sabaté, 1980; Garzón, 1990), na trajetória da psicologia e do direito foi historicamente relevante diferenciar essas duas modalidades de atuação. A psicologia jurídica trata dos fundamentos psicológicos da justiça e do direito, enquanto que a psicologia judicial aparece como o estudo e aplicação dos processos psicológicos à prática do jurista, sendo inaugurada com a psicologia criminal”.

⁸⁹ “A psiquiatria é a parte da Medicina que estuda e trata as perturbações do comportamento humano. Ocupa-se da personalidade global de um doente que sofre um transtorno patopsicológico. Quando se faz aplicação à justiça da psiquiatria clínica, ela passa a ser designada por psiquiatria forense. A psiquiatria forense não se confunde com a psiquiatria clínica; orienta-se para fins diversos. A psiquiatria clínica visa a fazer o diagnóstico, estabelecer a terapêutica, indicar o prognóstico, cuidar, enfim, do enfermo, objeto de sua solicitude e preocupação de todos os instantes. A psiquiatria forense relaciona o estudo do enfermo mental com a lei, permitindo o seu enquadramento nos dispositivos legais e regulamentares que regulam sua situação jurídica e administrativa”. GOMES, Hélio. **Medicina Legal**. 18.ed., Rio de Janeiro: Freitas

principalmente, no estudo da mente do criminoso, na relação imputabilidade/inimputabilidade, nos laudos judiciais cíveis que aferiam responsabilidade e naqueles realizados pelo serviço social das Varas de Família. Nos cursos de Direito, pelo próprio objetivo buscado, estava, a psicologia jurídica, umbilicalmente ligada, sendo, inclusive, lecionada conjuntamente com a disciplina de medicina legal⁹⁰.

Mas era necessário que os conteúdos de psicologia jurídica tivessem sua autonomia em relação às outras disciplinas similares, como a medicina legal, por serem diferentes e se fundamentarem em técnicas díspares no tratamento e diagnóstico clínico do paciente, tal como a própria psicologia conquistou sua autonomia em relação à medicina.

Clinicamente, a medicina fundamenta o diagnóstico psíquico do paciente nas causas orgânicas e neurológicas às quais são tratadas de forma a amenizar os sintomas apresentados. A cura é a cessação dos sintomas através de intervenção química ou fitoterápica. A psicologia, por sua vez, trata dos comportamentos e de suas origens psíquicas, bem como do reconhecimento da subjetividade pelo próprio sujeito, procurando causas dos sintomas, muitas vezes ocultas, fundamentando o tratamento na terapia, sem a utilização de medicamentos.

Há inúmeras terapias por ela utilizadas para se atingir as causas dos sintomas e fazer com que o paciente tenha uma melhora significativa em sua saúde psíquica, mormente em termos de qualidade de vida. Uma das técnicas mais utilizadas pelos psicólogos, tal como na psicanálise, é o manejo das palavras e das funções do discurso nas sessões com pacientes. Há, também, profissionais que se utilizam do próprio corpo do paciente e das possibilidades de movimento. Outros se servem de testes pré-estabelecidos e dos resultados estatísticos que promovem.

A multiplicidade de técnicas, ao longo da história, colocou à prova o caráter científico da psicologia, principalmente pela utilização exagerada dos métodos

Barros, 1977, p. 118. Em outras palavras: “Com o surgimento da Psiquiatria como uma das especialidades médicas, esta tomou a si todas as relações entre a Saúde Mental e a Justiça, e é neste momento que surge a psiquiatria forense, podendo ser definida, enfim, como a subespecialidade que faz uso dos conhecimentos psiquiátricos à luz da legislação, ou como a utilização dos conhecimentos psiquiátricos a serviço da justiça”. RIGONATTI, Sérgio Paulo. Notas sobre a história da psiquiatria forense, da Antiguidade ao começo do século XX. In: RIGONATTI, Sérgio Paulo (coord.). **Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica**. São Paulo: Vetor, 2003, p. 19.

⁹⁰ Tal constatação é fácil de ser aferida, pois os manuais de Medicina Legal, em sua maioria, trazem capítulo dedicado à psicologia. Vide, por exemplo, A. Almeida Junior, em Lições de Medicina Legal (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948, p. 347-498); Hélio Gomes, em Medicina Legal (op. cit., p. 92-117).

oriundos das ciências naturais. A busca cega da objetividade em uma ciência que tem por objeto a subjetividade humana por si já é um paradoxo. Um olhar sobre a psicologia que efetivamente considere a subjetividade resolve, contudo, o paradoxo sem eliminá-lo, pois como ressalta Michel Foucault⁹¹ “(...) a psicologia não mais busca provar sua possibilidade por sua existência, mas fundamentá-la a partir de sua essência, e ela não mais busca suprimir, nem mesmo atenuar suas contradições, mas sim justificá-las”.

Para se chegar a uma conclusão que não elimina as contradições, mas sim as relêem de uma forma crítica e histórica, é necessário um resgate das teorias da psicologia buscando um conceito a partir do estudo da multiplicidade nas subjetividades. Afinal, como lembra Warat⁹²: “Na modernidade, a figura do sujeito foi neutralizada no interior de um discurso de verdade que o tornou um personagem anônimo, mero enunciador de um saber construído fora de seu corpo e de seu desejo. Em nome da verdade, o sujeito não foi considerado”.

A história da psicologia passa também por esta desconsideração do sujeito em busca da objetividade para depois proporcionar justamente o estudo de uma subjetividade em busca das várias e diferentes nuances da própria subjetividade, deixando de ser o sujeito enunciador de uma verdade, como era nas ciências tradicionais, para ser aquele bordeado pelo seu desejo. Uma subjetividade considerada.

Michel Foucault, em um brevíssimo texto que descreve a história da psicologia entre os anos de 1850 a 1950, recupera cronologicamente a história da psicologia moderna, iniciando pelo final do século XIX, onde as correntes tinham como característica comum a busca de objetividade, tomando como fundamento a metodologia das ciências naturais. Ainda se percebia a ligação íntima destes primeiros estudos com a física e com a medicina (neurologia, principalmente). Neste campo, encontram-se os modelos denominados pelo autor de físico-químico, orgânico e evolucionista.

O primeiro – físico-químico – tem como expoente John Stuart Mill, o qual se autodenominava filósofo político e econômico. É considerado como expoente de uma pré-psicologia moderna eis que sua teoria se encontra entre a psicologia antiga ou filosófica⁹³ e a moderna. Mesmo sem a pretensão de tratar de psicologia, a obra de Mill

⁹¹ FOCAULT, Michel. **Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. 2.ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.150.

⁹² WARAT, Luis Alberto. **A procura surrealista...**, p. 493.

⁹³ É entre os filósofos gregos que surgiram as primeiras tentativas em sistematizar um conhecimento psicológico. O próprio termo psicologia vem do grego *psyché*, que significa alma, e de *logos*, que

“abordou algumas de suas concepções acerca da associação e da química mental e incluiu uma defesa da criação de uma abordagem científica ao estudo da psicologia (a que chamou etologia), com base no fato de que, embora pudesse não atingir o grau de precisão da física, poderia ter resultado tão bom quanto em outras disciplinas que eram consideradas científicas na época (por exemplo, a meteorologia)”⁹⁴. Tal método é resumido por Michel Focault⁹⁵:

“Os fenômenos do espírito, assim como os fenômenos materiais, exigem duas formas de pesquisa: a primeira tenta, a partir dos fatos, ter acesso às leis mais gerais, segundo o princípio da universalização newtoniana; a segunda, tal como a análise química para os corpos compostos, reduz os fenômenos complexos em elementos simples. Assim, a psicologia terá por tarefa encontrar, nos fenômenos do pensamento mais abstrusos, os segmentos elementares que os compõem; no princípio da percepção e do conhecimento da matéria, ela encontrará a sensação (‘a matéria pode ser definida como uma possibilidade permanente de sensação’); no princípio do espírito e do conhecimento que o espírito tem de si mesmo, a psicologia descobrirá o sentimento”.

O modelo orgânico, por sua vez, inaugura o que se denominou de psicologia moderna, com publicações de Fechner, em 1860 e Wundt, na década de 70. A diferença começava pelo método experimental. Foram criados laboratórios de experiência psicológicas, precursoras das teorias sobre ação e reação psíquica aos estímulos, derivadas dos estudos anteriores de fisiologia⁹⁶. Em Leipzig, Alemanha, o catedrático Gustav Fechner, aluno do fisiólogo Ernst Weber, realizou algumas experiências importantes para a psicologia. Sobre a relação entre a mente e o corpo, entendia que “... embora a mente e o corpo pudessem ser considerados dois aspectos da mesma realidade fundamental, a mente era a característica dominante desta realidade”⁹⁷, abrindo espaço para o advento do estudo da mente como predominante em relação à própria fisiologia.

significa razão. Portanto, etimologicamente, psicologia significa “estudo da alma”. Nessa época, no entanto, a psicologia era diretamente ligada com a filosofia e fundamentada na prevalência da consciência e da razão (Sócrates), na separação da alma com o corpo (Platão) ou na existência de uma alma racional indissociável do corpo (Aristóteles). Na idade média, o advento e crescimento do cristianismo interligou os estudos da psicologia com a religião e com a Igreja Católica. Somente após a cisão entre o razão humana e a fé (iniciada no Renascimento), é que no século XIX puderam os estudiosos se preocupar com a verdadeira psicologia científica, autônoma, separada da Filosofia, da Pedagogia e de qualquer outra interferência, inclusive das místicas.

⁹⁴ GOODWIN, C. James. **História da Psicologia Moderna** (Tradução de Marta Rosas). São Paulo: Cultrix, 2005, p. 69.

⁹⁵ FOCALT, Michel. **Op. Cit.**, p. 135.

⁹⁶ “É em meados do século 19 que os problemas e temas da Psicologia, até então estudados exclusivamente pelos filósofos, passam a ser, também, investigados pela Fisiologia e pela Neurofisiologia em particular. (...) Algumas descobertas são extremamente relevantes para a Psicologia. Por exemplo, por volta de 1846, a Neurologia descobre que a doença mental é fruto da ação direta e indireta de diversos fatores sobre as células cerebrais. A Neuroanatomia descobre que a atividade motora nem sempre está ligada à consciência, por não estar necessariamente na dependência dos centros cerebrais superiores”. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias – uma introdução ao estudo de psicologia**. 13.ed., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 39.

⁹⁷ GOODWIN, C. James. **Op. Cit.**, p. 116.

Também acreditava que “... a mente e o corpo poderiam ser unidos harmonicamente e com precisão matemática por meio da medição das sensações psicológicas e dos estímulos físicos que as produziam”⁹⁸, preconizando as experiências laboratoriais futuras.

Mas foi com Wilhen Wundt que se considerou o nascimento da psicologia moderna experimental, fundamentada por ele em dois programas principais: “o exame da consciência imediata, por meio de métodos experimentais de laboratório, e o estudo de processos mentais superiores, por meio de métodos não-laboratoriais”⁹⁹. Wundt, então, trazia um novo conceito de psicologia ao aliar os métodos experimentais de laboratórios com processos mentais relativos à história individual como a aprendizagem, o raciocínio e a linguagem. Ou seja, há no psiquismo um componente biológico que pode ser medido e previsto por técnicas laboratoriais, comum a todos os seres humanos, como também há um componente que advém do meio onde foi constituído aquele indivíduo e da sua forma de aprendizagem, raciocínio, linguagem, etc.

O modelo evolucionista toma esta diferença para tentar achar uma resposta adequada ao questionamento: há predominância do biológico ou do cultural? A chave para a compreensão da teoria evolucionista da psicologia é o estudo do que enunciou Charles Darwin¹⁰⁰. Para ele, as espécies sofriam mutações de forma as adaptar ao meio e às suas necessidades mais prementes. Resumidamente, o evolucionismo de Darwin era importante para a psicologia, pois demonstrou que havia uma continuidade entre os processos mentais humanos e o das outras espécies, de modo que o estudo de comportamentos, instintos e da mente das espécies animais poderia se refletir nos homens. Ademais, ficaram evidentes as diferenças individuais entre os seres de uma mesma espécie – e também entre os seres humanos – dando ênfase ao histórico individual e evolutivo familiar.

Herbert Spencer é um dos expoentes da teoria. Michel Foucault¹⁰¹ atenta, quanto à ele:

⁹⁸ GOODWIN, C. James. **Op. Cit.**, p. 116.

⁹⁹ GOODWIN, C. James. **Op. Cit.**, p. 121.

¹⁰⁰ “A principal contribuição de Darwin à psicologia foi a teoria da evolução, a qual promoveu entre os psicólogos norte-americanos um modo de pensar que acabou por chamar-se funcionalismo (...) por enquanto, nos bastará saber que os funcionalistas se interessavam pelo estudo dos comportamentos e processos mentais humanos em termos de como se prestavam à adaptação do indivíduo a um ambiente em mudança constante.” GOODWIN, C. James. **Op. Cit.**, p. 157.

¹⁰¹ Foucault, Michel. **Op. Cit.**, p. 137.

“A evolução do indivíduo ali é descrita, ao mesmo tempo, como um processo de diferenciação – movimento horizontal de expansão para o múltiplo – e por um movimento de organização hierárquica – movimento vertical de integração na unidade: assim procederam as espécies no curso de sua evolução; assim procederão as sociedades no curso de sua história; assim procede o indivíduo no curso de sua gênese psicológica, desde o feeling indiferenciado, até a unidade múltipla do conhecimento.

(...)

A importância do evolucionismo na psicologia deve-se, sem dúvida, a ele ter sido o primeiro a mostrar que o fato psicológico não tem sentido senão com relação a um futuro e a um passado, que seu conteúdo atual assenta-se sobre um fundo silencioso de estruturas anteriores que o carregam de toda uma história, mas que ele implica, ao mesmo tempo, um horizonte aberto sobre o eventual. O evolucionismo mostrou que a vida psicológica tinha uma orientação. Mas, para desligar a psicologia do preconceito de natureza, restava ainda mostrar que essa orientação não era apenas força que se desenvolve, mas significação que nasce”.

O evolucionismo, portanto, abriu caminho para partir de um geral biológico, comum às espécies e sujeito à evolução natural, inevitável, complementando-o com um particular, histórico, individual, relevante para aquele sujeito. O misto destas duas faces – geral e específica – tornava os seres humanos “aptos” ou “não aptos” para a vida social¹⁰² (esta aptidão defendida por Spencer também era precursora de preconceitos que sustentavam a superioridade de uns sobre outros, bem como sustentava toda uma lógica adequada para o sistema capitalista de produção, diga-se).

Ainda no século XIX e início do século XX, outras teorias norte-americanas, derivadas do modelo evolucionista e da psicologia experimental, demonstraram sua importância no âmbito da psicologia. O funcionalismo de William James trouxe como relevante para a psicologia o domínio da consciência como necessária para adaptação do homem ao meio em que vive. Já o estruturalismo de Edward Titchner estudava em laboratório a estrutura dos sistemas conscientes do psiquismo. Por fim, o associacionismo, de Edward L. Thorndike associava as idéias mais complexas às mais simples nos processos de aprendizagem, estudando a Lei do Efeito (um comportamento tende a se repetir quando estimulado e a não mais acontecer se castigado), deveras importante para a psicologia.

A partir das conclusões extraídas das teorias supracitadas, surgiram aquelas que, posteriormente, tornaram-se as mais relevantes pela sua generalizada aplicação e estudo, persistindo até hoje no cenário da psicologia moderna: o behaviorismo, a Gestalt¹⁰³ e a psicanálise.

¹⁰² Aqueles que seguiam a teoria de Spencer eram chamados de darwinistas sociais.

¹⁰³ A tradução mais correta da palavra alemã *Gestalt* é *forma*, *formato*.

A psicologia comportamental ou behaviorista enfatiza a importância do meio em que vive o sujeito para a sua constituição, em detrimento dos aspectos biológicos dos seres humanos. Para seus teóricos, a psicologia deve estudar não a consciência, mas o comportamento, que é condicionado pelos estímulos ao seu redor. A importância do processo e métodos de aprendizagem é, assim, fundamental para os comportamentalistas. Com o “treinamento” do comportamento a partir de determinados estímulos é possível mudar as reações imediatas diante de uma situação. Ter medo ou deixar de ter medo, amar, odiar ou ignorar uma pessoa ou um objeto é algo controlável a partir de estímulos que produzem certas reações. Sintetiza Focault:

“O behaviorismo, inaugurado por Watson, busca o sentido adaptativo das condutas a partir das manifestações objetivas do comportamento. Sem fazer intervir a experiência vivida, nem mesmo o estudo das estruturas nervosas e de seus processos, deve ser possível, confrontando a análise das estimulações com a das reações, reencontrar a unidade do comportamento. Watson propõe como axioma: ‘uma resposta é executada ante todo estímulo efetivo e a resposta é imediata’”¹⁰⁴.

A teoria da psicologia comportamental se difundiu com amplitude, pois suas aplicações práticas e seus resultados em pouco tempo a traziam para o cotidiano de quem acreditava em mudanças pelo condicionamento do comportamento ruim, censurando-o, e estímulo do comportamento bom, incentivando-o. A objetividade era privilegiada; a experiência e o condicionamento através dos estímulos (ou mesmo a aprendizagem no geral) eram considerados os verdadeiros determinantes da mente e do caráter.

As técnicas behavioristas são aplicadas em grande quantidade em diversas áreas além da própria clínica. Nas escolas, no ensino dos pais em como educar seus filhos, estão presentes os estímulos que supostamente levarão às condutas aceitas socialmente. Tais técnicas podem levar a uma melhora significativa no comportamento que se quer desestimular, mas porque generaliza todas as pessoas e considera que devem ter sempre o mesmo comportamento gerado pelo mesmo estímulo, desconsidera, em parte, a própria subjetividade, excluindo certos nuances do histórico pessoal e familiar, bem como algumas peculiaridades referentes aos aspectos biológicos e genéticos.

A psicologia da Gestalt surge como uma crítica ao behaviorismo, justamente por considerar que entre o estímulo e a reação esperada há todo um campo de percepção

¹⁰⁴ FOCAULT, Michel. **Op. Cit.**, p. 144.

particular do sujeito¹⁰⁵, o qual depende de inúmeras variáveis que estão ligadas ao todo daquela situação.

“Os gestaltistas argumentavam que não se poderia atingir a compreensão da mente e do comportamento pela identificação dos elementos sensoriais básicos da experiência consciente, nem pela redução de comportamentos complexos em unidades elementares de estímulo e reação. Em vez disso, sua ênfase recaía nos todos e, por isso, o movimento logo foi associado a esta frase de efeito: além de ser diferente, o todo de uma experiência é mais que a soma de suas partes”¹⁰⁶.

Há uma diferença entre a realidade física e a que é percebida pelo indivíduos. A forma de perceber esta realidade e ter um comportamento aliado à esta percepção é o objeto de estudo da teoria da gestalt. Ou seja, “na visão dos gestaltistas, o comportamento deveria ser estudado nos seus aspectos mais globais, levando em consideração as condições que alteram a percepção do estímulo”¹⁰⁷. Para eles, portanto, há uma interpretação do estímulo que gera um comportamento. Tal interpretação é particular, subjetiva, oriunda da percepção e não geral, fundamentada no condicionamento das reações, tal como sustentam os comportamentalistas.

Afora a psicanálise, que será tratada posteriormente por se tratar do marco teórico do presente trabalho, há, ainda, muitas outras teorias da psicologia, podendo-se citar, por importância, a psicologia do desenvolvimento humano, psicologia social e a psicologia de grupo. A psicologia do desenvolvimento humano, preconizada por Jean Piaget e Lev Semenovich Vigotski, é voltada para os aspectos pedagógicos e da aprendizagem infantil e também tem grande aplicação para o Direito, mormente quando se trata de discutir a infância e a adolescência. A psicologia social, iniciada pelo gestaltista Kurt Lewin, estuda os fenômenos de grupo, de comunicação e os processos de socialização, através da consciência e da identificação, com o objetivo de compreender a relação do indivíduo com a sociedade. Já a psicologia de grupo, que teve como expoente Jacob Levy Moreno, estudou as possibilidades de terapia através de grupos formado por afinidades entre as pessoas¹⁰⁸.

¹⁰⁵ “Os experimentos com a percepção levaram os teóricos da Gestalt ao questionamento de um princípio implícito na teoria behaviorista – que há relação de causa e efeito entre o estímulo e a resposta – porque, para os gestaltistas, entre o estímulo que o meio fornece e a resposta do indivíduo, encontra-se o processo de percepção”. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Op. cit.**, p. 60.

¹⁰⁶ GOODWIN, C. James. **Op. Cit.**, p. 296.

¹⁰⁷ BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Op. cit.**, p. 60.

¹⁰⁸ “Um olhar retrospectivo tanto sobre civilizações primitivas como sobre as altamente desenvolvidas mostra que uma antiqüíssima sabedoria consiste em atribuir às forças do grupo um papel decisivo na estruturação da vida social. Reconheceu-se desde cedo que é mais fácil objetivar e resolver problemas individuais dentro do grupo. (...) A maior resistência contra o desenvolvimento da psicoterapia de grupo, entre os anos de 1914 e 1932, foi, logicamente, a psicanálise de Freud. Ele viu na situação de grupo a

O trajeto da psicologia aplicada ao Direito também seguiu amparado pelas diferentes teorias resumidamente acima descritas e tal como ela passa, primeiramente, da procura obstinada pela objetividade a partir de métodos que delimitavam uma verdade, para tentar, na atualidade e com a fundamentação trazida da psicanálise, considerar o sujeito do direito em sua subjetividade, questionando criticamente os fundamentos de sua teoria geral.

2.2. Psicologia jurídica: variantes nas formas de leitura.

As diferentes formas de ver e estudar a psicologia têm reflexo direto na sua aplicação para o estudo do Direito. Nos primórdios da psicologia moderna, quando ela ainda era tratada como ciência com possibilidades de apenas e tão somente se chegar a conclusões através de métodos trazidos das ciências naturais (objetivos, sem espaço para qualquer subjetividade), a psicologia jurídica tinha o papel único e exclusivo de avaliar os sujeitos envolvidos no cenário jurídico.

Sua utilidade para o Direito estava em descrever as condutas com objetividade e julgar (através dos laudos periciais) se a personalidade do sujeito que as cometia estava de acordo com a normalidade descrita nos livros. Assim, atribuía o caráter, por exemplo, de sujeito com personalidade criminosa, de testemunha com credibilidade ou de pessoa incapaz de gerir seus atos.

Tal prática continua útil para o Direito, cabendo lembrar que até os dias de hoje um dos papéis dos psicólogos que laboram junto ao Poder Judiciário e também de seus auxiliares é justamente o de orientar por laudos específicos ao caso os operadores do Direito no saber que eles não detêm, fundamentando a fase probatória processual. Todavia, restringir o uso da psicologia a apenas tal papel (de confeccionadora de laudos) é subestimar uma disciplina que pode contribuir também – e muito mais – para amparar as arestas deixadas na teoria do Direito, quiçá modificando suas tão consolidadas premissas.

A psicologia jurídica, então, pelo próprio conceito que se defende – ampliado perto da utilização tradicional de tal disciplina – não pode restar amarrada a tradicionais

volta inevitável e obrigatória à horda primitiva. Freud não tomou consciência da constelação fluida e em perene mudança dos grupos verdadeiros; nunca se ocupou do com o estudo de grupos concretos. Que interessante teria sido a análise de seu grupo familiar, como o foi a análise de seus próprios sonhos”. MORENO, Jacob Levy. **Psicoterapia de Grupo e Psicodrama**. (Tradução de José Carlos Vitor Gomes). Campinas: Livro Pleno, 1999, p.21-23.

utilidades, mas sim se preocupar, finalmente, em agir buscando uma crítica pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

Um dos mais tradicionais manuais de psicologia jurídica vendidos no Brasil, escrito pelo espanhol Emilio Mira y Lopes e traduzido por Ricardo Rodrigues Gama, identifica, pelo sumário, o tradicional estudo da psicologia no Direito: I – Estado atual da psicologia como ciência; II – Estática da personalidade humana; III – Dinâmica da personalidade; IV – Psicologia das atitudes morais; V – Gênese e evolução dos conceitos de direito, dever, lei e justiça; VI – Psicologia do delito; VII – motivações e tipos de delito; VIII – estudo psicológico das diversas fases do processo judiciário nos foros civil e criminal. Crítica dos documentos judiciais; IX – Psicologia do testemunho; X – A obtenção da evidência do delito; XI – técnicas aconselháveis para o estudo das atitudes pós-delinquenciais; XII – Normas gerais da terapêutica da delinquência; XIII – Necessidade de constituir os serviços de assistência jurídico-social como meio de combate eficaz à reincidência no delito; XIV – psicologia de alguns delitos de grupo – normas da terapêutica social de grupos; XV – ajuda psicotécnica para a determinação dos diversos graus de capacidade e responsabilidade jurídica; XVI – Estudo e valorização jurídica das personalidades psicopáticas; XVII – Recentes estudos sobre constituição corporal e estilo de delito.

Ou seja, a psicologia jurídica, tal como vista tradicionalmente, dedicava a maior parte de seus estudos para catalogar as personalidades delinquentes, psicopáticas, inimputáveis, anormais, tomando como parâmetro a incerteza do conceito de cidadãos normais, socialmente adequados. Outra amostra desta tendência da disciplina pode ser extraída do interessante trecho inicial do livro do italiano Umberto Fiore¹⁰⁹, escrito em 1908, explicando o objeto da psicologia judiciária:

“A psicologia judiciária propõe-se a demonstrar a existência e tentar a resolução deste duplo quesito: é ou não verdade que, independentemente da vontade malévola do homem, isto é, da destinada a prejudicar a explicação da atividade judicial, os meios de investigação das causas e da responsabilidade do crime praticado estão minados profundamente por todas as deficiências e anomalias, que por séries inexauríveis de razões se verificam nos processos psíquicos? E se é verdade esta primeira proposição, pode ou não a ciência, no estado de integração positiva a que hoje está reduzida, sugerir remédios e métodos que corrijam os erros e aquelas deficiências se substituam? São estes os dois problemas fundamentais da psicologia judiciária”.

E complementa¹¹⁰:

¹⁰⁹ FIORE, Umberto. **Manual de Psicologia Judiciária**. (Revisão de Ademar Lopes Junior) 2. Ed., Sorocaba: Minelli, 2007, p. 1.

¹¹⁰ FIORE, Umberto. **Op. cit.**, p. 1-2.

“O ponto de partida das nossas considerações reside no fenômeno incontestado de que quando a justiça procede à investigação das responsabilidades, por duas vias estas investigações podem ser frustradas: ou por malvadez da vontade humana nas mil e uma formas que a psicologia e a sociologia criminal nos relevam e demonstram, ou pela fraqueza e deficiência do organismo humano, sem cumplicidade alguma de vontade criminosa, por virtude daquelas avarias mais ou menos longas que a psicologia experimental resume das mil investigações e das mil maravilhosas experiências de laboratório”.

Tal função estava de acordo com a teoria tradicional da psicologia, mais exatamente com a psicologia experimental. Percebe-se que o autor acreditava que o futuro da psicologia estaria nas experiências de laboratório e, por isto, sua abordagem estava condicionada à certeza e objetividade na busca de uma verdade revelada pela ciência. Lluís Munõz Sabaté¹¹¹ sustenta que o direito foi responsável por uma das primeiras aplicações da psicologia, a psicologia do testemunho:

“Dejando a un lado antecedentes más o menos eruditos o anecdóticos, hay una protohistoria de la psicología jurídica. Estos albores coinciden en el fondo con los propios comienzos de la psicología experimental. Incluso resulta curioso constatar, como señala Anne Anastasi, que fue precisamente el derecho quien protagonizó uno de los más importantes papeles en este tránsito hacia una psicología científica. La psicología del testimonio fue uno de los primeros campos de la psicología aplicada. Entre los pioneros se encontraba Willian Stern, que no sólo realizó estudios, sino que también editó una revista sobre este tema. Beitrage zur Psychologie der Aussage, publicada en Leipzig en la primera década de este siglo. Durante el mismo período, Alfred Binet, famoso por sus tests de inteligencia, también realizaba investigaciones y publicaciones sobre la psicología del testimonio”.

Da mesma forma, a psicologia behaviorista fez tradição no Direito. Ora, o próprio Direito considera os sujeitos como possíveis de treinamento e aprendizagem de modo que tenham um comportamento (direito ou dever jurídico) diante de um estímulo (texto legal). Todos devem conhecer toda gama de estímulos possíveis e se comportar de acordo com a conduta supostamente adequada. Cyro Marcos da Silva¹¹² descreve o que é sujeito do direito na sua visão tradicional:

“O sujeito de que o direito nos fala é o sujeito de direitos e deveres. Ele tem sua descrição dada pela via da instância do eu, imaginária, consciente, moldado segundo o ordenamento jurídico vigente. É a pessoa que via de regra é capaz, tem pleno gozo de suas faculdades mentais, é consciente, entende o caráter criminoso ou não de seus atos e é capaz de determinar-se de acordo com este entendimento. Tem direito à vida, à integridade física, corpórea, à sua imagem, à sua honra, à sua moradia, à saúde, a isto, aquilo e aquil’outro. Tem também seu elenco de deveres, uma lista de obrigações de dar, fazer e abster-se diante de determinadas situações. Enfim, é acreditado como regulável, normatizável, passível de proteção jurídica e exortado ao cumprimento de

¹¹¹ SABATÉ, Lluís Muñoz; BAYÉS, Ramón Frederic. **Introducción a la psicología jurídica**. México: Trillas, 1980, p. 16.

¹¹² SILVA, Cyro Marcos da. Do direito ao desejo: subjetividade e legalidade. In: PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi (organizadora). **Legalidade e subjetividade**. Florianópolis, Fundação Boiteaux, 2004, p. 14-15.

modelos de ações que lhe garantem estar representado por significantes mestres, tais como cidadão livre, proprietário, possuidor, detentor, sucessor, marido, mulher, filho, criança, adolescente, consumidor, autor, réu, litisconsorte, indiciado, contribuinte, etc. tudo regido por uma ética kantiana do imperativo categórico, tendo com pano de fundo reminiscências de uma ética dos bens. Ora se vê jungido a comportar-se de determinada forma, plausível e idealizadora de um modelo que a todos sirva, praticando e agindo diante do outro como seria idealizável para o outro diante de si...”.

Ou seja, na visão do sujeito do direito tradicional sustenta-se o condicionamento das condutas denominadas como adequadas ou inadequadas (dentro ou fora do regulamento), coibindo-se aquelas impróprias, com sanções¹¹³. A subjetividade é, assim, devidamente educada, mas não sem um preço a pagar: afinal esquece-se do gozo, do recalque e, mais grave, do retorno do recalcado, conceitos que a psicanálise deve fazer ver ao Direito sua importância.

Pelo contrário, as teorias da psicologia que se seguiram, mormente fundamentadas na filosofia crítica e no paradigma da linguagem, demonstraram que a ênfase não está na certeza ou na objetividade de uma verdade comprovada em laboratório, mas sim da subjetividade tida como complexidade e multiplicidade¹¹⁴.

Neste sentido amplo a psicologia jurídica é novata. Apenas estudada como psicologia judiciária ou forense, ou seja, como auxiliar dos profissionais do Direito na confecção de laudos ou na interpretação processual e legal de supostas verdades que catalogam as pessoas, como por exemplo na delimitação do conceito presente no Código Civil de 1916 “loucos de todo o gênero”, a psicologia jurídica está sedenta de

¹¹³ “Ao manter a unidade política fundante da sociabilidade, o modelo de homem forjado pela teoria política moderna dissolve, em um processo claro de intolerância, a possibilidade de existência do reconhecimento de uma alteridade social, cultural e política. Vinculada à mitologia teológica do corpo soberano, a subtração da diversidade moral dentro da realidade política permite, ao estado civil, a expansão que progressivamente pasteuriza as relações ‘determinadas’ pelas paixões, impondo Standards morais que se materializam nos sujeitos/súditos/cidadãos formatados idealisticamente através de um discurso específico. (...) Enquanto a realidade formal-legal realiza perversa e predominantemente sua dupla programação – proteção através da repressão, paz através da anulação da alteridade – e enquanto caminhos diversos não são traçados, parece ser tabu qualquer tipo de crítica”. SANTOS, Rogério Dutra dos. Hobbes e a subjetividade moderna: ordem e legitimidade no discurso de moralização. In: PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **Op. cit.**, p. 31-32.

¹¹⁴ “Desprendo do exposto que surgem novos espaços de pensamento que, junto ao questionamento das metáforas e premissas que orientam a epistemologia e a ciência da modernidade, vão destacando a importância para a ciência de temas tradicionalmente vinculados com a arte, tais como a subjetividade, a criatividade, a singularidade e os espaços gerais para o encontro com o outro. (...) Crises que recordam a necessidade de levar em conta a singularidade dos acontecimentos; a complexidade ecológica e os rumos do desejo. Elementos, todos eles, que nunca podem ser resolvidos pela grossa trama dos conceitos. A poesia invadindo a ciência para estabelecer fendas nos conceitos, onde se instale a vida e se transforme o geral e abstrato em metáfora. Os critérios universais da verdade substituídos pela multiplicidade como sentido. No fundo, o fim da neutralidade da ciência, revelando que ela serve para construir e destruir realidades, assim como para alterar o curso da subjetividade e das ações. Uma falta de neutralidade que obriga a considerar em seu lugar o aspecto ético da produção do conhecimento. Somos responsáveis das realidades que construímos”. WARAT, Luis Alberto. **Op. cit.**, p. 529-530.

novos passos, críticos, pluri, inter e transdisciplinares. Mas são poucos os teóricos já atentos a esta necessidade.

O espanhol Lluís Muñoz Sabaté, que em 1980 publicou, junto com Ramón Bayés e Frederic Munné, a obra “Introducción a la psicología jurídica”, traz uma obra avançada em termos críticos para sua época. Nela delimitou o papel da psicologia para o Direito, dividindo-a em 3: psicologia “do” direito, psicologia “no” direito e psicologia “para o” direito. Sobre esta divisão, atenta, inicialmente, o próprio autor¹¹⁵:

“Todo intento de clasificación corre el peligro de ser puramente convencional y casi todas las clasificaciones pueden ser sustituidas por otras que aparentan idéntica validez. Queremos decir con ello que la distinción entre una psicología del derecho, una psicología en el derecho, y una psicología para el derecho nos puede servir para dar a conocer nuestras ideas sobre el método psicojurídico, pero sólo tiene un valor didáctico y secundario”.

Não obstante a função didática, a classificação em psicologia “do” direito, psicologia “no” direito e psicologia “para o” direito permite pensar além do tradicional em psicologia jurídica, seguindo a lógica do que se tratou por pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

A psicologia “para o” Direito é aquela tradicionalmente estudada tanto nos cursos de Direito como nos de Psicologia, conforme argumentação e exemplificação supra. É uma ciência auxiliar do Direito, aplicada em laudos, nos fóruns, nos serviços sociais, etc.... Muñoz Sabaté sobre ela conceitua¹¹⁶:

“En tercer lugar hemos hablado de una psicología para el derecho. Aquí el papel de la psicología no es distinto al que pueden jugar la medicina, la arquitectura, la ingeniería o la contabilidad como ciencias auxiliares del derecho cuando son llamadas a informar sobre los fines o la política del mismo o para interpretar los hechos referentes al caso concreto”.

Na sequência, contudo, critica sua inserção na psicologia jurídica, argumentando que “una psicología llamada a iluminar los fines del derecho es algo que por su amplitud y generalidad no podrá jamás incorporarse al ámbito específico de una psicología jurídica, sino que pertenece a la psicología a secas”¹¹⁷. Mas não se deve restringir a psicologia jurídica como ciência auxiliar do Direito, em uma tentativa apenas pluridisciplinar. Há que se conjugar outros objetivos, trazidos pelas outras duas divisões da classificação em questão.

¹¹⁵SABATÉ, Lluís Muñoz; BAYÉS, Ramón; MUNNÉ, Frederic. **Op. Cit.**, p.17.

¹¹⁶SABATÉ, Lluís Muñoz; BAYÉS, Ramón; MUNNÉ, Frederic. **Op. Cit.**, p. 18.

¹¹⁷SABATÉ, Lluís Muñoz; BAYÉS, Ramón; MUNNÉ, Frederic. **Op. Cit.**, p. 19.

A psicologia “no” Direito sugere a idéia “de que todo el derecho, o gran parte del mismo, está lleno de componentes psicológicos y que por tanto requiere de la psicologia para su puesta em funcionamiento. Las normas jurídicas no son outra cosa sino estímulos verbales tendentes a producir o impedir determinadas conductas. Dentro de estas normas figuran una serie de conceptos y definiciones de naturaleza igualmente psicológica”¹¹⁸. Ou seja, a psicologia “no” Direito se preocupa com a interpretação dos enunciados legais e com os conceitos neles inseridos. Em suma, como define Jorge Trindade: “a psicologia no direito, que estudaria a estrutura das normas jurídicas enquanto estímulos vetores das condutas humanas”¹¹⁹.

Já a psicologia “do” direito, tratada pelo autor como infiel ao método positivista, eis que o Direito deveria se restringir à norma, estuda os fenômenos jurídicos, realizando o que Jorge Trindade denominou de “fundamentação psicológica do direito, uma vez que todo o direito está repleto de conteúdos psicológicos”¹²⁰. Nas palavras de Muñoz Sabaté¹²¹:

“En definitiva, el psicologismo jurídico se plantea el problema de la estimativa y validez del derecho partiendo de la base de que el derecho, en frase de Petrazycki, es una experiencia psíquica compuesta de una emoción específica, simultáneamente activa y pasiva, y de una noción de ciertas pautas de acción. La idea de lo justo no se ciñe pues a ciertos valores objetivos, sino que es siempre relativa y subjetiva”.

Na época em que o texto foi escrito, como se sabe, imperava o positivismo jurídico, sem espaço para a crítica, assim, sustentar que a psicologia “do” direito não tinha tanta utilidade e importância era coerente. Contudo, nos dias de hoje, não mais se sustenta deixar em segundo plano o estudo da fundamentação do Direito a partir da subjetividade dos envolvidos. Por isto é que Jorge Trindade atribui a esta categoria importância fundamental para a psicologia jurídica¹²²:

“Combatida pelos juristas e desacolhida pelos psicólogos, a psicologia “do” direito teve vãos fugidios, logo abatidos pela especificidade dos fins do direito, como se ela não possuísse nenhuma qualidade ou atributo capaz de cooperar na missão de fazer o direito alcançar a justiça. Sua tarefa não tem a profundidade nem a extensão da filosofia do direito, mas, juntamente com a sociologia do direito, poderia somar esforços no sentido de encontrar a justiça, pelo menos uma justiça mais humana”.

A psicanálise pode contribuir para transformar de forma crítica a psicologia jurídica em uma conjugação entre estas três categorias, dando ênfase à psicologia “do” e

¹¹⁸ SABATÉ, Lluís Muñoz; BAYÉS, Ramón; MUNNÉ, Frederic. **Op. Cit.**, p. 18.

¹¹⁹ TRINDADE, Jorge. **Op. cit.**, p. 26

¹²⁰ TRINDADE, Jorge. **Op. cit.**, p. 25-26.

¹²¹ SABATÉ, Lluís Muñoz; BAYÉS, Ramón; MUNNÉ, Frederic. **Op. Cit.**, p. 18.

¹²² TRINDADE, Jorge. **Op. cit.**, p. 30.

“no” Direito, bem como proporcionar uma releitura da psicologia “para o” Direito, estudada geralmente com base nas outras teorias da psicologia¹²³.

A psicologia jurídica, em seus múltiplos enfoques, pode ser definida, então, como a presença, respeito e consideração da subjetividade no Direito, exatamente o que a psicanálise representou em relação às demais teorias da psicologia propriamente dita.

2.3. Para Entender a Psicanálise: Síntese de alguns dos conceitos freudianos fundamentais.

A psicanálise já nasceu fazendo questão de dizer para quê veio: reconhecer e constituir subjetividades. Freud revolucionou os estudos da sua época porque enxergou um sujeito no lugar da objetivação que propunha a ciência tradicional. Contra ela, Freud trouxe seus métodos nada ortodoxos de tratamento, tanto que era chamado para tratar daqueles pacientes dos quais já não se tinham mais notícias de tratamentos eficazes. Depois de todas as opções ditas “científicas” chamava-se o Dr. Freud com seus inovadores e estranhos tratamentos e explicações nada tradicionais¹²⁴.

Aquele que busca ir além dos lugares-comuns tão reiterados sobre o que é e o que pretende a Psicanálise fica fascinado ao conhecer sua história, verificando que desde sua denominação até os nomes dos fenômenos que pretende explicar não foram escolhidos em vão.

O próprio nome Psicanálise vem de um costume de Freud de criar palavras para explicar algo sobre o que ainda não existiam termos precisos, lançando mão de expressões gregas ou latinas. Demonstra também seu gosto por Literatura e mitologia

¹²³ “O que Freud vai propor no lugar da psicologia oficial ou superficial é uma psicologia das profundezas: não a velha psicologia enriquecida por conhecimentos vindos da anatomia, da neurologia e da patologia, mas um método de investigação de mecanismos psíquicos que seriam inacessíveis de outro modo, uma técnica de tratamento de sintomas fundada nos princípios deste método, e uma nova ciência, com os seus conceitos e objecto – a psicanálise”. MARTINHO, José. **Freud e Companhia**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 13.

¹²⁴ “Em outras palavras, o avanço da ideologia científica e da tecnologia, que deu lugar a um mercado global, num processo em que se gerou a atual parceria ciência/mercado, obtura, silencia e foraclui, com modalidades cada vez mais prementes, o próprio sujeito em sua particularidade, e assim o faz em função de um ideal de universalização. Quer dizer que o discurso da ciência instaurou na civilização um para-todos-igual que, suprimindo as diferenças subjetivas, produz efeitos de segregação. Hoje podemos dizer que Freud percebeu isso desde o início e que criou sua teoria a partir do momento em que fez do discurso da histeria, discurso esse segregado pela psiquiatria e pela neurologia, a causa de sua produção conceitual e o pontapé inicial da clínica psicanalítica REYMUNDO, Oscar. *Psicanálise e segregação*. In: PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **Op. cit.**, p. 106.

grega¹²⁵. O nome faz referência ao mito grego de Psique e Eros (Cupido), em que Psique precisa primeiro realizar algumas tarefas, ir ao inferno, tudo movida pelo amor, para então viver em plenitude. A palavra tem origem grega, unindo duas palavras contrastantes:

“Psique é a alma – um termo repleto do mais rico significado, dotado de emoção, abrangentemente humano e não-científico. ‘Análise’, por seu lado, implica a decomposição de um todo em suas partes componentes, um exame científico. (...), Freud desejou enfatizar que, isolando e examinando os aspectos negligenciados e ocultos de nossas almas, podemos relacionar-nos com esses aspectos e compreender os papéis que eles desempenham em nossas vidas”¹²⁶.

Sigmund Freud¹²⁷ nasceu em 1856, em Freiberg, antiga Checoslováquia, em uma família judia de comerciantes, filho mais velho do segundo casamento de seu pai. Em 1860, sua família se muda para Viena, onde Freud passa os próximos 78 anos de sua vida. Em 1873, Sigmund Freud inicia seus estudos de medicina na Universidade de Viena, tendo interesse particular pela neurologia. Formado médico se interessa primeiramente pelo aparelho psíquico e por uma pesquisa em relação aos efeitos terapêuticos da cocaína. Tal pesquisa não obteve o reconhecimento que Freud esperava. Para ele, obter o reconhecimento da comunidade acadêmica foi, no início de sua carreira, muito importante, não alcançando, contudo, tão cedo seu objetivo.

Pelo contrário, suas primeiras pesquisas (com a cocaína, com as histéricas e depois com a sexualidade infantil) foram todas rechaçadas por seus colegas e pela comunidade científica européia. Quando não mais direcionava sua pesquisa para obter reconhecimento, mas para os próprios resultados dela para com seus pacientes é que conseguiu dar passos inovadores na direção de uma obra completa, técnica e científica sobre o psiquismo humano. Para tanto, abandona a neurologia tradicional¹²⁸ e se dedica a um novo método, primeiramente com a hipnose e posteriormente obtendo melhora

¹²⁵ Apreciador de literatura, também percebia que toda a influência de um mundo interior desconhecido em cada pessoa, sempre foi pressentido pelos poetas que sempre manifestaram o que agora ele tentava explicar.

¹²⁶ BETTELHEIM, Bruno. **Freud e a alma humana**. (trad. Álvaro Cabral). 8 ed. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 25.

¹²⁷ A sinopse que se segue, da vida e obra de Freud, foi extraída, principalmente, de duas obras: APPIGNANENI, Richard; ZARATE, Oscar. **Freud para principiantes**. Buenos Aires: Era Nasciente, 2005; e OSBORNE, Richard. **Freud para principiantes**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹²⁸ O abandono da neurologia tradicional não se deu de forma abrupta. Uma das preocupações de seu trabalho era localizar cerebralmente o inconsciente e seu mecanismo de trabalho. Resquícios desta preocupação podem ser visualizados na primeira (inconsciente, pré-consciente e consciente), e na segunda tópica (ego, id e superego).

significativa em suas pacientes histéricas a partir do que denominou de “cura pela palavra”¹²⁹.

Juntamente com Josef Breuer¹³⁰ e após estudar em Paris com o famoso médico neurologista Charcot, que também realizava pesquisas com a histeria, conclui, diferentemente de seu mestre – que entendia ser a histeria uma degeneração hereditária – que não havia causas mecânicas nem biológicas para os sintomas histéricos, mas sim psíquicas. O resultado de suas pesquisas restou publicado, conjuntamente com Breuer, na obra denominada “Estudos sobre a histeria”, em 1895.

“Uma das coisas mais importantes que Freud e Breuer descobriram foi que o gatilho que acionava a histeria também podia ter uma origem psicológica. Também observou que os pacientes não se lembravam deste evento. Isto fez com que Freud começasse a pensar na noção de processos inconscientes de memória e na idéia de repressão. Constatou-se mais de uma vez que depois de trabalhar uma memória, ou dela se tornar consciente através da hipnose, ela desaparecia¹³¹”.

Se algo se tornava consciente e depois desaparecia, impossível não existir outra instância psíquica, para onde aqueles fenômenos eram levados. Pode-se dizer, a partir das conclusões chegadas pelo autor, que o inconsciente freudiano é tratado em sua obra dinamicamente, como adjetivo, descrevendo “o conjunto dos conteúdos não presentes no campo efetivo da consciência”¹³²; lugar do conflito, da repetição e das resistências, e também como um sistema tópico. Neste, Freud propõe dois sistemas tópicos denominados de primeira e segunda tópica. A primeira tópica toma o inconsciente como produzido por conteúdos recalçados que se encontram submetidos ao sistema pré-consciente/consciente, descrita nas lições resumidas e didáticas de Laplanche e Pontalis¹³³:

“B) No sentido ‘tópico’, inconsciente designa um dos sistemas definidos por Freud no quadro da sua primeira teoria do aparelho psíquico. É constituído por conteúdos recalçados aos quais foi o acesso ao sistema pré-consciente-consciente pela ação do recalque (recalque originário e recalque a posteriori).

¹²⁹ Curioso observar que tal denominação foi dada pela famosa paciente de Breuer e Freud, Anna O.. Seu sintoma histórico da época era somente falar em inglês, ocasião que chamou o método de “talking cure” ou “chimney sweeping” (limpeza de chaminé).

¹³⁰ “Se algum mérito existe em ter dado vida à psicanálise, a mim não cabe, pois não participei de suas origens. Era ainda estudante e ocupava-me com os meus últimos exames, quando outro médico de Viena, o Dr. Joseph Breuer, empregou pela primeira vez esse método no tratamento de uma jovem histérica. Ocupemo-nos, pois, primeiramente, da história clínica e terapêutica desse caso, a qual se acha minuciosamente descrita nos Estudos Sobre a Histeria que mais tarde publicamos, o Dr. Breuer e eu”. FREUD, Sigmund. **Cinco lições de Psicanálise – contribuições à psicologia do Amor**. (Tradução de Durval Marcondes, J. Barbosa Corrêa, Clotilde da Silva Costa, Jayme Salomão e Davi Mussa). Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 09.

¹³¹ OSBORNE, Richard. **Op. cit.**, p. 24.

¹³² LAPLANCHE, Jean; J-B, PONTALIS. **Vocabulário da psicanálise**. (Tradução de Pedro Tamen). 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 235.

¹³³ LAPLANCHE, Jean; J-B, PONTALIS. **Op. cit.**, p. 235-236.

Podemos resumir do seguinte modo as características essenciais do inconsciente como sistema (ou Ics):

- a) Os seus ‘conteúdos’ são ‘representantes’ das pulsões;
- b) Estes ‘conteúdos’ são regidos pelos mecanismos específicos do processo primário, principalmente a condensação e o deslocamento;
- c) Fortemente investidos pela energia pulsional, procuram retornar à consciência e à ação (retorno do recalado); mas só podem ter acesso ao sistema Pcs-Cs nas formações de compromisso, depois de terem sido submetidos às deformações da censura.
- d) São, mais especialmente, desejos da infância que conhecem uma fixação no inconsciente”.

Neste sentido, a psicanálise teria a função de vencer as resistências e tornar consciente aquilo que outrora tinha restado armazenado no inconsciente. Contudo, em 1920, Freud observa que somente a passagem dos conteúdos do inconsciente para o consciente não resolve o problema, eis que os sintomas não sumiam e o paciente continuava agindo repetitivamente, mantendo-os. Assim, com tal conceito propõe uma nova tópica para tentar responder os questionamentos quanto à necessidade subjetiva de repetição, bem como da sua função na eventual cura a ser proporcionada pela psicanálise. Na segunda tópica Freud divide o aparelho psíquico em ego (eu), responsável principal pela percepção consciente; superego (supereu), ao qual são atribuídas as funções de repressão; e id (isso), instância própria do princípio do prazer, dos impulsos. Nas três instâncias há partes conscientes e inconscientes observando-se que¹³⁴: “a) As características atribuídas ao sistema Ics na primeira tópica são de um modo geral atribuídas ao Id na segunda; b) A diferença entre o pré-consciente e o inconsciente, embora já não esteja baseada numa distinção intersistêmica, persiste como distinção intra-sistêmica (o ego e o superego são em parte pré-conscientes e em parte inconscientes)”.

Já como adjetivo, no sentido da existência de fenômenos psíquicos inconscientes, Freud traz à tona, em uma época dominada pela razão, suas implicações no agir e ser dos sujeitos¹³⁵. Afinal, como afirmou diversas vezes: “o eu não é mais

¹³⁴ LAPLANCHE, Jean; J-B, PONTALIS. **Op. cit.**, p. 235-236.

¹³⁵ “Pelo estudo dos fenômenos hipnóticos tornou-se habitual a concepção, a princípio estranhável, de que num mesmo indivíduo são possíveis vários agrupamentos mentais que podem ficar mais ou menos independentes entre si, sem que um ‘nada saiba’ do outro, e que podem se alternar entre si em sua emergência à consciência. (...) Quando nessa divisão da personalidade a consciência fica constantemente ligada a um desses dois estados, chama-se esse estado mental ‘consciente’ e o que dela permanece separado o ‘inconsciente’”. FREUD, Sigmund. **Cinco lições....**, p. 20.

senhor em sua própria casa”¹³⁶, pois juntamente com ele está aquilo que se não conhece.

Mas dois equívocos podem decorrer da interpretação errônea da famosa frase freudiana: 1) separar e opor o consciente do inconsciente, pois não há duas instâncias diferentes e separadas concorrendo entre si em cada ser humano, de modo que se possa escolher racionalmente por uma ou por outra ou sobrepor e priorizar o consciente em relação ao inconsciente. As duas encontram-se implicadas de modo que, como alerta Jacques Lacan, não há como “fazer do inconsciente um outro eu, um eu ruim, um duplo, um semelhante simétrico do eu”¹³⁷. 2) entender que a existência de um inconsciente anula a responsabilidade do sujeito pelos seus atos. Pelo contrário, Freud sempre sustentou que o sujeito é responsável por todos os seus atos, daí a necessidade dos sujeitos em melhor conhecer o funcionamento de seu aparelho psíquico.

O inconsciente, para Freud, é uma instância em geral desconhecida. Não há um contato direto racional com ele, mas sim com as suas “formações”, quais sejam, sonhos, chistes, lapsos, atos falhos e pelos sintomas.

Através do estudo contínuo das manifestações do inconsciente, Freud aperfeiçoa o método da “cura pela palavra”, posteriormente denominado associação livre, o qual, até os presentes dias, é base da clínica psicanalítica. Tal técnica permitia que o conteúdo do inconsciente, reprimido por uma força de resistência à sua manifestação consciente¹³⁸, fosse enfim revelado. A revelação era importante para o paciente, que muitas vezes se livrava de sintomas que o faziam sofrer constantemente. Freud descobriu, então, a origem dos sintomas: um sofrimento que vinha no lugar da idéia reprimida. Nas suas palavras¹³⁹:

“Agora, para dizê-lo de forma mais direta: chegamos à convicção, pelo exame dos doentes histéricos e outros neuróticos, de que a repressão das idéias, a que o desejo insuportável está apenso, malogrou. Elas foram expelidas da consciência e da lembrança; com isso os pacientes se livraram aparentemente de grande soma dos dissabores. Mas o impulso desejoso continua a existir no inconsciente à espreita de oportunidade para se revelar, concebe a formação de um substituto do reprimido,

¹³⁶ FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira**. (trad. Jayme Salomão). v. IV – A interpretação dos sonhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

¹³⁷ LACAN, Jacques. **O Seminário livro 3, psicoses**. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). 2. ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 273.

¹³⁸ “Vi confirmado, assim, que as recordações esquecidas não se haviam perdido. Jaziam em poder do doente e prontas a reaparecer em associação com os fatos ainda sabidos, mas alguma força as detinha, obrigando-as a permanecer inconscientes. A existência desta força pode ser seguramente admitida, pois sentia-se-lhe a potência quando, em oposição a ela, se intentava trazer à consciência do doente as lembranças inconscientes. A força que mantinha o estado mórbido fazia-se sentir como resistência do enfermo”. FREUD, Sigmund. **Cinco lições...**, p. 24-25.

¹³⁹ FREUD, Sigmund. **Cinco lições...**, p. 28-29.

disfarçado e irreconhecível, para lançar à consciência, substituto ao qual logo se liga a mesma sensação de desprazer que se julgava evitada pela repressão. Esta substituição da idéia reprimida – o sintoma – é protegida contra as forças defensivas do ego e em lugar do breve conflito, começa então um sofrimento interminável”.

A presença do inconsciente também poderia ser detectada nos sonhos. Freud se dedicou intensamente para a interpretação dos sonhos, sustentando que eram eles a realização de um desejo reprimido. Para ele, “o conteúdo manifesto do sonho, recordado vagamente de manhã e que, não obstante a espontaneidade aparente, se exprime em palavras com esforço, deve ser diferenciado dos pensamentos latentes dos sonhos que se têm de admitir como existentes no inconsciente”¹⁴⁰.

A importância do conceito de inconsciente trazido por Freud e comprovado clinicamente por suas manifestações (as quais permitiam detectar a existência de um conteúdo latente, não dominado pela consciência, e um conteúdo manifesto), também teve conseqüências que não na área clínica, por exemplo, na crítica epistemológica da filosofia atual. Ora, porque se não mais podia acreditar que a razão estava sozinha habitando o psiquismo humano e era responsável por todo tipo de conhecimento possível a mudança de paradigma científico tornou-se inevitável.

O reconhecimento do inconsciente foi muitas vezes comparado, inclusive pelo próprio Freud, com uma “virada copernicana”¹⁴¹, na medida em que inverteu o postulado descartiano do “penso, logo existo”. Lacan, inclusive, faz um jogo de palavras sustentando que o postulado, a partir da teoria freudiana, é “Penso onde não sou, portanto sou ali onde não penso”. Com tal frase, quer sustentar que o saber existencial está localizado no inconsciente, mas deste saber o sujeito não sabe¹⁴², apenas tem pistas.

As pistas são, como já mencionado, as manifestações do inconsciente, traduzidas em palavras. Elas têm lugar central no psiquismo, eis que apenas por elas é que o sujeito poderá conhecer sua subjetividade e transformá-la em objeto de trabalho para o

¹⁴⁰ FREUD, Sigmund. **Cinco lições...**, p. 37.

¹⁴¹ Seriam três as feridas narcísicas da humanidade. A primeira proporcionada por Copérnico, pelo fato da terra não ser o centro do universo; a segunda, por Darwin, no que consiste ao homem não ser imagem e semelhança de Deus, mas sim, oriundo de uma evolução do macaco; a terceira se dá com Freud com a descoberta do inconsciente. Afinal, como resume José Martinho (MARTINHO, José. **Op. cit.**, p. 14): “Freud desferiu um terceiro golpe na megalomania humana, mostrando que o Eu e a Consciência não são senhores de si na sua casa, mas marionetas puxadas por fios que desconhecem, movidas por forças que os ultrapassam”.

¹⁴² “Nesse sentido, Jean-Jacques Moscovitz chama atenção para o fato de o termo alemão que designa o inconsciente, Unbewusste, significar literalmente insabível, acrescentando que o consciente seria um saber que se sabe e o inconsciente um saber que não se sabe”. (JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan**. 3.ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 66).

analista¹⁴³. Contudo, não há como cobrir todo o objeto por palavras, sempre havendo algo novo a faltar.

A falta é oriunda de outro conceito freudiano fundamental: o desejo. Há em todo discurso uma infinitude que não cobre toda experiência, restando sempre uma falta. Para Freud a falta é estrutural, pois o sujeito se constitui a partir dela. O que falta para o sujeito é o que ele deseja no próximo momento, a partir do princípio da realidade, tomado pelo jogo ausência/presença. A realidade não deixa o sujeito plenamente satisfeito, pois há uma ausência e depois uma presença, até mesmo no seu primeiro objeto de desejo, o seio materno, que lhe é tirado e colocado pela mãe a seu bel prazer. O conceito de desejo é melhor compreendido com a explicação daquilo que Freud denominou de pulsão (*trieb*)¹⁴⁴.

O conceito de pulsão é o limite entre o psíquico e o somático, justamente porque se não trata de mero impulso psíquico para satisfação de uma necessidade do corpo. A pulsão não é meramente orgânica, tal como, por exemplo o impulso instintual dos animais. Também, não pode ser ela confundida com um simples impulso psíquico que levaria o sujeito a uma satisfação qualquer através dos objetos. A pulsão é uma força constante que tem como alvo uma satisfação que é sempre – sempre! – parcial.

Ensina a psicanálise que o ser humano, ao contrário dos animais, é inserido involuntária e diretamente no mundo da cultura, pois depende, integralmente e no início de sua vida, de outras pessoas que o alimentarão, trocarão, agasalharão, ou seja, suprirão suas amplas necessidades. Não têm instintos que o levem até, por exemplo, o seio da mãe para se alimentar. Por isto, as tensões sentidas em seu corpo já estão inseridas na cultura, a partir do momento que são nomeadas por outras pessoas¹⁴⁵: “o bebê está com fominha”, “não, é só manha”, “talvez seja sono, frio, ou calor”.

¹⁴³ “O que a *talking cure* propõe pela mediação da sua regra fundamental – a associação livre –, é analisar o material e as resistências que provém da fala do analisando, afim que este, na sua busca da verdade, consiga transformar a relação com um sintoma que é, no fundo, irreduzível”. (MARTINHO, José. **Op. Cit.**, p. 17).

¹⁴⁴ Cabe, aqui, uma observação. O conceito de pulsão na obra de Freud em sua tradução para o português pela Editora Imago muitas vezes é substituído pelo conceito de instinto. Isto se deve ao fato da editora inglesa ter traduzido erroneamente o termo *trieb*, do alemão, por instinto (*instinkt*). Não se deve, contudo, confundir os dois conceitos.

¹⁴⁵ “O aporte realizado por Lacan é mais radical ainda quando diz que não se pode dizer que uma criança sabe o que quer antes da assimilação da linguagem: quando um bebê chora, o sentido desse ato é dado pelos pais ou pelas pessoas que cuidam dele que tentam nomear a dor que a criança parece estar expressando (por exemplo: ‘ela deve estar com fome’). Talvez haja um tipo de desconforto geral, frio ou dor, mas seu sentido é como que imposto pela forma como é interpretado pelos pais. Se um deles responde ao choro do bebê com comida, o desconforto, o frio ou a dor, será determinado retroativamente como tendo ‘significado’ fome, como as dores da fome. Não se pode dizer que o verdadeiro sentido por trás do choro era que a criança sentia frio, porque sentido é um produto posterior: respondendo

As tensões primordiais do bebê concretizadas a partir da interpretação dos outros que o rodeiam, geram uma sensação de satisfação plena (princípio do prazer), que nunca mais será encontrada, mas sempre será buscada, remetida, como experiência padrão. A busca se dá, na verdade, pela homeostase, ou seja, pela ausência de tensão, situação inicialmente vivida após o nascimento ou mesmo intrauterinamente.

Mas a realidade é dura e disto já sabe o bebê desde seus primeiros meses. Afinal, muitas vezes a pessoa responsável pela satisfação de suas necessidades está ausente e o jogo presença-ausência, impõe aquilo que se chamou de princípio da realidade. O bebê deve, para melhor conviver com este jogo, adiar sua satisfação para um momento posterior, ou seja, o momento da chegada do responsável.

Adiar o prazer para manter a satisfação das necessidades de acordo com a realidade, cultural, por sinal, não é o que pretende uma criança, que, tal como denominou Freud é “perversa polimorfa”, ou seja, pensa que “tudo quer” e “tudo pode”. Cabem aos familiares desta criança indicar o que se quer e o que se pode, ou seja, inseri-la no mundo da cultura.

Quanto aos pais, através do Complexo de Édipo, demonstrou que também pensa a criança: “tudo quero” e “tudo posso”, inclusive sendo permitido em sua mente o incesto. Nesta fase, a partir da castração exercida por um terceiro¹⁴⁶ ela aprende que alguns de seus impulsos iniciais devem ser contidos, em nome de uma boa convivência com sua família e com a sociedade.

Freud resgata da mitologia grega a narrativa de Édipo, sustentando em “Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade”, publicado em 1905, a existência de uma sexualidade infantil, que se volta para os pais até que se chegue a respostas satisfatórias sobre a própria sexualidade (quem sou eu? De onde vim?). Ao final do Complexo criança terá um mecanismo de identificação com seu sexo (sou menino ou menina?), aguardando, contudo, o período de latência para poder exercer a sexualidade com a chegada da puberdade¹⁴⁷.

constantemente aos gritos do bebê com comida pode-se transformar todos os seus desconfortos, o frio e a dor, em fome”. FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano** – entre a linguagem e o gozo. (Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 22-23.

¹⁴⁶ Como se verá, Lacan fará desta castração um dos pontos mais importantes de sua teoria, destacando o papel da função paterna para a constituição da estrutura do psiquismo.

¹⁴⁷ Sobre a descoberta freudiana, resume Richard Osborne (OSBORNE, Richard. **Op. cit.**, p. 73): “Não é de se estranhar que a psicanálise, baseando-se em parte nestes fatos outrora desprezados, tenha provocado surpresa e rejeição ao se opor à opinião popular a respeito da sexualidade. As suas principais descobertas foram as seguintes: A) A vida sexual não começa apenas na puberdade. Ela já se manifesta claramente logo depois do nascimento. B) É necessário fazer uma distinção precisa entre os conceitos de ‘sexual’ e ‘genital’. O primeiro é um conceito mais amplo, que inclui muitas atividades que não têm nenhuma

A fase infantil denominada Complexo de Édipo, que geralmente se estende dos dois aos seis anos de idade¹⁴⁸, permite, resumidamente, que o sujeito se posicione psiquicamente em relação à sua subjetividade (sexualidade), sua família (origem), sua comunidade (obediência ou não às regras), impulsionando a formação de sua personalidade. Após a completa constituição da personalidade (a qual passa pela adolescência, onde formulará respostas definitivas a seus íntimos questionamentos) o sujeito agirá por toda sua vida repetindo a posição primeva, encontrada como resposta durante a infância/adolescência.

Por isto é que para a psicanálise os problemas todos (leia-se, aqui, os sintomas) são fundamentados na infância/adolescência, porque lá que o sujeito aprendeu a se posicionar frente seus questionamentos essenciais e íntimos, agindo, posteriormente e inconscientemente, por repetição. Mas o sujeito não consegue ver isto claramente, eis que o recalque o impede de avaliar o que realmente o faz tomar estas ou aquelas atitudes. A resposta está, mais uma vez, no inconsciente e a psicanálise pode ajudar a desvelá-la.

Outros conceitos também foram estudados por Freud, mas as noções acima, longe de esgotarem sua teoria, podem ser lidas como uma pequena introdução sobre a subjetividade¹⁴⁹, a qual será retomada e complementada na obra de Jacques Lacan. A importância de Lacan para a psicanálise é imensa, mormente depois da morte de Freud e a leitura, muitas vezes equivocada de sua teoria por outros pensadores e psicanalistas. Como afirma acertadamente Marco Antonio Coutinho Jorge¹⁵⁰:

“Difundindo-se por todos os setores da teoria, o ensino de Lacan teve o valor de um verdadeiro ato psicanalítico e resultou, de fato, numa fecunda depuração do pensamento freudiano e numa verdadeira refundação da prática psicanalítica. Por um lado, Lacan resgatou no texto de Freud determinadas categorias teóricas que nunca tinham sido

relação com os órgãos genitais. C) A vida sexual inclui a função de obter prazer de certas zonas do corpo – função que mais tarde se volta para a reprodução. Muitas vezes as duas funções não coincidem por completo”.

¹⁴⁸ Freud descreveu as etapas do crescimento da criança, chamando a primeira delas de fase oral, após, com o controle dos esfíncteres passa para a fase anal e, depois, com a exacerbação de sua sexualidade para a fase fálica. Cabe salientar que o termo “falo” é utilizado em psicanálise representando algo a mais do que o órgão genital masculino. “Para Freud, o órgão masculino não é apenas uma realidade que poderíamos encontrar como referência última de toda uma série. A teoria do complexo de castração resulta em atribuir ao órgão masculino um papel prevalecte, desta vez como símbolo, na medida em que a sua ausência ou a sua presença transforma uma diferença anatômica em critério principal de classificação dos seres humanos, e na medida em que, para cada sujeito, esta presença ou esta ausência não é evidente, não é redutível a um dado puro e simples, é, antes, o resultado problemático de um processo intra e intersubjetivo (assunção pelo sujeito do seu próprio sexo)”. LAPLANCHE, Jean; J-B, PONTALIS. *Op. cit.*, p. 167.

¹⁴⁹ Freud também se debruçou sobre o estudo do surgimento da sociedade, sobre a religião, sobre a política, dentre outros assuntos, alguns dos quais serão tratados no presente trabalho no capítulo seguinte.

¹⁵⁰ JORGE, Marco Antonio Coutinho. *Op. cit.*, p. 19.

objeto de consideração efetiva: noções com as de Verneinung, denegação, Nachträglich, só-depois; conceitos como os de Trieb, pulsão, Verwefung, forclusão. Por outro, Lacan produziu novas conceituações que, embora possam hoje ser consideradas como implícitas no texto de Freud, ao serem explicitadas, ou, vale dizer, nomeadas, puderam não apenas retificar o campo teórico, como igualmente nele introduzir novas perspectivas. São exemplares desse aspecto a lógica do significante e a tripartição estrutural real-simbólico-imaginário, que passou a constituir um verdadeiro novo paradigma para a psicanálise”.

2.4. Relendo e complementando a Psicanálise com Jacques Lacan

Elisabeth Roudinesco abre a biografia¹⁵¹ de Jacques Lacan dizendo no prefácio que a história do psicanalista é “a história de um pensamento que, depois do de Freud, quis arrancar o homem do universo da religião, do oculto e do sonho, com o risco de evidenciar a impotência permanente da razão, da luz e da verdade ao efetuar essa operação”.¹⁵² E o resumo, embora preciso, talvez seja pouco para relatar as passagens com as quais Jacques Lacan convida a humanidade a pensar sobre a existência do inconsciente enquanto estruturado como linguagem e estruturante dos sujeitos individual e socialmente.

Jacques Marie Emile Lacan nasceu em 13.04.1901, em uma família de comerciantes da alta burguesia francesa. O pai, Alfred Lacan, era representante comercial da firma de vinagres que pertencia à família. “Manifestava pouco gosto pela cultura, e mostrava-se tão preocupado com as próprias economias quanto com os interesses financeiros da vinagreria. Gorducho e bigodudo, tinha os traços banais de um pequeno comerciante da Belle Époque, esmagado pela onipotência materna”¹⁵³. A mãe, Emilie Philippin Marie Baudry, sempre estava “vestida de preto, era magra, de olhos tristes, e parecia habitada por um ideal cristão que contrastava com a religiosidade simples e provinciana da família Dessaux¹⁵⁴” (ancestrais do marido). Lacan foi um aluno brilhante em religião e latim, de um colégio religioso tradicional francês, mas

¹⁵¹ No mesmo prefácio adverte a autora: “Se efetuei uma volta atrás, não foi para reconstruir a biografia de um mestre, que seria reconhecido como o criador de uma doutrina na qual viria se refletir o impulso de uma subjetividade, mas para compreender de que maneira, através da história intelectual de uma época, um homem se quis, em plena consciência, fundador de um sistema de pensamento cuja particularidade foi considerar que o mundo moderno posterior a Auschwitz havia recalcado, recoberto e rompido com a essência da revolução freudiana”.(ROUDINESCO, Elisabeth. **Jacques Lacan esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento**. (Tradução Paulo Neves) São Paulo: Companhia das Letras, 1994). Estudar o pensamento lacaniano é, em certo sentido, um retorno a Freud em suas origens.

¹⁵² ROUDINESCO, Elisabeth. Op. cit. p. 11.

¹⁵³ ROUDINESCO, Elisabeth. Op. Cit., p. 23.

¹⁵⁴ ROUDINESCO, Elisabeth. Op. Cit., p. 23.

mediano nas demais matérias. No colégio era conhecido como arrogante, caprichoso, vaidoso, inoportuno, incapaz de organizar seu tempo e de se comportar. Ou seja, desde criança e na adolescência era o que foi a vida inteira, uma personalidade notável e de difícil compreensão.

Lacan iniciou seus estudos de medicina em 1920 e se especializou em psiquiatria a partir de 1926. Participou desde esta época das rodas da mais seleta intelectualidade de Paris. Conviveu com André Gide, Paul Claudel, James Joyce, André Breton, Salvador Dali, além de ser médico particular de Picasso. Trabalhou anos como psiquiatra até ingressar na Sociedade Psicanalítica de Paris, o mais tradicional reduto da psicanálise na época. Mas não se limitava ao estudo da psiquiatria e da psicanálise. Se interessava pelas obras filosóficas, especialmente de Jaspers, Hegel, Spinoza, Nietzsche e Heidegger.

Inicia sua produção em 1938, com texto sobre o vocábulo “família” elaborado para a Enciclopédia Francesa. A partir de 1951, Lacan começou a conduzir seus famosos seminários semanais¹⁵⁵, os quais, após transcritos¹⁵⁶, dão origem ao principal de sua obra juntamente com o livro de textos reunidos denominado “Escritos” e com a transcrição de suas conferências.

Lacan, relendo os escritos de Freud e trazendo para a psicanálise os conceitos da lingüística de Saussure e Jakobson, chega à conclusão de que o inconsciente é estruturado como linguagem, regido, assim, pelas suas regras, tais como: primazia do significante, descontinuidade, remetimento incessante de um significante a outro.

Para melhor compreender, então, a estruturação do inconsciente lacaniano “como linguagem”, necessário, primeiramente, conceituar significante, significado, metáfora e metonímia na teoria de Lacan.

O interesse do autor pela lingüística marca toda sua obra. Veio de Merleau-Ponty a notícia sobre a teoria de Saussure, a qual logo se debruça evocando suas primeiras lições já no Seminário 1, em 1954.

¹⁵⁵ “Por um lado difundida em toda parte, por outro, a psicanálise tornou-se irreconhecível e, se podemos afirmá-lo hoje, devemos isso à elaboração teórica empreendida pelo ensino de Jacques Lacan, sobretudo a partir da década de 50, nos trinta anos seguintes, através de um seminário oferecido inicialmente aos psicanalistas e depois freqüentado pela intelligentsia parisiense e mesmo mundial”. JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Op. cit.**, p. 18.

¹⁵⁶ A transcrição dos seminários é feita por Jacques Alain-Miller, psicanalista, seguidor e genro de Lacan, detentor dos direitos autorais de sua obra. Miller é muito criticado por não publicar a transcrição de toda obra de Lacan, fazendo-o de acordo com sua própria vontade. Assim, há alguns volumes dos seminários ainda inéditos, os quais apenas são referidos em transcrições não oficiais, realizadas por participantes dos seminários que também realizaram gravações.

Quanto às contribuições de Saussure para a teoria de Lacan estão elas localizadas principalmente nos conceitos de signo, significante e significado. Para Saussure, um signo é a conjugação de um significante (imagem acústica) mais um significado (conceito). O signo é organizado sob algumas leis: a imagem acústica é consciente; o signo é arbitrário¹⁵⁷ quando mencionado, mas não arbitrário na relação significante, significado; o significante é ligado ao significado tal como uma folha de papel tem suas duas faces; há uma linearidade entre os significantes que, dentro de uma comunidade de falantes, são imutáveis enquanto trazidos por indivíduos (mas não em uma coletividade) e transmitidos de geração a geração.

Lacan, sustentando que o inconsciente é estruturado como linguagem, toma os conceitos de significante e significado. O signo é definido pelo algoritmo S/s, leia-se, significante sobre significado, separados por uma barra. Alguns autores sustentam que Lacan teria invertido o algoritmo trazido por Saussure, colocando no numerador o significante e no denominador o significado, mas cabe lembrar que para Saussure não havia uma ordem entre os dois elementos, ou seja, tanto fazia estar o significante em qualquer das posições no algoritmo. Lacan dá uma aparente hierarquia aos elementos, desvinculando completamente o significante do significado, dando primazia ao primeiro.

Lacan localiza o significante na dimensão do simbólico, sustentando que somente a análise pode isolá-lo como tal. “Lacan irá estender gradativamente sua concepção do significante até que ela passe a designar não apenas as palavras verbalizadas, mas tudo aquilo que pode se estruturar segundo o significante, desde o fonema até as locuções compostas: o significante pode se referir à palavra, à frase, ao fonema e a tudo o mais que se possa se estruturar sob o mesmo modo que o significante lingüístico”.¹⁵⁸ Ele enuncia as duas principais características do significante: o fato de remeter a outro significante e a binariedade (oposição em par de modo que o significante dia contém também a noite, o amor contém o ódio – amódio – , etc..). Nas suas palavras¹⁵⁹:

“A partir de quando passamos ao que é da ordem significante? O significante é um sinal que não remete a um objeto, mesmo sob a forma de rasto, embora o rasto anuncie, no

¹⁵⁷ “Não esqueçamos que, de partida, qualificou-se, erradamente, de arbitrária, a relação do significante e do significado. É assim que se exprime, provavelmente contra seu coração, Saussure – ele pensava bem outra coisa, e bem mais perto do texto do Crátilo como o demonstra o que há em suas gavetas, isto é, essas histórias de anagramas. Ora, o que passa por arbitrário é que os efeitos de significado têm o ar de nada terem a ver com o que os causa” (LACAN, Jacques. **Seminário 20...**, p. 30)..

¹⁵⁸ JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Op. Cit.**, p. 81.

¹⁵⁹ LACAN, **O Seminário livro 3, as psicoses**. 2. ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 192.

entanto, o seu caráter essencial. Ele é também o sinal de uma ausência. Mas na medida em que ele faz parte da linguagem, o significante é um sinal que remete a outro sinal, que é como tal estruturado para significar a ausência de um outro sinal, em outros termos, para se opor a ele num par”.

Quanto à relação entre o significante e o significado, não há um vínculo necessário pois para Lacan “toda significação remetia a outra significação, e através disso deduzia a idéia de que o significante deveria ser isolado do significado, como uma letra (ou uma palavra-símbolo) desprovida de significação mas determinante para o destino inconsciente do sujeito”¹⁶⁰. Por isto se falar em primazia do significante. “E fracassaremos em sustentar sua questão enquanto não nos tivermos livrado da ilusão de que o significante atende à função de representar o significado, ou, melhor dizendo: de que o significante tem que responder por sua existência a título de uma significação qualquer”¹⁶¹. Sobre o significado, sustenta que não é aquilo que se ouve, mas efeito do significante.

A significação permanece aberta, mas é encontrada no ponto de basta da linha discursiva, pois é um erro achar que ela sempre está para além, para logo mais, adiante.

“Pois o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão. É o que se vê, no nível da frase, quando ela é interrompida antes do termo significativo: Eu nunca..., A verdade é..., Talvez..., também... Nem por isso ela deixa de fazer sentido, e um sentido ainda mais opressivo na medida em que se basta ao se fazer esperar (...) Donde se pode dizer que é na cadeia do significante que o sentido insiste, mas que nenhum dos elementos da cadeia consiste na significação de que ele é capaz nesse mesmo momento. Impõe-se, portanto, a noção de deslizamento incessante do significado sob o significante”¹⁶².

Tal deslizamento pressupõe o estudo das cadeias de significação presentes na enunciação. No Seminário 3 (1956), Lacan vai tratar mais especificamente das metáforas e metonímias, referindo-se a Roman Jakobson (em suas palavras “um lingüista amigo meu”¹⁶³), e seus estudos sobre as afasias. Faz, assim, um paralelo entre os estudos de Jakobson e os conceitos trazidos por Freud em seu texto¹⁶⁴ A Interpretação dos Sonhos, de condensação e deslocamento.

¹⁶⁰ ROUDINESCO, Elisabeth. Op cit., p. 277.

¹⁶¹ LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 501. Neste texto, datado de 1957, Lacan sistematiza a teoria dos significantes e significados, bem como das metáforas e metonímias.

¹⁶² LACAN, Jacques. A instância...**op. cit.**, p. 505-506.

¹⁶³ LACAN, Jacques **O Seminário livro 3...**, p. 250. Jakobson hospedava-se na casa de Lacan quando visitava Paris. Eram amigos. Mas enquanto Lacan era influenciado por sua teoria, Jakobson não permitia qualquer influência lacaniana em sua obra. (Informações extraídas de ROUDINESCO, Elisabeth, op. cit, p. 283).

¹⁶⁴ Jakobson, inclusive, já fez um paralelo entre os eixos metafóricos e metonímicos e os mecanismos dispostos na obra de Freud sobre a interpretação dos sonhos. JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Op cit**, p. 86, explicita: “É já no final de seu artigo que Jakobson vem a mencionar, rapidamente uma

Freud, ao descrever os mecanismos dos sonhos, trata da condensação como o fato de uma única imagem poder representar inúmeras associações. Uma única idéia representa impulsos diferentes. É o conteúdo latente (escondido) dos sonhos. O deslocamento, por sua vez, diz respeito ao fato dos sentimentos ligados a um determinado objeto do cotidiano da pessoa passar a ser associado a outro no conteúdo onírico.

Lacan conceitua a estrutura metonímica, indicando que “é a conexão do significante com o referente que permite a elisão mediante a qual o significante instala a falta do ser na relação de objeto, servindo-se do valor de envio da significação para investi-la com o desejo visando essa falta que ele sustenta”. A metonímia é a função por excelência do significante, traduzida por Lacan na fórmula “palavra em palavra”.

O conceito de metáfora pressupõe a condição de “máxima disparidade entre as imagens significadas (...) Ela brota entre dois significantes dos quais um substitui o outro, assumindo seu lugar na cadeia significativa”.¹⁶⁵ A estrutura metafórica, assim, indica “que é na substituição do significante pelo referente que se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação, ou, em outras palavras, do advento da significação em questão”¹⁶⁶.

Ainda, para Lacan, as figuras das cadeias de significantes são sustentadas por uma articulação posicional. A metonímia dá início e possibilita a metáfora. A metonímia está na posição de equivalência e é o fenômeno essencial da cadeia (mormente para se pensar em associação livre), sendo incorreto dizer que é menos importante ou “uma metáfora pobre”. A metáfora, por sua vez, está na função posicional de substituição de um significante por outro.

Em suma, no procedimento metafórico há a substituição de vários significantes por outro em um processo de superposição (tal como o sintoma), enquanto que o procedimento metonímico se trata de pura remissão a outro significante (desejo). Assim, o sintoma age por metáforas e elas são reveladoras (em análise, é claro) do que é o sujeito, do seu ser (lugar da verdade). O desejo age por metonímias, porque provém de

possibilidade de se estabelecer um paralelo com os dois processos descritos por Freud no funcionamento do sonho, do seguinte modo: identificação e simbolismo estão associados à atividade metafórica, ao passo que condensação e deslocamento estão associados à atividade metonímica. Foi esse paralelismo que chamou a atenção de Lacan, que fez dele uma utilização bastante diferenciada”.

¹⁶⁵ LACAN, Jacques. A instância.... **op. cit.**, p. 510.

¹⁶⁶ LACAN, Jacques. A instância..., **op. cit.**, p. 518.

demandas que deslizam de um objeto a outro para encobrir a falta do sujeito (lugar do desconhecido)¹⁶⁷.

A teoria das metáforas e metonímias permite a Lacan sustentar toda uma prática analítica, pois somente dentro de um discurso e, para Lacan, dentro do discurso analítico, é que o sujeito poderia melhor se aproximar da verdade de si mesmo e de seus sintomas, aliviando seu sofrimento.

Em suma, não há uma essência que defina as coisas e as palavras não têm um significado prévio. Não há um entendimento de forma plena, baseado em um consenso, porque as palavras geram significados que transcendem a compreensão de quem as usa e de seus destinatários. A linguagem é, por si, equívoca, sem significantes unívocos.

O saber sobre a subjetividade, segundo Lacan, está localizado no inconsciente, mas deste saber o sujeito não sabe. Bruce Fink escancara este não-saber, afirmando¹⁶⁸:

“Em sua essência, será que o inconsciente é menos estranho para o indivíduo em questão do que para uma pessoa de fora, uma outra pessoa? O que pensamos conhecer sobre nossos mais íntimos eus (selves) pode na realidade estar tão longe da verdade quanto nossas suposições mais desvairadas sobre outras pessoas. A compreensão que temos de nós mesmos pode ser quase tão ignorante, quase tão distante da realidade, quanto as opiniões dos outros sobre nós”.

O inconsciente, para Lacan, “nada mais é do que uma ‘cadeia’ de significantes, tais como palavras, fonemas e letras, que se ‘desdobra’ de acordo com regras muito precisas sobre as quais o eu ou self não possui qualquer controle”¹⁶⁹. Nas palavras de Lacan¹⁷⁰:

“Para introduzir um discurso científico concernente ao saber, é preciso interrogar o saber aonde ele está. Esse saber, na medida em que é no antro da língua que ele repousa, quer dizer o inconsciente. O inconsciente, eu não entro nele, não mais do que Newton, sem hipótese. Minha hipótese é a de que o indivíduo que é afetado pelo inconsciente é o mesmo que constitui o que chamo de sujeito de um significante (...) O sujeito não é jamais senão pontual e evanescente, pois ele só é sujeito por um significante, e para um outro significante”.

¹⁶⁷ Assim, Lacan termina o texto “A instância da letra no inconsciente ou a razão para Freud: “Porque o sintoma é uma metáfora, quer se quera ou não dizê-lo a si mesmo, e o desejo é uma metonímia, mesmo que o homem zombe disso. E é também para que eu convide vocês a se indignarem com o fato de, após tantos séculos de hipocrisia religiosa e fanfarronice filosófica, ainda não se haver articulado validamente nada do que liga a metáfora à questão do ser e a metonímia à sua falta – nem que fosse preciso que, pelo objeto dessa indignação, como promotor e como vítima, ainda houvesse alguma coisa para responder, ou seja, o homem do humanismo e o crédito, irremediavelmente protestado, que ele sacou sobre suas intenções”. (LACAN, Jacques. A instância...**op. cit.**, p. 532-533)

¹⁶⁸ FINK, Bruce. **Op. cit.**, p. 24.

¹⁶⁹ FINK, Bruce. **Op. cit.**, p. 26.

¹⁷⁰ LACAN, Jaques **O Seminário livro 20, mais, ainda**. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). 2. ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 194-195.

Por isto, ignorar o inconsciente é ignorar um saber que está para além do discurso e que, na maioria das vezes, é mais significativo que o saber consciente, pois, para Lacan funciona sem mestre¹⁷¹, e pode significar o lugar da verdade.

O inconsciente está constantemente pulsando e faz irrupções no campo do simbólico, através das metáforas. O sujeito da Psicanálise é o sujeito do inconsciente, aquele que é movido por um desejo¹⁷² instaurado por uma falta estrutural, que nunca é preenchida, porque situada no registro do real¹⁷³. Sobre a dialética do sujeito, Lacan esclarece¹⁷⁴: “Aí está, aliás, a falha essencial do idealismo filosófico, insustentável aliás, e jamais radicalmente mantido. Não há sujeito sem, em alguma parte, afânise do sujeito, e é nessa alienação, nessa divisão fundamental, que se institui a dialética do sujeito”.

O inconsciente, como trazido por Freud e a partir da releitura de Lacan, é estruturado como linguagem, ou seja, pelos registros do real, simbólico e imaginário (RSI)¹⁷⁵, unidos pela metáfora paterna (o nó-borromeu é uma forma de entrelaçamento dos três registros, onde um campo está intrinsecamente conectado com os outros dois campos de modo que, excluindo-se qualquer e apenas um deles, o nó restaria imediatamente desfeito). Conceituar com precisão os três registros ainda é uma tarefa com a qual se dedicam incansavelmente os psicanalistas em aulas, seminários e cartéis, realizando-se no presente trabalho uma aproximação¹⁷⁶.

Em 1953, Lacan profere uma Conferência onde tenta distinguir os três registros apresentando exemplos em animais e em humanos, concluindo que o campo do

¹⁷¹ “É só ao discurso analítico que ex-siste o inconsciente como freudiano, que antes era escutado, mas como outra coisa. É um saber que trabalha sem mestre”. LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, p. 517.

¹⁷² A palavra desejo para a psicanálise vai além de sua acepção comum, pois pertencente ao campo do inconsciente. O desejo, assim, não pode ser enunciado, porque inconsciente, ele apenas pode ser indicado pela demanda, esta dirigida a um objeto da realidade. O desejo fala de um lugar de falta, falta esta impossível de ser tamponada. O sujeito é levado a sempre desejar, em busca de tamponar esta falta.

¹⁷³ “O que, com efeito, se mostrou de começo a Freud, aos descobridores, aos que deram os primeiros passos, o que se mostra ainda a quem quer que na análise acomode por um momento seu olhar ao que é propriamente da ordem do inconsciente, – é que ele não é nem ser nem não-ser, mas á algo de não-realizado”. LACAN, Jacques. **Seminário 11** – os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 34.

¹⁷⁴ LACAN, Jacques. **Seminário 11...**, p. 209.

¹⁷⁵ “De forma que, em suma, farei talvez uma breve alusão, mas tentarei, sobretudo, dizer simplesmente algumas palavras sobre o que significa a confrontação destes três registros, que são justamente os registros essenciais da realidade humana, registros muito distintos e que se chamam: o simbólico, o imaginário e o real”. LACAN, Jacques. O simbólico, o imaginário e o real. In: **Cadernos Lacan**, 1ª Parte, Porto Alegre, APPOA, p. 83.

¹⁷⁶ Lecionando sobre o inconsciente, Lacan tem uma passagem interessante sobre a infinitude do saber: “Ele indica que nossa concepção do conceito implica ser este sempre estabelecido numa aproximação que não deixa de ter relação com o que nos impões, como forma, o cálculo infinitesimal. Se o conceito se modela, com efeito, por uma aproximação da realidade que ele foi feito para apreender, só por um salto, por uma passagem ao limite, é que ele chega a se realizar.” LACAN, Jacques. **Seminário 11...**, p. 25.

imaginário e do real estão presentes nos animais, mas apenas os humanos conseguem estar incluídos no campo do simbólico. Um animal, tal como os pássaros, é capaz de ter comportamentos simbólicos apenas por repetições miméticas e não porque está inserido em um mundo cultural onde consegue interpretar, introjetar e daí efetuar a repetição do comportamento.

Para explicar o comportamento no registro do imaginário, Lacan toma o ciclo instintual dos animais para sustentar a diferença entre o que acontece com os comportamentos simbólicos dos humanos, *verbis*¹⁷⁷:

“O que o estudo dos ciclos instituais nos animais mostra é precisamente a dependência deles de um certo número de propulsores, mecanismos de desencadeamento que são essencialmente de ordem imaginária e que são o que há de mais interessante nos estudos do ciclo instintual, ou seja, que seu limite, sua definição, a forma de precisá-los, fundados sobre a colocação à prova de um certo número deles (...) até um certo limite de apagamento, são suscetíveis de provocar, no animal, esta espécie de colocação em ereção da parte do ciclo do comportamento sexual de que se trata. E o fato que, no interior de um ciclo de comportamento determinado, é sempre suscetível de ocorrer, em certas condições, um certo número de deslocamento. Por exemplo, no caso dos pássaros, quando em um ciclo de combate, um dos combatentes se põe subitamente a alisar suas plumas, em um comportamento de exibição sexual que intervirá ali, fazendo cessar tal combate”.

Segundo Lacan, a capacidade do homem vai além de ter um comportamento no registro do imaginário significando exatamente aquilo que o campo do instintual do animal quer. Ou seja, para um pássaro, naquele momento, o comportamento X significa exatamente aquilo que o outro pássaro vai entender com toda a certeza, sem equívocos, como exibição para combate sexual. No humano não, como bem se sabe. O comportamento X pode significar tanto uma coisa como outra completamente diferente. É o que o autor denominou de representação metafórica¹⁷⁸: “(...) não basta que um fenômeno represente um deslocamento, dito de outra forma, que se inscreva nos fenômenos imaginários para ser um fenômeno analisável, e que, para que ele o seja, é preciso que ele represente outra coisa que não ele mesmo”. Simbolizar, fazer metáfora, interpretar, transmitir valores culturais, são características, segundo a psicanálise, eminentemente humanas, do campo do simbólico.

¹⁷⁷ LACAN, Jacques. O simbólico, o imaginário e o real. **Op. cit.**, p. 88. O autor traz outro exemplo no final do texto, p. 103: “É a captação da imagem que é essencialmente constitutiva de toda a realização imaginária na medida que a consideramos instintual. Essa realização da imagem que faz com que a fêmea peixe-espinho seja cativada pelas mesmas cores que o peixe-espinho macho e que eles entrem progressivamente numa certa dança que os leva onde vocês sabem”.

¹⁷⁸ LACAN, Jacques. O simbólico, o imaginário e o real. **Op. cit.**, p. 90

Quanto ao real, simbólico e imaginário, resume didaticamente Darian Leader e Judy Groves¹⁷⁹:

“Lo que comúnmente llamamos ‘realidad’ debería definirse como una amalgama de lo simbólico y lo imaginário: es imaginário en la medida en que estamos situados en el registro especular y el Yo nos brinda racionalizaciones de nuestros actos; y es simbólico en la medida en que la mayoría de las cosas que nos rodean tienen un sentido para nosotros. Lo real representaría precisamente lo excluído de nuestra realidad, el margen de lo que carece de sentido y no logramos situar o explorar.”

A leitura de Freud da constituição da subjetividade, do Complexo de Édipo, do recalque, e de todos os demais conceitos é efetuada a partir da premissa dos três registros do real, simbólico e imaginário. Também, há uma valorização da função paterna, tida como constituinte da estrutura psíquica do indivíduo.

A função do Complexo de Édipo, pelo menos quando trazido para a teoria de Lacan, é, então, de eleição de uma representação simbólica individual a partir da castração efetuada por aquele que faz a função paterna. O desejo materno, de ter o filho como falo¹⁸⁰ (e o do bebê de se manter nesta posição) é sonegador da ordem simbólica, porque impossibilita o gozo parcial, prendendo o bebê no imaginário do princípio do prazer. O narcisismo primário, garantidor da identificação dita “eu ideal”, é aquele presente quando o bebê encontra-se alienado no desejo de sua mãe e imaginariamente se coloca como seu objeto de desejo. O investimento libidinal, assim, é intrapsíquico, e está presente nos primeiros meses de vida. O “ideal do eu”, por sua vez, está identificado com o narcisismo secundário e condiz com o simbólico, pois surge a partir da identificação do bebê com aquilo que se diz dele. É a libido do bebê investida na imagem do eu¹⁸¹, o que Lacan denominou de estágio do espelho.

O bebê passa por estas fases de identificação com o imaginário e, após, com o simbólico para, a partir da formação do ideal do eu, sentir-se como ser desligado de um desejo materno. Ele permanece no gozo pleno, sem faltas. Algo deve, então, barrar a função materna.

Está aí a metáfora paterna (Nome-do-Pai), aquela que priva o bebê da mãe e instaura o desejo de ter e ser o objeto desejado. Desejo, de todo, impossível de ser

¹⁷⁹ LEADER, Darian; GROVES, Judy. **Lacan para principiantes**. Buenos Aires: Era Nasciente, 2004, p. 61.

¹⁸⁰ No sentido de representação fálica, simbólica, que tem valor sob todas as outras coisas. “Na França, J. Lacan tentou recentrar a teoria psicanalítica em torno da noção de falo como ‘significante do desejo’. O complexo de Édipo, do modo como ele o reformulou, consiste numa dialética cujas principais alternativas são ser ou não ser o falo, tê-lo ou não o ter – e cujos três tempos se centram no lugar ocupado pelo falo no desejo dos três protagonistas”. LAPLANCHE, Jean; J-B, PONTALIS. **Op. cit.**, p. 168.

¹⁸¹ Sobre o narcisismo, vide LACAN, Jacques. **Seminário, livro 1**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 128- 151

alcançado. Surge desta interdição primeira, do incesto, que traz ao sujeito o Nome-do-Pai, um significante privilegiado face aos outros significantes, por causa de seu papel decisivo na estruturação da subjetividade. O significante fálico fica na rede significante de forma velada, o sujeito é marcado pela lei e daí a sua incompletude. Falta estrutural que será tamponada por objetos de demanda.

Conforme explica Lacan: “... o desejo se situa na dependência da demanda – a qual, por se articular em significantes, deixa um resto metonímico que corre debaixo dela, elemento que não é indeterminado, que é uma condição ao mesmo tempo absoluta e impegável, elemento necessariamente em impasse, insatisfeito, impossível desconhecido, elemento que se chama desejo”¹⁸².

Desejar é faltar. O desejo é desejo de nada nomeável e coloca o sujeito diante de sua finitude, ele, em última instância, expressa a morte como horizonte inicial e final da condição humana. Da mesma forma em que os significantes se articulam, os sujeitos se posicionam desejantemente diante uns dos outros. É justamente esta condição de desejante que abre possibilidades criadoras.

O sujeito então vaga pela existência sem saber dos mecanismos inconscientes do registro do Simbólico, que sonegam e recalcam as imagens primevas. A inscrição da Lei vem como identificações formando o supereu a partir da autoridade Paterna e da proibição do incesto. Os limites permitem o desejo, uma vez que, como já mencionado, só se deseja o que se não tem. A busca pelo gozo ainda não encontrado é que move a vida, ou ainda “quando há limite há por que continuar perseguindo o sentido”.¹⁸³

Para Freud o supereu se forma dos restos do Complexo de Édipo, na voz que reprime, no olhar que vigia, terá ele a função de auto-observação, consciência moral e função de ideal. Lacan aponta a função do eu ideal que, em suas relações com o ideal do eu, move o sujeito no campo social. O superego (no dito de Freud) interdita o gozo nos sujeitos neuróticos ou, como relê Lacan a representação simbólica trazida pela metáfora paterna joga o sujeito para o mundo da cultura (Outro) onde se relacionará procurando substitutos imaginários para o gozo pleno.

A subjetividade, tanto para Freud como para Lacan, não se encontra apenas como entidade intrapsíquica. Importância salutar tem a instância cultural, a ordem

¹⁸² LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11...**, p. 146.

¹⁸³ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Jurisdição, Psicanálise e mundo neoliberal. In: **Direito e Neoliberalismo** – elementos para uma leitura interdisciplinar. Curitiba: EDIBEL, 1996, p. 44.

simbólica, ou, como denominou Lacan, o Outro¹⁸⁴. Alerta, no prefácio de seu livro, Bruce Fink¹⁸⁵:

“Somos alienados na medida em que somos falados por uma linguagem que funciona, de certa forma, como uma máquina, um computador, ou um dispositivo de gravação/montagem com vida própria; na medida em que nossas necessidades e prazeres são organizados e canalizados em formas socialmente aceitáveis pelas demandas de nossos pais (o Outro como demanda); e na medida em que nosso desejo surge como o desejo do Outro. Embora Lacan invoque o sujeito em seus seminários e escritos, muitas vezes o Outro parece roubar a cena. (...) Lacan define o sujeito como uma posição adotada com relação ao Outro enquanto linguagem ou lei; em outras palavras, o sujeito é uma relação com a ordem simbólica. (...) O sujeito – falta-a-ser – é visto, portanto, como consistindo numa relação com o desejo do Outro, ou como uma postura adotada com relação a esse desejo, fundamentalmente emocionante, porém ameaçador, fascinante e, no entanto, esmagador, revoltante”.

Primeiramente para o bebê, a função de Outro é feita pela função materna (mãe), tesouro dos significantes, donde o bebê acredita emanar todo o saber¹⁸⁶. Depois do complexo de Édipo o bebê, já criança, deve ser capaz de identificar que o saber não está inteiramente no seu pai, ou na sua mãe, ou em qualquer pessoa, mas sim no campo cultural.

Afirma Lacan: “Duas faltas aqui se recobrem. Uma é da alçada do defeito central em torno do qual gira a dialética do advento do sujeito a seu próprio ser em relação ao Outro – pelo fato de que o sujeito depende do significante e de que o significante está primeiro no campo do Outro”¹⁸⁷.

A ligação da subjetividade com a cultura é inevitável, desde os primórdios da existência humana. Assim, não há desejo, se o campo simbólico não restar preenchido por esta instância a qual o sujeito remete seu desejo e lá o identifica, sempre pela falta. Lacan testemunha o fato afirmando ser desta maneira desde bebê, até a fase adulta. “O desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola, nas faltas do discurso do Outro, e todos os por-quês? das crianças testemunham menos de uma avidez da

¹⁸⁴ “Primeiro acentuei a repartição que constituo ao opor, em relação à entrada do inconsciente, os dois campos do sujeito e do Outro. O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer.” LACAN, Jacques. **Seminário 11...**, p. 194

¹⁸⁵ FINK, Bruce. **Op. cit.**, p. 9-10.

¹⁸⁶ “É no intervalo entre esses dois significantes que vige o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do discurso do Outro, do primeiro Outro com o qual ele tem que lidar, ponhamos, para ilustrá-lo, a mãe, no caso. É no que seu desejo está para além ou para alguém no que ela diz, do que ela intima, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito”. LACAN, Jacques. **Seminário 11...**, p. 207.

¹⁸⁷ LACAN, Jacques. **Seminário 11...**, p. 194-495.

razão das coisas do que constituem uma colocação em prova do adulto, um porque será que você me diz isso? sempre re-suscitado de seu fundo, que é o enigma do adulto”¹⁸⁸.

O Outro é, portanto, este lugar da linguagem, onde se reconhece ser faltoso, tal como o sujeito, e por isto há uma questão de identificação inerente. “Logo, o lugar do significante é nomeado por Lacan de Outro porque ele jamais é o mesmo, ele é sempre diverso de si mesmo, ele nunca apresenta identidade definitiva: ele é pura alteridade”¹⁸⁹.

Muitos outros conceitos lacanianos poderiam ser aqui citados, sendo impossível em um trabalho desta natureza, esgotá-los. Contudo, o que foi tratado por fundamental em Freud e Lacan já é suficiente para sustentar a necessidade de diálogo entre direito e psicanálise e fundamentar a releitura da disciplina psicologia jurídica a partir dela.

¹⁸⁸ LACAN, Jacques. **Seminário 11...**, p. 203.

¹⁸⁹ JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Op. cit.**, p. 92.

“No amor, o que se visa, é o sujeito como tal, enquanto suposto a uma frase articulada, a algo que se ordena ou pode se ordenar por uma vida inteira. Um sujeito, como tal, não tem grande coisa a fazer com o gozo. Mas, por outro lado, seu signo é suscetível de provocar desejo. Aí está a mola do amor.”

Jacques Lacan

Capítulo 3

A RELEITURA DA PSICOLOGIA JURÍDICA A PARTIR DA PSICANÁLISE

3.1. Direito e psicanálise: diálogo necessário.

O questionamento da forma como se podem colocar os conceitos da Psicanálise a serviço do Direito é constante na discussão daqueles que se prestam a se aventurar no diálogo entre os dois campos, seja no campo da interseção, com o estudo dos elementos comuns, ou na interlocução, na busca de um consenso ou uma solução para as diferenças apresentadas entre os dois campos. Alguns sustentam que cada um deles deve orientar as suas próprias pesquisas, e que é impossível tratar de Psicanálise juntamente com o Direito, porque aquela trabalha com o sujeito do inconsciente enquanto que o Direito com o sujeito da consciência. Afirmar que o Direito opera com o

sujeito da consciência não é de todo falso, mas também se não pode olvidar que o inconsciente permeia o saber jurídico, justamente por se tratar de um discurso.

Hoje é impossível separar a lei, o Direito e a justiça das explicações que traz a Psicanálise sobre a constituição dos sujeitos individualmente e em relação ao grupo¹⁹⁰. É necessário, assim, se estabelecer um diálogo.

Mas como a psicanálise pode ajudar na leitura do Direito?

Como se viu nos itens acima, a Psicanálise tem como objetos mais relevantes de estudo os fatores psíquicos do ser humano, o reconhecimento da existência de um inconsciente e a importância da linguagem para a constituição subjetiva e inserção social dos homens. Sobre a Psicanálise e seu futuro como ciência, leciona com precisão Elizabeth Roudinesco¹⁹¹:

“A psicanálise atesta um avanço da civilização sobre a barbárie. Ela restaura a idéia de que o homem é livre por sua fala e de que seu destino não se restringe a seu ser biológico. Por isso, no futuro, ela deverá conservar integralmente o seu lugar, ao lado das outras ciências, para lutar contra as pretensões obscurantistas que almejam reduzir o pensamento a um neurônio ou confundir o desejo com uma secreção química”.

Trata-se, assim – com toda a certeza – de um discurso rigoroso, no mesmo patamar onde se localiza o discurso do Direito¹⁹². Sim, o Direito é, sobretudo, um discurso! E, como tal, sujeito às regras da linguagem e às subjetividades de seus enunciadorees porque, como afirma Pierre Legendre¹⁹³: “O fato de ser o direito um discurso acarreta uma exigência lógica: que este discurso tenha um sujeito”.

¹⁹⁰ “Se a experiência analítica predispõe seguramente a sentir a grande quebra no seio de uma ordem, a que se compreenda a teatralidade da relação entre as duas cenas, aquela que vê e a outra onde se compõem para um sujeito as máscaras, não está no poder de ninguém autenticar seu próprio repertório como se lhe fosse permitido responder por todo o grupo. É aí que se inaugura, com efeito, a instância comum – a civilização, a cultura, diz Freud – onde cada um é um outro sujeito, governado em um outro círculo, domesticado sob a égide das Leis e por uma censura pronunciada segundo a Ordem natural do Direito”. LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor** – ensaio sobre a ordem dogmática (tradução de Colégio Freudiano do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, p. 30.

¹⁹¹ ROUDINESCO, Elisabeth. **Por que a psicanálise?** (Tradução de Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 09.

¹⁹² Sobre o assunto, vide Agostinho Ramalho Marques Neto, no texto intitulado **Subsídios para pensar a possibilidade de articular Direito e Psicanálise**. (MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. Subsídios para pensar a possibilidade de articular direito e psicanálise. In: **Direito e Neoliberalismo** – elementos para uma leitura interdisciplinar. Curitiba: EDIBEJ, 1996, p. 20): “Psicanálise e Direito, com efeito, não são, segundo penso, propriamente ciências, sobretudo se se toma este termo na acepção neopositivista, que parece ser, ainda, sua acepção dominante. Isso não quer dizer, todavia, que não sejam ou não possam ser, discursos teóricos rigorosos”.

¹⁹³ LEGENDRE, Pierre. Seriam os fundamentos da ordem jurídica razoáveis? In: ALTOÉ, Sônia. **Sujeito do Direito Sujeito do Desejo**. 2.ed., Rio de Janeiro: Revinter, 2004, p. 21. “Nestas condições, não há vertente de subjetividade que não mantenha uma ligação com a vertente jurídica, pois a problemática edipiana postula, ela também, o jogo da Referência absoluta, pela simples razão que as funções de Pai e Mãe – que condicionam a entrada do sujeito na palavra sob um status de não-loucura – se definem em seu princípio como função de legalidade, isto é, impostas aos genitores, não somente como obrigação de alimentação mas também de representações genealógicas juridicamente instituídas”.

E é aí, justamente aí, que se pode colocar a Psicanálise a seu serviço, como importante interlocutora, sem esquecer, contudo, como adverte Agostinho Ramalho Marques Neto, que: “não consiste propriamente em colocar lado a lado a Psicanálise e o Direito para compará-los globalmente ou ponto a ponto. Não há sequer correspondência, nem simetria, entre esses pontos, cuja própria existência é uma questão.”¹⁹⁴

Com esta advertência Agostinho Ramalho Marques Neto propõe duas formas de articulação entre o Direito e a Psicanálise: a) o estudo a partir de conceitos comuns entre os dois campos; b) o estudo profundo sobre a incidência do campo simbólico, da falta, do desejo e do gozo no Direito. Quanto ao segundo, afirma:

“Pode-se também empreender articulações mais fundas. Em que medida, por exemplo, o que provém do campo psicanalítico – campo esse que, como se sabe, é instaurado a partir da postulação da falta radical e originária do objeto da pulsão e do objeto do desejo bem como da falta, também radical e originária, de um significante primordial a partir do qual a ordem simbólica se estruturasse e ganhasse consistência –, até que ponto, repito, isso que provém do campo psicanalítico pode produzir efeitos de ‘esburacamento’ no discurso jurídico ali mesmo onde este é enunciado segundo uma visão sistêmica totalitária que desemboca na ficção da plenitude de um ordenamento jurídico sem lacunas?”¹⁹⁵

Quanto ao estudo de conceitos comuns entre os dois campos, propõe o autor a articulação entre três deles: sujeito, objeto e verdade. O sujeito como marcado pelo inconsciente¹⁹⁶; o objeto como representativo da falta; e a verdade como conceito dependente dos significantes articulados, impossível de ser alcançada em si, ligada ao desejo (“...a verdade é menos uma questão epistemológica do que uma questão ética”¹⁹⁷).

Pierre Legendre também propõe a articulação através de 3 elementos de base, presentes, segundo ele, nos dois discursos: corpo, ficção e Pai. O corpo porque “...as grandes questões da humanidade passam pelos afetos”¹⁹⁸; a ficção, figura necessária para operacionalizar o campo da razão; e o Pai, como possibilitador do surgimento de uma Referência absoluta, necessária para a manutenção do discurso do Poder. Neste

¹⁹⁴ MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **Op. cit.**, p. 22.

¹⁹⁵ MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **Op. cit.**, p. 23.

¹⁹⁶ “Isso decorre da implicação mesma da subjetividade – ou seja, do fato de haver desejo – nas determinações de todo o discurso. (...) O recalcado é insuprimível, sua insistência é imperecível. Daí a identidade, de que fala FREUD, entre o recalcado e seu retorno. O que significa que o que foi excluído para que o campo de uma disciplina teórica pudesse ser constituído retorna (isto é, nunca deixou de estar aí) no interior mesmo do campo constituído a esse preço. ‘O inconsciente se impõe à ciência como um fato’, diz LACAN.” MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **Op. cit.**, p. 36.

¹⁹⁷ MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **Op. cit.**, p. 34.

¹⁹⁸ LEGENDRE, Pierre. Seriam os fundamentos... **cit.**, p. 22.

mesmo texto afirma¹⁹⁹: “Existe um denominador comum entre o direito e a psicanálise, que deve ser procurado naquilo que eu chamei de Referência absoluta. Na vertente jurídica, trata-se do funcionamento de uma justificativa última de normatividade, última no sentido de que ela demarca a fronteira do dizível e permite ao direito, a partir de enunciados que têm status de fiador, se constituir num discurso genealógico para a sociedade referida”²⁰⁰.

A articulação entre os dois campos através de elementos comuns realizada pelos dois autores supracitados é elucidativa na medida em que se não trata de simples transposição de um conceito da psicanálise para aplicação dele no Direito, de forma apenas pluridisciplinar. Os autores propõem os pontos comuns entre os dois discursos retirando conclusões importantíssimas, modificando as bases para o enfrentamento da questão, fazendo surgir, inter e transdisciplinarmente, outras premissas para o estudo do Direito.

Tudo porque é um erro fazer com que se tente falar de Direito utilizando a simples e pura transposição de conceitos psicanalíticos. Erro que poderia, inclusive, sustentar a posição de que deve a Psicanálise analisar juízes, réus, promotores, catalogando-os como neuróticos, psicóticos ou perversos, como se houvesse, nos fóruns, nas audiências ou nos corredores dos tribunais, ambiente propício para qualquer espécie de transferência²⁰¹. Mas, como se sabe, não há transferência apta a fundamentar a clínica psicanalítica longe dos consultórios.

Ou seja, aproximar um discurso do outro é coisa completamente diferente de confundi-los, misturá-los. Neste sentido, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho já escrevia em 1994²⁰²: “...que não se pode fazer um discurso psicanalítico do direito e muito menos um discurso jurídico da psicanálise, ou seja, um pelo outro”;

¹⁹⁹ LEGENDRE, Pierre. Seriam os fundamentos..., **cit.**, p. 20

²⁰⁰ Conclui, o autor, explicando (LEGENDRE, Pierre. Seriam os fundamentos..., **cit.**, p. 20): Nessas condições, não há vertente de subjetividade que não mantenha uma ligação essencial com a vertente jurídica, pois a problemática edipiana postula, ela também, o jogo da Referência absoluta, pela simples razão que as funções de Pai e Mãe – que condicionam a entrada do sujeito na palavra sob um status de não-loucura – se definem em seu princípio como função de legalidade, isto é, impostas aos genitores, não somente como obrigação de alimentação mas também de representações genealógicas juridicamente instituídas”.

²⁰¹ Transferência, para a psicanálise, é algo que fundamenta a clínica. Acontece, resumidamente, quando o analisando é capaz de transferir sua demanda para o analista de forma a o considerar seu sujeito suposto saber. O analista deve “fazer semblante” para o analisando e efetuar o manejo do tratamento de acordo com a posição do paciente frente às demandas da vida, indicada na própria transferência.

²⁰² COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. A Lei e a lei: questões de cidadania. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 21.11.1994, p. 21.

Os conceitos psicanalíticos devem ser estudados a princípio dentro de um campo psicanalítico – e neste campo, quem sabe, sustentar-se-ia que precisam alguns juízes, promotores e advogados, por exemplo, de bons analistas – para depois, no que convier serem aplicados ao estudo do Direito, com seriedade, de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Mara Caffé, em seu livro “Psicanálise e Direito”²⁰³, sustenta que a relação entre Direito e Psicanálise ao mesmo tempo em que é de aproximação²⁰⁴, também deve ser de estranhamento:

“...tudo se passa como se tivéssemos que, de um lado, vencer muitos obstáculos para enfim construir a referência de uma proximidade possível entre duas práticas institucionais distintas, construir uma região comum onde pudessem dialogar, construir nas diferenças e semelhanças entre seus objetos de estudo a experiência de uma complementaridade. Porém, em seguida, é preciso que recuperemos as contradições e paradoxos entre ambas, no intuito de re-situar um movimento que parece se impor inevitavelmente no transcorrer desta tarefa: o movimento de se diluírem as diferenças entre ambas as práticas institucionais em jogo, de se alienarem na perspectiva de uma colaboração mútua de natureza harmônica, marcada pela continuidade”.

Tudo isto para lembrar que o Direito e a Psicanálise são discursos diferentes, que partem de premissas diferentes as quais não deve, jamais, serem esquecidas. Como enuncia Jacinto Nelson de Miranda Coutinho²⁰⁵:

“Os elementos dos campos (direito e psicanálise), por outro lado, não têm a mesma estrutura e não podem ser tomados como lugar-comum. Arriscar a identidade é ceder à comodidade, mas incorreto, para não dizer falso. Atitude empulhadora, deslumbra na primeira aparência pelas fórmulas fáceis, mas oferece o cadafalso no momento seguinte. Isto não quer dizer que não se deva buscar as possibilidades de interseção (o perigo reforça o desejo), mas enuncia a tortuosidade do caminho”.

José Martinho, em texto denominado “A intersecção Direito-Psicanálise”²⁰⁶, também sustenta o estudo Direito e Psicanálise a partir de elementos comuns, mas lidos em consonância com a teoria dos significantes de Lacan e com o conceito de gozo. “O significante ‘queixa’ é também um elemento da ‘Intersecção Direito-Psicanálise’. Mas o que interessa seguir aqui é o gozo que isso traz, o prazer que vem de arrasto com o

²⁰³ CAFFÉ, Mara. **Psicanálise e Direito**. São Paulo: Quartier latin, 2003, p. 101.

²⁰⁴ A autora, na sequência, propõe a abordagem entre Direito e Psicanálise a partir da noção de conflito, segundo ela central para ambas as áreas. No prefácio de seu livro, redigido por Marlene Guirado, pode-se ter uma idéia clara de seu desenvolvimento (CAFFÉ, Mara. **Op. cit.**, p. 17): “O leitor poderá testar esta e outras qualidades do texto de Mara. Poderá ainda acompanhar sua riqueza e complexidade, quando, para o desenvolvimento do tema e fiel ao modo de pensar a que se propôs, destaca o lugar que o termo conflito tem no discurso da Psicanálise no do Direito. No primeiro, ele é ponto de partida e, no segundo, ele é ponto de chegada. Mas, em ambos, ele é uma construção imaginária a que concorrem todos os procedimentos das duas práticas e dos dois contextos discursivos”.

²⁰⁵ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Jurisdição, Psicanálise e mundo neoliberal. In: **Direito e Neoliberalismo** – elementos para uma leitura interdisciplinar. Curitiba: EDIBEJ, 1996, p. 42.

²⁰⁶ MARTINHO, José. A ‘Intersecção Direito-Psicanálise’. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Direito e Psicanálise** – interseção e interlocução a partir de ‘O Caçador de Pipas’ de Khaled Housseini. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009 (no prelo).

desprazer que provoca a queixa”. A explicação vem com o complemento do texto, seguindo o rito de um processo:

“O advogado formula a queixa para que esta possa ser apresentada a um juiz ou recebida por este. O advogado é aqui o operador que transporta a queixa derivada do desprazer para a dimensão da linguagem jurídica. Esta transposição faz que o sujeito passe a existir de modo diferente no campo do Outro.

A fórmula jurídica fixa e filtra a queixa inicial, diminui a sua intensidade, mas de maneira a que o sujeito encontre uma outra satisfação. É o próprio processo da formulação da queixa que traz um gozo suplementar, para além do prazer, pois o desprazer que motivou todo o processo mantém-se mesmo após o veredicto.

Percebemos, assim, que o sujeito do Direito consente que se infrinja a lei que o governa ao nível do processo primário, logo que se vá além do princípio do prazer que guia normalmente a vida biopsicosocial. O que obtém em troca é a mais-valia trazida pela decifragem jurídica”.

Conclui-se, com fundamento nas premissas de Lacan, mas também com olhos na obra de José Martinho, que a diferença em relação ao campo do Direito é traduzida no fato de ser ele, por excelência, um discurso que trata do gozo. No Seminário 20, intitulado “Mais, ainda”, Lacan, durante o texto, define o que é o Direito²⁰⁷:

“...eu não me achava deslocado por ter que falar numa faculdade de direito, pois é onde a existência dos códigos torna manifesta a linguagem....

(...) e lembrarei ao jurista que, no fundo, o direito fala do que vou lhes falar – o gozo.

(...)

Esclarecerei com uma palavra a relação do direito com o gozo. O usufruto (...). É nisso mesmo que está a essência do direito – repartir, distribuir, retribuir, o que diz respeito ao gozo.”

Ou seja, “O direito, com suas leis, representa uma forma de barrar ou enquadrar a tendência do homem a fazer do outro o objeto de suas pulsões destrutivas”²⁰⁸. O Direito é, assim, uma forma de regulamentar socialmente o gozo²⁰⁹. A regulamentação pessoal do gozo viria do mito de cada indivíduo²¹⁰, traduzido pelo nome-do-pai, transmitido para a criança por aquele que faz a função de pai. A regulamentação social do gozo parte da idéia lacaniana de existência de um Outro (grande outro), representativo de uma ordem simbólica estruturada pela linguagem e, por isso, fundante de todos os significantes.

²⁰⁷ LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20...** p. 10-11.

²⁰⁸ QUINET, Antonio. O gozo, a lei e as versões do pai. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha; GROENINGA, Giselle Câmara. **Direito de Família e Psicanálise** – rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 56.

²⁰⁹ ROSA, Alexandre Moraes da. **Decisão Penal: A bricolage de significantes**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 10: “E o Direito, na forma que se conhece, também procura estabelecer a ordem social, colocando limites às pulsões, na pretensão de coibir o excesso de gozo em nome da Civilização. Busca barrar os impulsos, principalmente dos que não conseguem respeitá-los sem (a ameaça de) sanção”.

²¹⁰ “... a teoria analítica está toda ela baseada no conflito fundamental que, por intermédio da rivalidade com o pai, liga o sujeito a um valor simbólico essencial...”. LACAN, Jacques. **O mito individual do neurótico**. (Tradução de Cláudia Berliner). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 14.

A leitura do Direito a partir da Psicanálise, mormente pelo que se propõe como função de regulamentação social do gozo difere da leitura tradicional do Direito como sistema normativo coercitivo advindo de uma autoridade estatal. É preciso, para dialogar com ambas as áreas, dar maior importância para os sujeitos envolvidos pelo Direito, tanto para aqueles que fazem as leis, como para aqueles que as interpretam por normas e para os destinatários delas. Daí sustentar Agostinho Ramalho Marques Neto a importância de um estudo mais aprofundado entre o Direito e a Psicanálise, como se viu acima.

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho é enfático ao sustentar a importância da Psicanálise para uma leitura crítica do Direito²¹¹:

“Produziu-se, por outro lado, com a Filosofia da Linguagem, novas aberturas ao Direito, e, dentre elas, quiçá a mais significativa seja em relação à Psicanálise. Neste espaço, retirado das amarras absolutas da relação sujeito-objeto, o Direito ganha o seu lugar de ‘linguagem’ e as ‘palavras’ nele usadas não só dizem coisas como deixam de dizer. Com isto, ele ganha uma nova dimensão e uma abertura para uma escuta antes impossível: a de ouvir a voz que vem de mais-além, do Outro. Ora, que o inconsciente sempre estivesse ali e falasse (pulsionalmente, é verdade), hoje não se duvida. Mas que pudesse penetrar na fala do próprio Direito era inimaginável até Freud e, mesmo depois dele, pela resistência ferrenha que a razão produziu e produz, sempre em nome da segurança jurídica e, portanto, de um deus menor. Para assim resistir, por evidente, paga-se um preço, sem qualquer dúvida grande demais. É ele o fruto da arrogância da razão e dela não se ter dado conta de ter perdido a primazia do lugar central do próprio homem”.

E, na sequência, conclui²¹²: “Presente a fala do inconsciente na fala do Direito em face dela aparecer pela inexorável criação normativa pelo intérprete, abre-se um imenso campo para a interlocução e (por que não?) para a interseção, ou seja, a presença do Outro para ser ouvido – e referido – e desde os dois campos, Direito e Psicanálise”.

Assim, necessário olhar para o Direito com um novo enfoque e relê-lo sob uma perspectiva que dê o devido lugar não somente para o ser humano, mas para o sujeito também em seus aspectos psíquicos.

O sujeito do inconsciente não pode ser confundido com o sujeito do Direito, mas também não pode ser pelo Direito completamente ignorado. Contudo, a falta estrutural e estruturante do sujeito é sistematicamente ignorada pelos juristas²¹³, donde surge um

²¹¹ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sistema Inquisitório e o Processo em “O Mercador de Veneza”. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda (coord.). **Direito e Psicanálise** – interseções a partir de “O Mercador de Veneza” de William Shakespeare. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2008, p. 158-159.

²¹² COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sistema Inquisitório... **Op. cit.**, p. 159-160.

²¹³ Neste sentido, Pierre Legendre sustenta que é o jurista quem “fala como convém, isto é, com a maior exatidão, mantendo cuidadosamente ao abrigo o que pode ser dito e o que não deve sê-lo”. Concluindo comparando o discurso tradicional do Direito como discurso canônico “Esse discurso canônico vem

Direito que aparenta uma segurança jurídica que não existe em sua totalidade, porque não há como cobrir todas as arestas, pois, como sustenta Lacan “o real não pára de não se escrever”²¹⁴. Afirma Jeanine Nicolazzi Phillipi²¹⁵:

“... os juristas – entendendo que o direito deve acompanhar os costumes – se empenham na produção de um manual qualquer de felicidade, certos de que, com método, chegarão à fórmula final para a distribuição das liberalidades necessárias à saciedade dos sujeitos úteis à reprodução das democracias de mercado.

Essa impostura oculta uma repetição básica: a resistência em sustentar uma reflexão acurada sobre as vertigens idealistas e pragmáticas que nos impedem de enfrentar – com responsabilidade – esse mal do espírito ao qual Camus chamou de absurdo. Da revolta, certamente, os juristas nunca quiseram saber... Por isso, continuam a pintar com cores fortes – de gosto duvidoso – as máscaras cansadas que os preservam em suas experiências mudas do encontro com o real”.

Esta é a proposta daqueles que pretendem um diálogo entre o Direito e a Psicanálise e procuram trazer novos saberes para ambos os discursos: não ignorar o sujeito do inconsciente. Neste sentido, leciona Cyro Marcos da Silva²¹⁶:

“Cansa-se, pois, o direito, inutilmente, tentando, dar conta do gozo, tentando migrar o gozo para os significantes do saber, não do saber do gozo, mas do saber que, paradoxalmente, dele não quer saber, pretendendo regulá-lo com leis escritas, ignorando o impossível do gozo. Quando não é isto que ocorre, dá-se a forclusão da questão. Do gozo não se quer saber, preconizando, como já dissemos, que aquilo que não está nos autos na está no mundo, confessando assim o ordenamento jurídico, que a vida tem tão-somente a dimensão ficcional dos autos, esquecendo-se de que se a verdade tem, como tem realmente, estrutura de ficção, ela, por outro lado, não é toda, se semidiz e, como diz Lacan no Seminário XVII, é irmã do gozo, irmandade esta aferrada ao que de inacessível tem este gozo, que não cessa de não se escrever”.

Complementando, na sequência²¹⁷:

“Se a subjetividade é impossível sem que se leve em conta um campo Outro da legalidade, ou seja da Lei do desejo, ou dizendo de outra forma, de que é impossível a completude, o Um da união total, a relação absoluta, o indivisível, o total, o Mesmo, o ‘tem que dar certo’, por outro lado a legalidade tal como vista pelo direito será inviável sem se levar em conta este exilado, este estrangeiro de si mesmo, este habitante que tem um pé nos autos, no mundo, e outro fora dos autos, no imundo”.

portanto se instaurar para ajudar os sujeitos do Direito a obscurecer a verdade do desejo, para ajustar o texto segundo as necessidades lógicas de adestramento...”. LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor...**, p. 33.

²¹⁴ “O que não pára de não se escrever é uma categoria modal que não é a que vocês terão esperado para opor ao necessário, que mais teria sido o contingente. Figurem que o necessário é conjugado ao impossível e que esse não pára de não se escrever é a sua articulação”. LACAN, Jacques. **Seminário 20...**, p. 81.

²¹⁵ PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. A Forma e a Força da Lei – reflexão sobre um Vazio. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda (coord.). **Direito e Psicanálise** – interseções a partir de “O Estrangeiro”, de Albert Camus. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2006, p. 107-108.

²¹⁶ SILVA, Cyro Marcos. Do direito ao desejo: legalidade e subjetividade. In: PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi (org.). 2. Ed., Florianópolis: Boiteux, 2004, p. 15-16.

²¹⁷ SILVA, Cyro Marco. Do direito..... **op. cit.**, p. 18.

A psicanálise, teoria da subjetividade e do inconsciente, que não ignora a parcialidade da verdade, nem a falta estrutural e estruturante dos sujeitos, também advertindo da necessidade de se reprimir as pulsões para a possibilidade de uma vida em sociedade onde haja uma mínima organização do gozo, repartindo-o, distribuindo-o e retribuindo-o, é a vertente da psicologia que, atenta a estes conceitos, compreende os anseios da teoria do Direito, mormente em relação à aplicação e interpretação de seus enunciados jurídicos, bem como os reflexos dele no cotidiano, pelas constantes dificuldades que a sociedade está enfrentando (violência, crise de referência, consumismo exacerbado, ausência de espaços públicos para suprir as suas demandas, dentre outros).

A Psicologia Jurídica, então, como disciplina autônoma a ser lecionada na graduação das Faculdades de Direito, tem muito mais chance de se desenvolver e ser útil enquanto conteúdo de formação se for relida a partir da teoria psicanalítica.

3.2. A prática da reforma curricular. Diluir os conteúdos ou criar uma disciplina?

O art. 5º, da Resolução 09/2004, CNE, colocou os conteúdos de Psicologia ao lado de outras disciplinas tradicionalmente lecionadas nas Faculdades de Direito, possibilitando a opção delas pela inclusão na grade curricular como disciplina autônoma (Psicologia Jurídica) ou pela inclusão dos próprios conteúdos distribuídos entre todas as outras disciplinas, quer sejam elas do eixo de formação fundamental ou do eixo de formação profissional. Sobre as mudanças trazidas com a Resolução sintetiza Daniel Torres de Cerqueira²¹⁸:

“A primeira grande mudança, refletindo o espírito da nova LDB (Lei n. 9.394/96), é que não se fala mais em currículo mínimo obrigatório, mas em Diretrizes Curriculares. Segundo, não se expressa a exigência da oferta de disciplinas específicas, mas sim de conteúdos que podem ser organizados numa disciplina, em várias ou combinados com outros conteúdos numa disciplina. Ou seja, estabelece-se uma flexibilização curricular que pode ajudar em muito a renovação do ensino jurídico no país”.

As Faculdades de Direito, então, tinham, até 01 de outubro de 2006 (o art. 12, da referida resolução estabeleceu um prazo de dois anos para a adaptação dos currículos às exigências de inclusão dos novos conteúdos mínimos) para decidir se incluíam uma disciplina específica ou os conteúdos de Psicologia na estrutura curricular. A reforma curricular era, portanto, urgente, eis que não só os conteúdos de psicologia deveriam ser

²¹⁸ CERQUEIRA, Daniel Torres. História e Direito: dos parceiros de uma longa jornada. In: CERQUEIRA, Daniel Torres de; FRAGALE FILHO, Roberto. **Op. cit.**, p. 68.

incluídos, como também de Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História e Sociologia.

Para algumas disciplinas não houve qualquer discussão, eis que já eram constantes do currículo instituído com a Portaria 1.886/94, como disciplinas fundamentais: Filosofia (geral e jurídica, ética geral e profissional); Sociologia (geral e jurídica); Economia e Ciência Política (com teoria do Estado). Quanto à História do Direito, seja porque já havia sido incluída como disciplina em outros momentos da história do ensino jurídico brasileiro, ou mesmo pela tradição de se lecionar Direito Romano²¹⁹, também não restam dúvidas quanto à necessidade de se ter uma disciplina própria para tratar de seus conteúdos.

A dúvida permanece nas outras duas: Antropologia e Psicologia, por não serem tradicionalmente lecionadas, quer como disciplinas autônomas, quer como conteúdos inseridos nas demais disciplinas. A disciplina de Psicologia Jurídica não tem qualquer passagem nas estruturas curriculares dos cursos de Direito, salvo como tópico da Medicina Legal, como supracitado.

Uma das funções da psicologia jurídica, como se viu, é auxiliar na interpretação de conceitos inseridos no Direito. Lluís Muñoz Sabaté, por conta de tal função, sustenta a importância de uma disciplina autônoma²²⁰:

“La abundancia de conceptos psicológicos en la terminología que emplea la norma, justifica por sí sola la existencia de una psicología jurídica como disciplina autónoma, sin que estas mismas exigencias conceptuales sean válidas, a nuestro parecer, para legitimizar la multiplicación de otras tantas disciplinas auxiliares autónomas por cuantas sean las categorías terminológicas, ya que si bien resulta factible en la mayoría de los casos definir unívocamente las expresiones utilizadas por la norma empleando el mismo sentido que poseen en el lenguaje de donde la norma las ha tomado (lenguaje común, lenguaje científico, lenguaje técnico), con los conceptos psicológicos ocurre que adolecen de una grave ambivalencia derivada por un lado de su propia naturaleza y por otro lado del hecho de haber tomado generalmente del lenguaje común expresiones posteriormente matizadas o corregidas por la moderna psicología científica”.

A importância dos conceitos psicológicos para o Direito fica ainda mais evidente sob a ótica a de uma leitura psicanalítica, eis que parte do pressuposto da necessidade de interpretação em relação ao discurso manifesto, portador de um conteúdo latente inconsciente. Ou seja, na prática de um sujeito que se julga sempre consciente, há algo mais. Aquilo que é dito sobre um conceito pode não ser tudo o que o termo significa,

²¹⁹ “Contudo vivemos um novo momento, com o resgate da disciplina e a sua crescente valorização nos meios acadêmicos, com a multiplicação de publicações na área e o incremento de pesquisadores, com a ampliação de Faculdades que ministram, de forma obrigatória, conteúdos de história do Direito, para muito além do tradicional Direito Romano”. CERQUEIRA, Daniel Torres de. **Op. cit.**, p. 60.

²²⁰ SABATÉ, Lluís Muñoz; BAYÉS, Ramón; MUNNÉ, Frederic. **Op. cit.**, p. 24.

mesmo em se tratando de linguagem técnica e científica, pois em tudo afloram subjetividades. Por ser o Direito dependente da interpretação dos conceitos do texto legal, a importância de uma disciplina autônoma que lecione tal saber a partir da psicanálise salta aos olhos!

Ademais, há um problema que condiz com o preparo dos professores para o ensino da psicanálise. Tudo porque, como se viu no capítulo anterior com a complexidade da teoria, para ensinar Psicanálise é preciso que o professor aprenda Psicanálise e, também, Direito; e daí a dificuldade em se diluir seus conteúdos nas disciplinas, somado ao fato de que as próprias disciplinas, do eixo fundamental ou do eixo profissional, já possuem conteúdos pré-fixados, que dão conta da carga-horária disponível, sobrando pouco tempo disponível para novas inserções.

É claro que há professores que já se utilizam dos conceitos psicanalíticos durante os conteúdos pré-fixados para sua matéria. Um exemplo vasto deste fato é a matéria de Direito Civil. Quando se fala de capacidade civil e as causas de incapacidade, a Psicanálise é útil quando conceitua as causas de incapacidade absoluta e relativa, além de questionar sobre se devem ou não existir mais causas que não aquelas enumeradas no Código Civil. Da mesma forma, nos casos de responsabilidade civil, quando se trata de averiguar se há um dever de indenizar ou se é mais um caso onde se pode detectar o fenômeno recorrente da vitimização dos seres humanos²²¹.

Ainda no campo do direito civil, pode-se destacar o estudo do Direito de Família, onde as premissas atuais estão calcadas também na Psicanálise, bastando, para tanto, pensar, por exemplo, nos estudos contemporâneos sobre paternidade sócio-afetiva, melhor interesse da criança e ausência de culpa nas separações judiciais. As

²²¹ Ninguém melhor que o psicanalista Charles Melman para explicar tal fenômeno (MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade** – gozar a qualquer preço. (Tradução de Sandra Regina Felgueiras). Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003, p. 106): “... o direito atual estipula que qualquer reivindicação é legítima e deve ser satisfeita, senão há injustiça e dolo. Não é mais aceitável que alguém fique sem realizar sua satisfação, deve ser levado remédio e a justiça terá esse encargo. O direito me parece, então, evoluir para o que seria agora, a mesmo título que a medicina dita de conforto, um direito ‘de conforto’. Em outras palavras, se, doravante, para a medicina, trata-se de vir reparar danos, por exemplo os devidos à idade ou ao sexo, trata-se, para o direito, de ser capaz de corrigir todas as insatisfações que podem encontrar expressão no nosso meio social. Aquele que é suscetível de experimentar uma insatisfação se vê ao mesmo tempo identificado com uma vítima, já que vai socialmente sofrer do que terá se tornado um prejuízo que o direito deveria – ou já teria devido – ser capaz de reparar”. E daí uma das explicações da exagerada demanda dos indivíduos ao Poder Judiciário.

palavras de Eduardo de Oliveira Leite²²², citando inicialmente Elisabeth Roudinesco, são ilustrativas da aplicação da Psicanálise ao Direito de Família:

“O que a psicanálise quer é trazer uma resposta humanista ‘à selvageria doce e mortífera de uma sociedade depressiva que procura reduzir o homem a uma máquina sem pensamento nem afeto’. Mas o homem é ação, pensamento e afeição. (...) Por isso já se disse – e nunca é demais repetir – que aquilo que se vê nas Varas de Família é tristeza, silêncio e ódio. E o drama humano, certamente, não pode ser resolvido com a aplicação pura e simples da letra fria da lei, porque sempre remonta a uma disfunção de ordem existencial, de origem psíquica ou mental capaz de reproduzir alterações no comportamento, comprometendo todo o grupo familiar”.

Além do mais, no que tange ao Direito Penal e Direito Processual Penal, poder-se-ia identificar os conteúdos psicanalíticos a serem incluídos no programa das disciplinas, tais como: a ineficácia do recalque e a punição como sua retomada; a importância dos conceitos de culpabilidade e imputabilidade; os adolescentes infratores e o perigo do “Estado-mãe”; o tratamento digno do acusado; o processo penal já como uma forma de sanção ao réu; o teor de verdade das decisões judiciais.

Não obstante a possibilidade de se diluir o conteúdo dos conceitos psicanalíticos nos programas das disciplinas já existentes na grade curricular dos cursos de Direito, seria muito importante que se pensasse em uma disciplina autônoma, nem que fosse inserida como disciplina optativa.

A Psicanálise e a Psicologia, como descrito supra, são saberes especializados que exigem, como todos os outros, estudo e dedicação. A formação séria é complexa e envolve a leitura de teorias que têm uma primeira aplicação na saúde mental dos seres humanos, matéria que não tem relação direta com o estudo do Direito.

Assim, não se pode exigir que os professores que estão aptos a lecionar Direito dominem também os conceitos da Psicanálise, afetos, *a priori*, a outra área do saber, sob pena de se trocar as definições do conceito ou de se justapor os discursos. É importante que se tenha coerência e, acima de tudo, conhecimento dos conceitos, para que se possam tecer articulações válidas para a Psicanálise e para o Direito, sob pena de se estar errando ao ensinar, o que garantiria, por sinal, a falência de todo o sistema jurídico-educacional.

Tendo em vista a possibilidade dos conteúdos de Psicologia Jurídica, relida agora como Direito e Psicanálise, serem diluídos nas demais disciplinas lecionadas na

²²² LEITE, Eduardo de Oliveira. A Psicanálise e o Advogado (Familiarista). In: ZIMMERMAN, David; COLTRO, Antonio Carlos Mathias (orgs.). **Aspectos psicológicos na prática jurídica**. Campinas: Millenium, 2002, p. 321.

graduação, importante traçar um quadro exemplificativo dos conceitos psicanalíticos aplicados em algumas disciplinas do Direito, para que se possa sustentar o seu ensino.

3.3. O Direito, a lei e a justiça: aportes psicanalíticos para a propedêutica.

A função do Direito, lido a partir da Psicanálise, de regulamentador do gozo, limitador da vontade do sujeito em exercer amplamente suas pulsões, deixa caminho aberto para a releitura crítica de seu conceito, possibilitando, também, um novo aporte para os conceitos de lei e de justiça.

A releitura dos conceitos de Direito, lei e justiça se faz necessária no quadro atual do ensino jurídico, principalmente porque já não se pode mais fechar os olhos para os problemas da atualidade, trazidos em sua maioria pelo sistema econômico e político neoliberal, no que condiz com a mudança de economia psíquica, com a exacerbação da cultura capitalista e com a perda de referência simbólica.

Tudo porque o reconhecimento do sujeito no espaço social depende de inúmeros aspectos, dentre eles a vontade que ele tem de compartilhar a vida com outras pessoas. Na sociedade individualista atual, onde as necessidades aumentam a cada dia (necessidade do “meu carro”, do “meu quarto”, do “meu telefone”, do “meu prato de comida”) e a vontade de compartilhar as soluções diminuem na mesma proporção da tolerância em suportar o desejo dos que com o sujeito convivem. A diminuição do vínculo afetivo que inicia na família e se reflete na sociedade é inevitável.

Os homens continuam pensando que comprem seus produtos de demanda e necessidade para tamponar um desejo que nunca será tamponado, enquanto que, na realidade, não se dão conta que o produto são eles mesmos. O ser humano coisificado é flagrantemente identificado como um objeto atípico, porque não é apenas consumido, mas também está sempre pronto para consumir. E quem não consome é socialmente excluído. “Inscrita no movimento de uma globalização econômica que transforma os homens em objetos, a sociedade depressiva não quer mais ouvir falar de culpa nem de sentido íntimo, nem de consciência nem de desejo nem de inconsciente. Quanto mais ela se encerra na lógica narcísica, mais foge da idéia de subjetividade”²²³.

Lacan, na esteira do pensamento de Freud, afirmou que o ser humano vive uma crise nas suas identificações e que o mundo moderno baseado no consumismo desenfreado produz em série pessoas que confundem a liberdade de se portar na vida

²²³ ROUDINESCO, Elisabeth. **Por que....** p. 42.

com autonomia. Aham, sinceramente, que bastam a si mesmos, sem necessidade de qualquer tipo de crença física ou metafísica.

Em suas palavras²²⁴:

“ Um certo campo parece indispensável à respiração mental do homem moderno, aquele em que se afirma sua independência em relação, não só a todo senhor, mas também a todo deus, aquele de sua irredutível autonomia como indivíduo, como existência individual. Há justamente aí alguma coisa que merece ser comparada em todos os pontos a um discurso delirante. É um deles. Ele não está de graça na presença do indivíduo moderno no mundo, e nas suas relações com os seus semelhantes. Seguramente, se eu lhes pedisse para formulá-la, para atribuir igualmente o que cabe de liberdade imprescritível no estado atual das coisas, mesmo se vocês me respondessem com os direitos do homem, ou com o direito à felicidade, ou mil outras coisas, nós não iríamos longe antes de perceber que é em cada um de nós um discurso íntimo, pessoal, e que está bem longe de encontrar em algum ponto que seja o discurso do vizinho. Em suma, a existência de um discurso permanente de liberdade parece-me indiscutível no indivíduo moderno”.

Ou seja, a ilusão de potencialidade do sujeito traz a aparência de uma liberdade sem limites, precursora de uma autonomia do ser em relação a seus semelhantes. Há uma ausência de reconhecimento da importância do outro em relação ao sujeito, que passa a se bastar em si. Como complementa Marcus do Rio Teixeira, explicando Lacan²²⁵:

“Tal sujeito é conhecido como o *self-made man*. Esta expressão, quase um mito de origem, resume a utopia da qual ele nutre: a autonomia. Com efeito, o homem que fez a si mesmo é autônomo não somente em relação à tradição, mas também em relação à linhagem enquanto cadeia simbólica do parentesco e da própria geração física: ele não tem pai nem mãe, pois engendrou a si mesmo. Desembaraçado das malhas da tradição e dos seus limites simbólicos, o sujeito crê, com efeito, viver numa autonomia absoluta, livre para exercer o domínio sobre o mundo...”.

Charles Melman atenta, mormente com fundamento na sua experiência clínica, para a existência de uma nova economia psíquica²²⁶. A Nova Economia Psíquica, tal

²²⁴ LACAN, Jacques. **O Seminário: livro 3 ...**, p. 154.

²²⁵ TEIXEIRA, Marcus do Rio. **Vicissitudes do Objeto**. Salvador: Álgama, 2005, p. 135.

²²⁶ Tal teoria é refutada em publicação recente do psicanalista Antonio Godino Cabas sob o argumento de que a estrutura humana não muda, não obstante a freqüente mudança na forma de manifestação clínica dos sintomas (CABAS, Antonio Godino. **O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan** – da questão do sujeito ao sujeito em questão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 230-237): “E o fato é que a psicanálise – a psicanálise de hoje – parece ter encontrado uma nova vocação, mergulhando de cabeça numa discussão feita de colóquios e mesas-redondas que debatem os rumos futuros da humanidade admoestam a globalização por ousar pôr em risco as feições propriamente humanas da vida contemporânea. Haja vista ser ela – a globalização e não mais a pulsão – a causa aparente do atual mal-estar”. Concluindo na sequência: “Essa impossibilidade – lógica, formal e clínica – de uma nova posição subjetiva que possa vir a ser determinada pela exclusiva pressão do gozo nos leva a concluir: nada feito quanto à hipótese de um novo sujeito. Porque o fato é que isso que pulsa e pugna em prol de um gozo muito específico exige, ao mesmo tempo, um limite que lhe represente uma via de acesso ao desejo”. Impossível dar razão a um ou a outro sem uma pesquisa clínica ampla sobre as estruturas que se apresentam nos consultórios na atualidade. Da mesma forma que o gozo sempre existiu e é resultado da pulsão, característica distintiva da humanidade, sustentando a posição de Antonio Godino Cabas, o “a

como descrita por ele na obra “O homem sem gravidade – gozar a qualquer preço” tem como características a ausência de referência do indivíduo ao simbólico²²⁷, a falência institucional da família e das instituições que a substituem como portadoras de leis, mormente com a introdução de valores contratualistas, traduzidos, em suma, no fato de apenas ser transmitido como valor de referência aos sujeitos os valores econômicos, de status, que dizem respeito ao consumo, à mídia, ao dinheiro, a uma posição social. A transmissão de outros valores de referência – como honra, solidariedade, convivialidade – ficam prejudicados com esta leitura equivocada da liberdade.

O isolamento do ser humano produz consequências assustadoras, principalmente porque “hoje cada um é convidado a manifestar seu desejo privado e assistimos uma diminuição do papel regulador do Estado para favorecer a expressão individual dos desejos”.²²⁸ O Estado, regulador e limitador da individualidade em prol de uma coletividade, fica passivo diante da pretensa e viciada “liberdade” adquirida pelos sujeitos. Mesmo na família já observava Melman sobre uma cotidiana e simples cena²²⁹:

“Isso é estranho, mas atualmente estamos organizados, de maneira flagrante, pública, em torno de uma promoção dos gozos auto-eróticos. Quando a família se reúne à noite em torno do aparelho de televisão, não é mais de forma alguma a convivialidade própria à família; cada um se instala bem sozinho na frente da televisão, mesmo se passamos um ao outro os amendoins. Cada um toma sua ração, sua dose. Bem, o walkman, nem falemos nisso, vamos em frente, o jogging, a dança. Cada um se vê dançar no outro. Pode-se igualmente ler aí os efeitos desse avanço, essa priorização da demanda, na medida em que, efetivamente, ela não tem necessidade de parceiro, ela dispensa a relação com outro, com um outro que, aliás, vai se tornando cada vez mais persecutório. Enfim, é evidentemente a hostilidade que hoje domina as relações sociais, e não as atitudes de simpatia ou de convivialidade”.

A perplexidade, no entanto, não pode fazer barreira e impedir a ascensão das soluções. Que caminho tomar diante dos efeitos do capitalismo na humanidade moderna? Há possibilidade de se retomar um espaço público para discussão de assuntos públicos, como o Direito, a Justiça, a aplicabilidade e justificativa das leis, retomando,

qualquer preço” é característico de uma política-econômica da era globalizada, não se podendo ignorar ou negar que há consequências dela, também, para o psiquismo (Charles Melman).

²²⁷ “Passamos de uma cultura fundada no recalque dos desejos e, portanto, cultura da neurose, a uma outra que recomenda a livre expressão e promove a perversão. Assim a ‘saúde mental’, hoje em dia, não se origina mais numa harmonia com o Ideal, mas com um objeto de satisfação. (...) Há uma nova forma de pensar, de julgar, de comer, de transar, de se casar ou não, de viver a família, a pátria, os ideais, de viver-se. (...) o céu está vazio, tanto de Deus quanto de ideologias, de promessas, de referências, de prescrições, e que os indivíduos têm que se determinar por eles mesmos, singular e coletivamente”. MELMAN, Charles. **Op. cit.**, p. 15-16.

²²⁸ MELMAN, Charles. **A neurose obsessiva**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004, p. 60.

²²⁹ MELMAN, Charles. **Retorno a Schreber** – seminário 1994-95 Hospital Henri Rousselle – Paris. (Tradução de Conceição Beltrão Fleig). Porto Alegre: CMC, 2006, p. 79-80.

então, todo o simbolismo referencial (essencial para a constituição do sujeito e para a organização da sociedade) de que é o Estado portador, sem alienação ou sujeição?

Tal mudança é sentida pelo Direito, que procura uma forma de superação dos problemas diante da subjetividade de seus destinatários. Pois se a nova economia psíquica promove o “gozo a qualquer preço”, a realização das pulsões através de um objeto materializado e não mais o recalque delas, como lidar com o Direito que, como afirmado acima, tem a função de regulamentar socialmente o gozo?

As leis são, neste sentido, fundamental para a estruturação do sujeito enquanto ser cultural, pois apenas a aquisição individual dos preceitos sustentados pelo núcleo familiar, os quais, introjetados²³⁰ pelo sujeito de modo a formar sua subjetividade psíquica (como preceitos morais), não são suficientes para inseri-lo em um contexto social. A insuficiência do mito individual é trazida por Jeanine Nicolazzi Philippi²³¹:

“Tal ressonância [das regras sociais com o complexo de Édipo], adverte Lacan, ultrapassa, no entanto, a compreensão das necessidades individuais, insuficientes para justificar esse interdito que dá origem aos seres desejantes e à dimensão do inconsciente. Assim, porque pretende desvendar aquilo que subsiste para além dessas representações simbólicas, Freud elabora um mito pré-social – descrito em Totem e Tabu –, do qual cada sujeito, embora a contragosto, é seu ator – para procurar reconstruir, a partir de uma narração particular, sobre o início da história humana, a genealogia da Lei”.

A justificação do Direito e das leis é tratada em Freud – no que consiste com normatividade religiosa e moral-social (pois não há uma teoria jurídica freudiana) –, através de um mito que demonstra a importância da organização social e da cultura, como possibilidades de barra das pulsões desenfreadas dos homens, os quais, como sustenta, não são “bons” ou “ruins” por natureza, sendo, simplesmente, pulsionais.

A lei básica que estrutura as relações sociais, para Freud, é a lei da proibição do incesto. Mas onde há uma proibição há existência de um desejo correlato, levado por uma pulsão que, para a convivência em sociedade, deve ser limitada. O incesto foi abordado por Freud pelo mito do Édipo, na constituição do sujeito enquanto indivíduo, e pelo mito do Pai da Horda, com relação ao sujeito enquanto ser cultural e social. O primeiro mito já restou abordado no capítulo anterior.

²³⁰ “O fato de ser esse Outro uma entidade imaginária, fruto do desejo do sujeito, não altera o peso da sua inscrição, pois, por um processo de introjeção – uma espécie de inversão – aquilo que era exterior inscreve-se na subjetividade humana, ou seja, *‘o pai se torna supereu’*”. Philippi, Jeanine Nicolazzi. **A Lei** – uma abordagem a partir da leitura cruzada entre Direito e Psicanálise. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 200-201 com citação de LACAN, Jacques. **Seminário 1...**, p. 196.

²³¹ PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **A Lei...**, p. 188-189.

No mito do Pai da Horda a figura principal é de um Pai violento e ciumento que possui todas as fêmeas e expulsa os machos na medida em que chegam à idade de exercerem sua sexualidade. Os irmãos da horda se revoltam e decidem assassinar o pai para terem acesso às fêmeas. O luto pelo parricídio e a culpa (sentido pelo paradoxo dos sentimentos amor/ódio), simbolizados pela refeição totêmica (ritual anual que lembra a morte do Pai), unido ao medo de que o desejo de morte esteja nos outros irmãos, traz um simbolismo para o Pai, e o totem é criado, nos clãs antigos, para lembrar da existência dele. Explica claramente Jeanine Nicolazzi Philippi²³²:

“O sentimento de culpa filial cria, portanto, dois tabus fundamentais do totemismo [vedação do incesto e do assassinato], que, por sua vez, correspondem aos desejos reprimidos no complexo de Édipo.

Para manter a continuidade do grupo, os indivíduos não têm outra alternativa senão a instituição de uma lei capaz de coibir as condutas que os levaram a se livrar do pai. Por intermédio dessa institucionalização, passa-se, então, de um mundo marcado por relações de força – um estado de natureza – para o domínio do poder da comunidade, erigido sob a forma de lei – representada, não obstante, por aquele que, em vida, encarnava o arbítrio total. A legalidade imanente, por essa via constituída, explicita que a constituição e o reconhecimento da lei têm de ser realizados por todos; tanto o assassinato do tirano arcaico quanto o banquete totêmico – na descrição do mito – são praticados em conjunto, revelando que apenas desse modo um interdito pode representar para cada homem aquilo que não deve ser repetido”.

O Totem é, então, um antepassado comum do clã simbolizado por um animal ou vegetal. Não poderia, em hipótese alguma, ser morto. No lugar onde se encontrou totens, segundo os estudos de Freud, havia alguma lei impedindo as relações sexuais entre pessoas do mesmo clã. Os Tabus eram as interdições e proibições do clã. Para cada tabu havia um desejo (inconsciente) limitado.

Assim, trazendo a teoria de Freud para o Direito, pode-se sustentar, mais uma vez, que a função do Direito é a função dos antigos Tabu: estabelecer a ordem social colocando limites às pulsões, coibindo o excesso, em nome da Civilização, principalmente para aqueles que não conseguem respeitá-la sem a ameaça de sanção. Novamente, a limitação do gozo aparece como diretamente ligada ao Direito.

A validade do Direito é remetida aos antigos totens, representativos do fato de que “todos têm o mesmo desejo do que eu” e não respeitar esse fato é voltar ao tempo do pai da horda. A submissão vem, portanto, do simbolismo, da culpa e da castração.

As leis, dentro do sistema jurídico lido sobre as premissas modificadas a partir do diálogo entre Direito e Psicanálise, devem estar atentas aos conceitos de desejo e de gozo, cientes de que não há como coibir tudo, mas que, também, algo deve ser

²³² PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **A lei...**, p. 192.

limitado²³³ para possibilitar a própria constituição saudável do sujeito individualmente e em sociedade.

Sobre a lei e a modificação de seus conceitos com base na teoria psicanalítica, Jeanine Nicolazzi Philippi, na obra “A Lei – uma abordagem a partir da leitura cruzada entre Direito e Psicanálise” propõe uma retomada histórica sustentando a importância da lei como estruturadora da subjetividade humana²³⁴:

“A Lei, revela a teoria psicanalítica, deve igualmente ser pensada como uma metáfora do limite – que expõe a incompletude do simbólico e, com isso, permite ao ser humano o reconhecimento de uma esfera do puro acaso, do sem sentido –, da qual, por sua vez, não pode ser controlada definitivamente por nenhum tipo de proteção divina ou jurídica. Em um momento no qual os seres humanos estão sendo tratados, cada vez mais, como um espaço anônimo de significações, e sem responsabilidade, a proposta de leitura cruzada entre direito e psicanálise – que orienta esta pesquisa –, longe de buscar as razões últimas e os fins superiores para estabelecer uma teoria acerca daquilo que os indivíduos deve ser ou fazer, tem como objetivo suscitar novas indagações sobre o lugar que o desejo ocupa na relação do sujeito com a lei”.

Para tanto, sustenta a autora que é necessário mudar a concepção da lei como sustentáculo de um Poder que exclui e marginaliza a maioria da população, sujeitada ao desejo de um Outro qualquer, nomeado durante a história de diversas maneiras: Zeus, Deus, natureza, razão, Grundnorm, sistema, consenso social. A crença na legitimidade de um poder que sustenta toda uma normatividade trouxe como herança a exclusão social, inaceitável em um mundo moderno onde se prega – pelo menos no discurso – a igualdade sob todas as maneiras. Constata a autora amparada no texto de Freud denominado “Por que a guerra?”:

“A realidade, para além das narrativas que procuraram fundamentar o poder do homem sobre o homem, revela que a sociedade humana, desde os seus primórdios, é marcada por níveis diferenciados de domínio. Nesse universo desigual, o direito historicamente cumpriu o papel de expressar a vontade de uma minoria, que se comporta, em relação à maioria, como um indivíduo violento. As leis sempre foram elaboradas por e para os detentores do comando político, que deixaram pouco espaço para a inscrição dos direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição. Assim, faz-se um cálculo errado ao desprezar o fato de que a lei originalmente era força bruta e que, mesmo contemporaneamente, ela não pode prescindir do apoio da violência para operar”.²³⁵

²³³ A ausência de limitação faz com que o sujeito continue alienado no desejo da mãe, o que é indicativo da estrutura psicótica.

²³⁴ Philippi, Jeanine Nicolazzi. **A Lei...**, p. 3. A autora complementa no corpo do texto, página 223, suas afirmações iniciais: “A lei, concebida como expressão de uma autoridade exclusiva ou soberana, não passa, portanto, da expressão do gozo daqueles que a concebem. Por isso, faz-se necessário repensá-la como uma metáfora do limite, que expõe a incompletude do simbólico e, com isso, permite ao sujeito um olhar impessoal para o destino, quer dizer, o reconhecimento de uma esfera do puro acaso – do sem sentido – que não pode ser controlado. O corpo humano, condenado à decadência e à morte, e a natureza, que pode a qualquer momento manifestar o seu potencial destrutivo e impiedoso, como também a própria dor advinda do relacionamento com os outros, são fontes de inquietação e de sofrimento do ser humano, para as quais nenhum tipo de providência divina ou jurídica é capaz de oferecer proteção definitiva”.

²³⁵ PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **A Lei...**, p. 339.

Ainda, com fundamento em dados empíricos brasileiros (pesquisa feita pelo jornal Folha de São Paulo, em 1999), complementa a autora²³⁶:

“No Brasil, são 25 milhões de miseráveis sobrevivendo com uma renda mensal de R\$ 131,00 – que representam 24% da população –, enquanto os 7% de brasileiros que integram o topo da pirâmide social ganham, em média, 12 vezes mais do que esse valor. Nesse contexto de desigualdade, qual o sentido do direito – reflexivo ou não – senão a expressão da vontade do mais forte, o único sujeito da lei? Essa, com efeito, é a lei transmitida a partir da tradição romano-medieval para os ocidentais, que autoriza o uso da força em nome de um Outro qualquer e, com isso, conserva as condições necessárias para que uma instância maciça – o pai imaginário – permaneça operando como oráculo”.

A proposta da autora, pelo contrário, toma o ser humano como responsável pelo seu desejo, tal como a psicanálise vem demonstrando desde Freud, com o objetivo de transformar o campo da sujeição para o da responsabilidade, compreendendo que “as palavras proferidas pelo Outro são de sua incumbência. Disso decorre, portanto, a escandalosa exigência ética da psicanálise para o ser humano se responsabilizar por aquilo que o determina – quer dizer, assumir sua própria causalidade”²³⁷.

Por fim, a tese se conclui apontando não soluções mas possibilidades de leitura que reconheçam o campo da alteridade e da diversidade²³⁸:

“Por isso, a psicanálise distingue uma nova sensibilidade ética ao denunciar que o mais estranho ao ser deve ser ouvido, acolhido, tornado próximo, para que o sujeito possa abandonar a posição de mártir – triste vítima do inconsciente – e, nessa via, fazer algo com o que dele foi feito, tornando-se responsável por aquilo que o causa – ou, em outros termos, perante aquilo que, no seu desejo, o interpela. A escolha, portanto, é essa: sujeição ou responsabilidade”.

Talvez a justiça, extraída desta implicação do sujeito com sua própria verdade, esteja na possibilidade de se tornar ele responsável eticamente pelas leis de sua comunidade. A justiça seria, então, a diminuição da sujeição para a ascensão da responsabilidade ou, dito de outra forma, a menor incidência do discurso do mestre e a ênfase de um discurso do analista. Justiça é a possibilidade concreta de se questionar as verdades, ao invés de simplesmente aceitá-las. A transformação de um discurso imposto para um discurso construído por subjetividades respeitadas.

Jacques Derrida, em flagrante interlocução entre a filosofia, a psicanálise e o direito, afirma que “A desconstrução é a justiça”. “Desconstruir”, para Derrida, é diferente de destruir, de desconstituir um saber. “Desconstruir” é, antes de tudo,

²³⁶ PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. *A Lei...*, p. 385.

²³⁷ PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. *A Lei...*, p. 396.

²³⁸ PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. *A Lei...*, p. 396.

conhecer os pressupostos da teoria, os autores tradicionais, para, a partir do próprio saber que já se tem conhecimento, direcionar um outro olhar. “Desconstruir”, tal como alertou a psicanalista Elisabeth Roudinesco em diálogo com Jacques Derrida é fazer viver de outra forma²³⁹.

O próprio autor, ao definir os passos da “desconstrução”, enfatiza²⁴⁰:

“A experiência de uma ‘desconstrução’ nunca acontece sem isso, sem amor, se preferir essa palavra. Ela começa por render homenagem àquilo, àqueles que eu diria a quem ela ‘se prende’. (...) Essa ‘maneira’ de fazer vem a calhar para uma desconstrução que se prende, se faz prender e se deixa prender no que compreende e apreende, ao mesmo tempo em que a isso se rende. Há limites para o conceito. (...) A desconstrução passa por ser hiperconceitual, e decerto o é, fazendo um grande consumo dos conceitos que produz à medida que os herda – mas apenas até o ponto em que uma certa escritura pensante excede a apreensão ou o domínio conceitual. Ela tenta pensar o limite do conceito, chega a resistir à experiência desse excesso, deixa-se amorosamente exceder. É como um êxtase do conceito: goza-se dele transbordantemente”.

A “desconstrução” não se contenta com discursos meramente teóricos e acadêmicos. Ela busca algo além, sem se alienar em progressos, porque “não de desconstrói simplesmente progredindo, sem riscos. É preciso sempre reafirmar alguma coisa do passado para evitar uma recaída ainda pior.”²⁴¹ Para tanto, procura voltar seus olhos para a realidade e verificar o que se pode fazer para além dos conceitos tradicionais, como se pode transformar o mundo sem permanecer inativo diante dos acontecimentos. A teoria não serve para justificar a prática, mas para ajudar a pensar suas fontes de transformação. Por isso, repita-se, a “desconstrução” é um fazer viver de outra forma.

Katya Kozicki sintetiza a idéia²⁴²:

“O sentido de todo o texto, e o direito se revela através dos textos, resta sempre em aberto; qualquer fechamento final ou definitivo de sentido é autoritário. A desconstrução exige que toda a leitura de um texto possa ser submetida a uma nova leitura, em um movimento que une presente e passado, futuro e presente. Uma leitura/interpretação de um texto é um reescrever do texto passado, a sua tradução para o presente, ao mesmo tempo que o texto presente é ele mesmo um não-texto, na medida em que existe apenas enquanto possibilidade para a construção futura de um novo texto, a qual se dará pela sua leitura. Desta forma, uma prática desconstrutivista do direito pode significar um avanço no sentido de enriquecimento de seus conteúdos, pois permanecendo o sentido em aberto, novas interpretações podem ser obtidas, expondo o aparato jurídico e judiciário a novas formulações”.

²³⁹ DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã...** diálogo. (Tradução de André Telles). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 19.

²⁴⁰ DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **Op. Cit.**, p. 13-14.

²⁴¹ DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **Op. Cit.**, p. 210.

²⁴² KOZICKI, Kátia. A interpretação do direito e a possibilidade de justiça em Jacques Derrida. FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Crítica da Modernidade: diálogos com o direito**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, p. 133.

A “desconstrução” como justiça é este permanecer aberto, susceptível, sem verdades absolutas ou sujeições ao Poder sem questionamentos. É a tentativa de sobrepor a responsabilidade ao arbítrio. Novamente nas palavras de Jacques Derrida²⁴³:

“Na estrutura que assim descrevo o direito é essencialmente desconstruível, ou porque ele é fundado, isto é, construído sobre camadas textuais interpretáveis e transformáveis (e esta é a história do direito, a possível e necessária transformação, por vezes a melhora do direito), ou porque seu fundamento último, por definição, não é fundado. Que o direito seja desconstruível, não é uma infelicidade. Pode-se mesmo encontrar nisso a chance política de todo progresso histórico. Mas o paradoxo que eu gostaria de submeter à discussão é o seguinte: é essa estrutura desconstruível do direito ou, se preferirem, da justiça como direito, que assegura também a possibilidade da desconstrução. A justiça nela mesma, se algo como tal existe, fora ou para além do direito, não é desconstruível. Assim como a desconstrução ela mesma, se algo como tal existe. A desconstrução é a justiça. É talvez porque o direito (que tentarei, portanto, distinguir regularmente da justiça) é construível, num sentido que ultrapassa a oposição da convenção à natureza, é talvez na medida em que ultrapassa essa oposição que ele é construível – portanto desconstruível e, ainda mais, que ele torna possível a desconstrução, ou pelo menos o exercício de uma desconstrução que, no fundo, trata sempre de questões de direito ou relativas ao direito. Donde estas três proposições:

1. A desconstrutibilidade do direito (por exemplo) torna a desconstrução possível.
2. A indeconstrutibilidade da justiça torna também a desconstrução possível, ou com ela se confunde.
3. Consequência: a desconstrução ocorre no intervalo que separa a indeconstrutibilidade da justiça e a desconstrutibilidade do direito. Ela é possível como uma experiência do impossível, ali onde, mesmo que ela não exista, se não está presente, ainda não ou nunca, existe a justiça (...).”

Vera Karam de Chueiri, sobre o conceito de justiça em Derrida, leciona²⁴⁴:

“A impossibilidade que a justiça experimenta é, na linguagem da filosofia transcendental, sua própria condição de possibilidade. Assim, a justiça é essa experiência da qual não se pode experimentar, na medida em que ainda está por vir. Esse à-venir é a própria dimensão dos eventos, irreduzível a qualquer fórmula ou cálculo. Talvez por isso, a justiça não possa ser reduzida a um conceito jurídico ou a uma idéia regulativa ou a um horizonte que acomoda nossas expectativas. Ao contrário, a justiça é a possibilidade de transformação; a possibilidade de refundir e refundar o próprio Direito”.

A psicanálise traz estes subsídios, para incansavelmente transformar, refundir e refundar o Direito, não só nos conceitos acima explicitados, mas também nas diferentes premissas as quais, somadas ao paradigma filosófico da linguagem, permitem um novo contexto hermenêutico.

3.4. Significante, significado e interpretação.

²⁴³ DERRIDA, Jacques. **Força de Lei** – o fundamento místico da autoridade. (Tradução Leyla Perrone-Moisés). São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 26-27.

²⁴⁴ CHUEIRI, Vera Karam. A força de Derrida: para pensar o Direito e a possibilidade da justiça. **Revista Cult.** São Paulo: Bregantini, n. 117, ano 10, p. 50.

O diálogo entre direito e psicanálise não pára no conceito de lei. A interpretação é trabalho de Sísifo²⁴⁵ para o jurista; e a psicanálise, mormente pelo conceito lacaniano de significante e significado, proporciona subsídios importantes para ajudar a trazer a pedra para cima do morro, permitindo-a novamente despencar.

As leis são enunciados dentro do discurso do Direito às quais dependem de interpretação, pois uma coisa é o texto em si e outra é o sentido que se extrai dele. Interpretar é extrair esse sentido, atribuindo significado àquilo que antes eram significantes, um atrás do outro, sem significação. E o significante, sozinho, não diz nada²⁴⁶. Seu conteúdo será extraído justamente do encadeamento.

Mesmo após a difusão da Psicanálise pelo mundo, o Direito, em larga escala, continua a ignorá-la apostando, ainda, no tecnicismo inerente à interpretação. Afinal – pensa-se –, interpretar é simplesmente atribuir sentido ao texto, extraindo a “vontade do legislador” (ou a “vontade da própria lei”) e, para tanto, basta seguir as regras previamente instituídas (processos de interpretação gramatical ou lógica²⁴⁷), alcançado,

²⁴⁵ Sísifo, famoso personagem da mitologia grega, foi condenado por Júpiter a rolar uma rocha pesada até o cume de uma montanha. Toda vez que está quase chegando ao topo a rocha despenca, obrigando-o a recomençar o sacrificado trabalho. (Vide, por todos, FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, Carmen. **As 100 melhores histórias da mitologia**. Porto Alegre: L&PM, 2003, p. 432).

²⁴⁶ “Observem bem que, quando falo do significante, falo de algo opaco. Quando digo que é preciso definir o significante como aquilo que representa um sujeito para outro significante, isso significa que ninguém saberá nada dele, exceto o outro significante. E o outro significante não tem cabeça, é um significante”. LACAN, Jacques. **Seminário 16** – de um Outro ao outro. (Tradução Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 21.

²⁴⁷ Carlos Maximiliano sintetiza o pensamento clássico sobre a interpretação no Direito (MAXIMILIANO, Carlos. **Aplicação do Direito**. 18.ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 106): “Tradicionalmente, além de dividir a interpretação, quanto à sua origem, em autêntica e doutrinal, também a decompunham, conforme os elementos de que se servia, em gramatical e lógica. Hoje não mais se aceitam semelhantes denominações impróprias. A interpretação é uma só; não se fraciona: exercita-se por vários processos, no parecer de uns; aproveita-se de elementos diversos, na opinião de outros: o gramatical, ou melhor, filológico; e o lógico, subdividido este, por sua vez, em lógico propriamente dito, e social, ou sociológico. A diferença entre os dois principais elementos, ou processos, consiste em que um só se preocupa com a letra do dispositivo; o outro, com o espírito da norma em apreço”. Ou, de forma mais crítica, poder-se-ia enumerar tal como faz Luis Fernando Coelho (COELHO, Luis Fernando. **Lógica Jurídica e Interpretação das Leis**. Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 207-220) os procedimentos para interpretação: filológica (“com base nas próprias palavras”), lógica (consubstanciada formalmente nos princípios da identidade, contradição, terceiro excluído e razão suficiente e materialmente na razão, eficácia e historicidade do preceito), sistemática (“considerar o preceito jurídico interpretando como parte do sistema normativo mais amplo que o envolve”) e histórica (reconstituindo as circunstâncias históricas que ensejaram o preceito). Criticando a hermenêutica clássica, Lenio Luiz Streck, elucida (STRECK, Lenio Luiz. **Decisionismo e Discricionariedade Judicial em Tempos Pós-positivistas: O Solipsismo Hermenêutico e os Obstáculos à Concretização da Constituição no Brasil**. In: NUNES, Antônio José Avelãs; COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O Direito e o Futuro** – o futuro do Direito. Coimbra: Almedina, 2008, p. 109): “Embora os avanços ocorridos na teoria do direito e as rupturas paradigmáticas nela produzidas pelas duas grandes revoluções copernicanas ocorridas no século XX (o constitucionalismo de perfil transformador e o *linguist turn*), há ainda uma resistência à essa viragem hermenêutica-ontológica, instrumentalizada em uma dogmática jurídica (que continua) refratária a uma

caso o intérprete maneje as peças do jogo de forma correta, a tão sonhada vitória com o “descobrimento da verdade” sobre o texto²⁴⁸ (deixando, ainda com Sísifo, a pedra definitivamente em cima do morro). Verdade única, que somente poderá ser contestada caso mudem algumas das palavras interpretadas. Tal posicionamento, frente ao sujeito do inconsciente, não mais pode subsistir.

Epistemologicamente, a mudança de apreensão do objeto do paradigma do ser e do sujeito, onde há uma referência metafísica, para o paradigma da linguagem, onde não há compreensão anterior sobre o sentido das palavras, puxa a Psicanálise para o centro da interpretação. Como adverte Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, a Psicanálise é fundamental para denunciar que não há possibilidade de anterior atribuição de sentido às palavras enquanto produção pulsional, pois elas “não dizem aquilo o que aparentam dizer e sobre elas o intérprete nada sabe; e nada quer saber”²⁴⁹.

Em suma: as palavras, em si, não têm um significado. São significantes sem um significado certo, pré-determinado. A determinação vem com o encadeamento dos significantes. “Una palabra no revela tan simplemente su sentido. Más bien conduce a otras palabras en una cadena lingüística, así como un sentido conduce a otros (...) El grupo de significados se organiza a partir de los nexos existentes entre las palabras”²⁵⁰.

Uma vez proposta a alteração do conceito de Lei, amparado nas premissas psicanalíticas, como não mais remetido necessariamente a uma instância simbólica, metafísica, mas representante do próprio desejo responsável do sujeito, também há uma alteração da interpretação. Não se busca mais, assim, atribuir um sentido para o texto da

reflexão mais aprofundada a cerca do papel do direito nesta quadra da história (claro que a crítica à dogmática não significa que esta não possa ser crítica). Sejam claros: no campo da interpretação do direito, não houve ainda, com a necessária suficiência, a invasão da filosofia pela linguagem. E não há como esconder essa evidência: inserido nessas crises, o jurista (ainda) opera com as conformações da hermenêutica clássica, vista como pura técnica (ou técnica pura) de interpretação (Auslegung), na qual a linguagem é entendida com uma terceira coisa que se interpõe entre um sujeito cognoscente (o jurista) e o objeto (o direito) a ser conhecido. Sempre sobra, pois, a realidade!”.

²⁴⁸ “Com efeito, o sujeito clássico – cartesiano, uno –, titular absoluto da consciência, pretende-se o descobridor fundamental do sentido, por sua posição de ‘Um’ diante do texto a ser enfrentado, legitimando retoricamente o caráter ideológico do discurso. Diante da verdade adrede existente, o intérprete irá, pelo método, reconfortar-se com a certeza de ter descoberto “A Verdade”. É um universo epistemológico pensado de forma ‘platônica’ e ‘Metafísica’, hierárquico, piramidal, verticalizante e simplista, daí seu efeito cativante”. ROSA, Alexandre Moraes da. *Crítica à hermenêutica do Conforto: a súmula (vinculante) como se imagem fosse*. In: OLIVEIRA NETO, Francisco José Rodrigues de; et al. **Constituição e Estado Social** – os obstáculos à concretização da Constituição. Coimbra: Coimbra, 2008, p. 29.

²⁴⁹ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *Dogmática crítica e limites lingüísticos da Lei*. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; LIMA, Martonio Mont’Alverne Barreto. **Diálogos Constitucionais: Direito, Neoliberalismo e Desenvolvimento em Países Periféricos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 230.

²⁵⁰ LEADER, Darian; GROVES, Judy. **Op. cit.**, p 39.

lei como “a vontade do legislador”, “o espírito do povo”, “a representação da razão”, ou o fundamento religioso da “Sua imagem e semelhança”. O fundamento é outro, próprio da ética. Interpretar é, então, agir com ética, respeitando o desejo dos outros e organizando o texto de modo a ter um sentido de acordo com as demandas da humanidade (e não só da minoria favorecida). Pois o mecanismo de interpretação das leis é utilizado, v.g., para manter o Poder nas mãos daqueles que o organizam, mais uma faceta do discurso do mestre, que aliena e subtrai a possibilidade de decisão dos (a)sujeitados. Nas palavras de Luis Alberto Warat²⁵¹:

“Mais do que ambíguo ou impreciso, o discurso da lei é enigmático. Ele joga, estrategicamente, com os ocultamentos para justificar decisões, disfarçar a partilha do poder social e propagar, dissimuladamente, padrões culpabilizantes. Conceitos ideologicamente condicionados encobrem práticas de terror racionalmente banalizadas. Utopias perfeitas explicam, com razões, a produção institucional de um sujeito de direitos sem direito à transformação autônoma da sociedade. Enfim, uma enorme carga ideológica que atravessa todo o processo de interpretação da lei”.

Interpretar é, também, voltar os olhos para a realidade, pois não há significado distante do que o significante remete como imaginário, bem como não há interpretação que passe longe do que a Constituição da República determina como princípios fundamentais, dentre eles, cidadania e dignidade da pessoa humana²⁵², nem de seus objetivos fundamentais: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades; promover o bem de todos sem preconceitos²⁵³.

Não se pode, então, contradizer aquilo que é determinado como princípio e objetivo fundamental da República. Mas somente isto não basta, porque manipulável retoricamente, mormente pelo próprio texto permitir interpretações ante o caso concreto.

Tudo porque a estrutura da realidade (reflexo da estrutura psíquica do sujeito) é fruto do entrelaçamento dos campos do real, do simbólico e do imaginário, sendo que não há separação possível entre as três dimensões²⁵⁴. Interpretar também remete a um

²⁵¹ WARAT, Luis Alberto. **Epistemologia e ensino do Direito** – o sonho acabou. Florianópolis: Boiteaux, 2004, vol. II, p. 351.

²⁵² “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

²⁵³ “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação”.

²⁵⁴ Mesmo nas estruturas psicóticas e perversas a estrutura de realidade é entrelaçada, mas de outras formas que não o nó-borromeu.

campo do real (do impossível de apreender), do simbólico (da referência das palavras) e do imaginário (daquilo que se acredita, como contraste entre o princípio do prazer e o princípio da realidade, estar conhecido através da imagem refletida do Outro no próprio sujeito).

A interpretação, assim, não prescinde de qualquer dos três registros, donde se conclui que há um limite de interseção entre eles que afere a sua validade, o limite do entrelaçamento, o ponto de basta que é dado entre aquilo que é possível dizer, como fato, simbolizável; aquilo que se não pode dizer, como impossível (equívoco, campo da verdade); e o conhecimento de um campo do saber (nunca absoluto), refletido no sujeito enquanto imaginário. Utilizar apenas um dos campos é falhar enquanto intérprete, pois a preponderância do simbólico faz com que haja uma aleatória e constante atribuição de diversos significados; a predominância do real, de “uma Verdade”, exclui as demais possibilidades e inviabiliza a democracia; e, por fim, a ênfase no campo imaginário faz da interpretação o lugar preponderante do equívoco, do engano sobre o significante.

Para o Direito, a interpretação está na interseção entre o registro do simbolizável como texto, da verdade que ele comporta, em todo inapreensível, e da bagagem cultural imaginária do intérprete, reflexo dos registros presentes no Outro. Lacan identifica no discurso leis inerentes à articulação dos significantes, de forma a respeitar sua estrutura e ser sustentável enquanto tal: “A significação como produzida, eis o que serve, como engodo, para nos encobrir o que acontece com a essência da linguagem, na medida em que, por sua essência, propriamente, ela não significa nada. O que prova isso é que o dito, em sua função essencial, não é uma operação de significação”.

Para o autor, como visto, articular a interpretação não é simples. Envolve inúmeros conceitos todos inseridos nas leis dos discursos enquanto formados por significantes livres de qualquer sentido. Destarte, incluir o discurso psicanalítico na hermenêutica envolve a compreensão de que tudo não se basta na lógica de Parmênides do “o ser é, o não-ser não é”, pois o sujeito clivado, pulsional, trabalha também com a complexidade do inconsciente, onde não vige o princípio da não-contradição. A complexidade dos discursos, porque, repita-se, todo discurso tem a necessidade inafastável de ter um sujeito (também inconsciente), é inerente à interpretação.

Sustentar-se-ia, então, que na prática é impossível uma interpretação verdadeira? Um sentido único para uma regra? Uma única solução para a interpretação de um caso concreto?

Sim, e o conceito de normas, tal como Cordero já o descrevia em 1986, em seu “Guida alla procedura penale”, é salutar para sustentar que de um texto podem ser extraídas tantas normas quantos sejam os intérpretes nelas debruçados, pois “i testi durano immobili ma il senso muta e correlativamente variano le norme, nel tempo e nello spazio”²⁵⁵.

Enfim, o sentido muda mesmo que os textos permaneçam imóveis. É que a lógica do discurso repete – sempre – os efeitos do significante²⁵⁶:

“Mais de uma coisa no mundo é passível do efeito do significante. Tudo o que está no mundo só se torna fato, propriamente, quando com ele se articula o significante. Nunca, jamais surge sujeito algum até que o fato seja dito. Temos que trabalhar entre essas duas fronteiras.

O que não se pode dizer do fato é designado, porém no dizer, por sua falta, e é isso que constitui a verdade. É por isso que a verdade sempre se insinua, mas também pode inscrever-se de maneira perfeitamente calculada ali onde só ela tem lugar, nas entrelinhas”.

Neste sentido, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho atenta para a delimitação do espaço do intérprete, o qual se traduz, justamente, nas próprias regras enquanto preenchidas por aquelas palavras, e não outras que as excluiriam, de modo a se coibir discursos absurdos e delirantes. Contudo, no cotidiano não é difícil identificar a dificuldade na imposição dos limites, tomando como exemplo as decisões *contra legem*, as quais, segundo o autor “são a prova cabal de que o texto e a regra não aprisionam o sentido e, portanto, pode ele não estar ex ante ali presente”²⁵⁷.

“Não há aprisionamento do sentido” porque a interpretação como hipótese exclusiva, unicamente correta e verdadeira não existe. O saber, como apreensão total, escapa ao sujeito. Ironicamente, disserta Lacan sobre a existência de um teorema que levaria seu nome, mas tal brincadeira é salutar para se pensar que a psicanálise está aí para demonstrar o furo, o buraco, o resto, a sobra do discurso da única “verdade”. Em suas palavras²⁵⁸:

“Quem sabe? A despeito de mim mesmo, talvez haja um dia na matemática uma coisa que será chamada de teorema de Lacan. Alguém à minha volta sugeriu isso, dias atrás. Certamente não é o que eu procuraria, porque tenho mais o que fazer, porém é justamente assim que as coisas acontecem. De tanto querer considerar fechado um discurso inacabado – e essa é efetivamente uma característica de algo que normalmente deve desembocar em outros lugares –, produzem-se efeitos de resto. Esse teorema, ainda podemos deixar seu enunciado numa obscuridade do futuro”.

²⁵⁵ CORDERO, Franco. **Guida alla procedura penale**. Torino: UTET, 1986, p. 18.

²⁵⁶ LACAN, Jacques. **Seminário 16...**, p. 65.

²⁵⁷ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Dogmática crítica...**, p. 230.

²⁵⁸ LACAN, Jacques. **Seminário 16...**, p. 205.

“De tanto querer considerar fechado um discurso inacabado produzem-se efeitos de resto”. O “teorema de Lacan” cabe bem para a interpretação do Direito. Não há fechamento completo, mas abertura no fechamento. Contudo, também é importante que seja cíclica a busca por esse fechamento do discurso, porque a interpretação depende de um fechamento momentâneo (ou como diz Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, “de uma uniformidade possível das palavras”²⁵⁹, em um sentido histórico-cultural, permeado pelos significantes trazidos pelo Outro, sem descuidar que é ele sempre passageiro.

A busca pela segurança jurídica continua, mas não ignorando a insegurança que é nela inerente; porque o significante “dia” contém, para sua compreensão, a “noite”, o “preto” contém o “branco”, o “amor” contém a “indiferença” e a “alegria” a “tristeza”. O fato dos pares antitéticos conterem um significante ao outro não significa que há insegurança, mas sim que há possibilidades não ignoradas do significante trazer como significado algo diverso daquilo que outrora significou. É o que deixou bem claro Lacan²⁶⁰:

“Eu lhes falei do dia e da noite. O dia e a noite não é de modo algum algo que seja definível pela experiência. A experiência pode indicar apenas uma série de modulações, de transformações, e mesmo uma pulsação, uma alternância da luz e da obscuridade, com toas as suas transições. A linguagem começa na oposição – o dia e a noite. E a partir do momento em que há o dia como significante, esse dia é entregue a todas as vicissitudes de um jogo por meio do qual ele acabará por significar coisas diversas”.

A suposta “insegurança” trazida pela multiplicidade de interpretações possíveis para um encadeamento de significantes não deixa de mãos atadas os intérpretes ou os destinatários da interpretação. Para tanto, a responsabilidade do intérprete deve ser com os objetivos e princípios fundamentais trazidos com a Constituição da República, atento à realidade social como pertencente a uma estrutura composta por campos do simbólico, imaginário e real. O ideal entrelaçamento deles pode tornar crível uma interpretação, mas também prescinde de perenidade, pois os nós podem ser desfeitos para, em seguida, serem organizados de outra forma. Ou, como já se metaforizou no presente item, deve-se notar que a pedra de Sísifo será novamente despencada morro abaixo, para que seu trabalho possa ser iniciado, justificado e, novamente (quase) concluído.

3.5. Psicologia jurídica relida pela psicanálise no Direito de Família: exemplo de aplicação na dogmática.

²⁵⁹ COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Dogmática crítica...**, p. 230.

²⁶⁰ LACAN, Jacques. **Seminário 3...**, p. 192-193.

Certamente um dos campos que a psicanálise mais está presente é no Direito Civil, mais especificamente, no Direito de Família. É muito freqüente a utilização da Psicanálise para estudar os litígios envolvendo os sujeitos familiares, bem como as próprias relações entre eles. Alguns conceitos são claramente fundamentados em conceitos psicanalíticos, como a paternidade sócio-afetiva, e outros têm origem indireta naquilo que é o objeto de estudo da Psicanálise: a constituição das subjetividades.

O começo está na própria constituição do sujeito, a qual se faz, v.g., segundo as explicações psicanalíticas já tecidas no capítulo 2, pela atuação do núcleo familiar, razão por que é necessária e profícua tal comunhão de esforços no sentido de conceituar, justificar e amparar as famílias. Como sustenta Luiz Edson Fachin²⁶¹, a família como fato cultural está “antes do direito e nas entrelinhas do sistema jurídico”, diferentemente da família como fato jurídico, a qual é tratada como um modelo, sendo os direitos dele decorrentes.

E, como fato jurídico, é fácil de se perceber que não só a família, mas todo o direito civil tem passado por inúmeras mudanças nestas últimas décadas. A Constituição da República trouxe um novo panorama para todo o direito civil clássico transformando a ótica em que devem ser observadas a família, a propriedade e os contratos. Nas palavras de Carmen Lucia Silveira Ramos²⁶²:

“Assim, ao recepcionar-se, na Constituição Federal, temas que compreendiam, na dicotomia tradicional, o estatuto privado, provocou-se transformações fundamentais do sistema de direito civil clássico: na propriedade (Não mais vista como um direito individual, de característica absoluta, mas pluralizada e vinculada à sua função social); na família (que, antes hierarquizada, passa a ser igualitária no seu plano interno, e, ademais, deixa de ter o perfil artificial constante no texto codificado, que via como sua fonte única o casamento, tornando-se plural quanto à sua origem) e nas relações contratuais (onde foram previstas intervenções voltadas para o interesse de categorias específicas, como o consumidor, e inseriu-se a preocupação com a justiça distributiva)”.

A concepção do direito civil passa a dar menos ênfase ao patrimônio e mais ênfase às pessoas. O importante é o ser e não o ter. Tal quadro também pode ser vislumbrado no Direito de Família, mormente quando a Constituição da República amplia a proteção de seus entes, como dispõe textualmente o art. 226²⁶³, especialmente

²⁶¹ FACHIN, Luiz Edson. **Elementos Críticos do Direito de Família**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 14.

²⁶² RAMOS, Carmem Lucia Silveira. A constitucionalização do direito privado e a sociedade sem fronteiras. In: FACHIN, Luiz Edson (coord.). **Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 10-11.

²⁶³ “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração. § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei. § 3º Para efeito da

no que condiz com o §3º, quanto à união estável, §4º, com maior ampliação da entidade familiar (formada, nos termos do artigo 226, pelo casamento, união estável e por qualquer um dos pais e seus descendentes) e §8º, com a proteção de seus membros individualmente.

A Constituição da República consagra, portanto, os valores da família plural e eudemonista²⁶⁴, na esteira das legislações infraconstitucionais e da jurisprudência dos Tribunais brasileiros que a antecederam, diferentemente do que o Código Civil de 1916 previa como ficção familiar, modelo a ser seguido e dele – somente dele – advinham direitos para seus membros, protegendo e sacramentando a instituição.

O Código Civil de 1916²⁶⁵, reflexo da cultura legalista e conservadora, suprimia alguns direitos fundamentais, tais como a igualdade entre homens, mulheres e na filiação, sendo a família reflexo de uma relação eterna, fundamentada e constituída apenas pelo sacramento do casamento. As legislações extravagantes que se seguiram ao Código, mormente a partir da segunda metade do século XXI, suprimiram algumas das falhas, mas não traduziram a realidade social vivida no último século (possibilidade de divórcio, igualdade da filiação, união estável, dentre outras), delegando aos tribunais a

proteção do estado, é reconhecida a União Estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos. § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado proporcionar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

²⁶⁴ Esta mudança da família com ênfase na instituição para a família eudemonista também não pode ser radicalizada. Ora, o importante é um equilíbrio. Como destaca Giselle Câmara Groeninga (GROENINGA, Giselle Câmara. Família: um caleidoscópio de relações. GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). **Op. cit.**, p. 138): “Como dito anteriormente, é por meio da vivência dos conflitos que o indivíduo vai se constituir e se desenvolver ao longo da vida. Conflito que é vivido entre o narcisismo e o altruísmo, entre o indivíduo e a família, que é constitutivo tanto de um quanto do outro. Conflito que também se atualiza nos ordenamentos sociais da família, que antes a colocavam acima do indivíduo, com a indissolubilidade do casamento e exclusão dos filhos havidos fora do laço/nó conjugal, e que atualmente parecem encontrar outro equilíbrio nesta dinâmica, por vezes caindo no outro extremo, do narcisismo e individualismo”.

²⁶⁵ O Código Civil de 1916, não obstante tratar-se, à época, de avanço significativo no campo da igualdade entre o homem e a mulher não demorou muito para se tornar obsoleto, persistindo no ordenamento brasileiro até 2002. Já em 1946 lecionava Pontes de Miranda (MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito de Família**. 3. ed, São Paulo: Max Limonad, 1947, vol. I, p. 42): “No Código Civil brasileiro, deu-se passo além na simetrização entre homem e mulher, porém ainda persistem desigualdades que o jurista de 1916 não pôde reduzir. Após ele, com as consequências da guerra europeia, as condições de vida mudaram sensivelmente. Exigências materiais impuseram à mulher teor diferente de atividade. Não seria possível que isso não se refletisse na elaboração do direito depois da legislação civil de 1916”.

resolução dos casos, o que gerava entendimentos diversos (uns conservadores, outros avançados para a época) sobre uma mesma matéria.

A posição das legislações extravagantes, seguidas pela jurisprudencial e doutrinária culminou por identificar a família, seguidas pela Constituição da República, como não mais apenas aquela decorrente do casamento entre um homem e uma mulher e os filhos decorrentes desta união, buscando uma nova ligação social para o conceito jurídico.

O novel conceito de família, com a utilização dos elementos psicanalíticos, é delimitado por Rodrigo da Cunha Pereira: “A partir de LACAN e LÉVI-STRAUSS, podemos dizer que família é uma estruturação psíquica em que cada membro ocupa um lugar; uma função. Lugar de pai, lugar de mãe, lugar de filhos, sem, entretanto, estarem necessariamente ligados biologicamente”.²⁶⁶

A partir das funções que cada membro ocupa legitimam-se aquelas famílias não constituídas pelo casamento, mas sim, por união estável, monoparentais, pelas uniões homossexuais. Para a constituição psíquica saudável de um sujeito, segundo a Psicanálise, não é necessário a concepção tradicional da família, razão por que tal teoria ampara a multiplicidade de formas familiares, desde que cada componente possa realizar cada uma das funções, o que poderá ser questionado pontualmente em cada caso concreto.

Isto pode ser facilmente percebido no dia-a-dia das Varas de Família, como também nos casos que ganham certa repercussão na mídia brasileira, pois o Poder Judiciário costuma dar proteção não somente às famílias tradicionais, avaliando a real situação familiar, impedindo a alta carga de preconceito social com as situações diferentes e inusitadas que surgem. Exemplo disto são os casos que envolvem as uniões de homossexuais²⁶⁷, como adoção, direito de visitas²⁶⁸ e guarda dos filhos, ou mesmo a

²⁶⁶ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Família, Direitos Humanos, Psicanálise e Inclusão social. In: **Revista Brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, v.4, n. 16, jan/fev./mar., 2003, p.8.

²⁶⁷ “União homoafetiva – companheiro – plano de saúde. Plano de saúde. Companheiro ‘A relação homoafetiva gera direito e, analogicamente à união estável, permite a inclusão do companheiro dependente em plano de assistência médica”. STJ – AgRg 971466/SP – Rel. Min. Ari Pargendler – Dje 05.11.2008, extraído de **Revista IOB de Direito de Família**. Porto Alegre: Síntese, v. 9, n. 51, dez/jan 2009, p. 224.

²⁶⁸ “FILIAÇÃO HOMOPARENTAL – DIREITO DE VISITAS. Incontroverso que as partes viveram em união homoafetiva por mais de 12 anos. Embora conste no registro de nascimento do infante apenas o nome da mãe biológica, a filiação foi planejada por ambas, tendo a agravada acompanhado o filho desde o nascimento, desempenhando ela todas as funções da maternagem. Ninguém mais questiona que a afetividade é uma realidade digna de tutela, não podendo o Poder Judiciário afastar-se da realidade dos fatos. Sendo notório o estado de filiação existente entre a recorrida e o infante, imperioso que seja assegurado o direito de visitação, que é mais um direito do filho do que da própria mãe. Assim, é de ser

competência das Varas de Família, e não das Varas Cíveis, para julgar as demandas decorrentes destas uniões²⁶⁹.

Os sujeitos pertencentes às famílias, lidas, agora, sob uma concepção eudemonista, conquistaram seus espaços e funções internas, passando a Constituição de 1988 a proteger e legitimar tais espaços, por mais que não traduzissem a idéia tradicional daquela instituição. Atenta Maria Rita Kehl que os consultórios estão lotados de pacientes que querem ter uma família “normal”, e que o padrão familiar ideal da família de classe média brasileira ainda é o tradicional, lamentando-se as pessoas ao dizer “A família não é mais a mesma”²⁷⁰.

Sim, efetivamente, “A família não é mais a mesma”. O que não quer dizer que é melhor ou pior, mas que está diferente, e como tal deve ser reconhecida e estudada também como fato jurídico.

A família, de uma concepção monolítica, torna-se plural, devendo proteger seus membros e não mais a própria instituição. Resume Luiz Edson Fachin²⁷¹:

“O ente familiar não é mais uma única definição. A família se torna plural. Há realmente uma passagem intimamente ligada às modificações políticas, sociais e econômicas. Da superação do antigo modelo da “grande-família”, na qual avultava uma unidade centrada no casamento, nasce a família moderna, com a progressiva eliminação da hierarquia, emergindo uma restrita liberdade de escolha; o casamento fica dissociado da legitimidade dos filhos. Começam a dominar as relações de afeto, de solidariedade e de cooperação. Proclama-se a concepção eudemonista da família: não é mais o indivíduo que existe para a família e para o casamento, mas a família e o casamento existem para o seu desenvolvimento pessoal, em busca de sua aspiração à felicidade”.

Identificar a pluralidade na constituição das famílias é o primeiro passo para avançar além da concepção tradicional, mas não é o único. Há que se atentar para o verdadeiro sentimento que envolve uma demanda de família, cuja qual, nem sempre, estão as partes atrás de uma divisão de patrimônio, ou de uma fixação de alimentos, mas sim do amor que um dia foram a elas dirigidas pela outra pessoa. Este amor deve ser visto tal como a psicanálise o percebe, em suas duas acepções: amor e ódio (amódio). O Judiciário repleto de demandas que, no fundo, são de sentimentos contraditórios

mantida a decisão liminar que fixou as visitas. Agravo desprovido”. TJRS – AI 70018249631 – 7ª C. Civ – Relª Desª Maria Berenice Dias – J. 11.04.2007 – extraído de **Revista Brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre: Síntese, v. 9, n. 42, jun/jul 2007, p. 103.

²⁶⁹ “União homoafetiva – ação de reconhecimento – competência. Indeferimento da inicial. Reconhecimento de união estável homoafetiva. Pedido juridicamente possível. Vara de Família. Competência. Sentença de extinção afastada. Recurso provido para determinar o prosseguimento do feito”. (TJSP – AC552.574-4/4-00 – 8ª CD Priv. – Relator Des. Caetano Lagrasta – J. 12.03.2008, extraído de **Revista IOB de Direito de Família**. Porto Alegre: Síntese, v. 9, n. 47, abr/maio 2008, p. 205.

²⁷⁰ KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). **Op. cit.**, p. 164.

²⁷¹ FACHIN, Luiz Edson. **Elementos...**, p. 289-290.

(marcados pelas pulsões e seus destinos), mascaradas por pretensões que têm o objetivo maior de encontros/reencontros/desencontros.

Rodrigo da Cunha Pereira se refere a este fenômeno como “os restos do amor no Judiciário” e Luiz Edson Fachin, por sua vez, explica as consequências do que chama de “fratura do projeto parental”²⁷²: “A presença do Estado-administração, do Estado-legislador e do Estado-juiz na família é inequívoca, e até mesmo, em diversos pontos, necessária quando se deve assegurar a observância de princípios como o da igualdade e o da direção diárquica, embora a remessa das questões familiares internas ao debate judicial constitua uma exposição da fratura do projeto parental”.

Os restos do amor no Poder Judiciário possuem, então, inúmeras formas de manifestação. Identificá-las não faz com que deixem de incidir as regras aplicáveis juridicamente ao caso concreto, mas pode abrir espaço para o nascimento de novos sentimentos (o que era amor/ódio/indiferença agora se transforma em respeito/responsabilidade²⁷³) a partir de uma ética voltada às reais necessidades das pessoas enquanto sujeitos pertencentes a uma comunidade familiar.

Neste processo de escuta diferenciada, tem suma importância não só os advogados em seus escritórios (orientando seus clientes quanto a real necessidade de se ingressar no Poder Judiciário), os promotores, nos pareceres, e os juízes nas audiências e sentenças, mas também os serviços multidisciplinares de pesquisa social e laudos periciais.

A psicologia jurídica, como se viu anteriormente, teve seu campo desvendado também para analisar os serviços de laudos multidisciplinares nas Varas de Família (o que, como visto, Muñoz Sabaté chamou de Psicologia para o Direito), com o intuito de auxiliar o Poder Judiciário trazendo subsídios psicológicos para que se chegasse a uma decisão satisfatória para o caso concreto.

²⁷² FACHIN, Luiz Edson. **Elementos ...** p. 292.

²⁷³ “É fundamental legitimar a existência do nível psíquico das emoções e desejo, ao invés de estar assujeitado a eles, seguindo, desta forma, uma pretensa racionalidade. Esta, mais própria, mas não exclusiva, da esfera mais pública – da repartição de direitos e deveres. O sentimento de culpa, inconsciente, deve ser compreendido a partir do ponto de vista subjetivo e psíquico, de modo que possa ser elaborado e, com o fortalecimento das relações familiares, possa evoluir no sentido da responsabilidade”. GROENINGA, Giselle Câmara. O direito a ser humano: da culpa à responsabilidade. *In*: GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Op. cit.**, p. 98. Mais à frente, na mesma obra, mas em texto denominado “Família: um caleidoscópio de relações”, supracitado, sustenta a autora que o campo jurídico da família é aquele da repartição de direitos e deveres, novamente jogando com a noção de que o Judiciário deve acolher a culpa sem julgamentos sobre ela por si, mas a escutando sob a ótica ética (responsabilidade).

Até os dias de hoje, o serviço multidisciplinar é muito importante, sendo seus laudos decisivos (muitas vezes sequer amparados por outros meios de provas) para o término dos processos. Por isto a psicologia jurídica, aqui sob a ótica da escuta psicanalítica, deve ser estudada e valorizada. Os relatos dos profissionais que laboram em serviços de auxílio pericial das Varas de Família são salutares para determinar o destino daqueles laços familiares discutidos juridicamente e para, até mesmo, melhor orientar as famílias envolvidas (apesar deste não ser o objetivo principal de sua execução). A escuta pelos diversos ramos da psicologia pode ser esclarecedora, mas a psicanálise permite compreender que há um outro lado, uma outra face a ser desvelada em ajuda para a solução jurídica – e ética – do conflito.

Neste sentido, a psicologia jurídica ensinada nas Faculdades de Psicologia também deve demonstrar o importante trabalho que a psicanálise pode proporcionar na releitura da disciplina.

Os peritos devem se atentar para a escuta dos envolvidos, não se limitando ao discurso enunciado, pois ele, na maioria das vezes está ensaiado dentro das regras jurídicas, para “ganhar” ou “perder” uma causa, razão por que deve ele conhecer também os dispositivos legais atinentes ao Direito de Família. A responsabilidade do perito em transcrever aquilo que observou e aquilo que pode extrair nas entrelinhas do discurso é decisiva para o processo, pois o juiz tomará seu laudo como saber técnico para decidir o conflito. Assim, não pode estar alheio às técnicas jurídicas que serão aplicadas posteriormente, sob pena de legitimar e fomentar ainda mais os conflitos (pois as partes terão um laudo técnico para dizer quem é o melhor ou o pior para permanecer na guarda dos filhos comuns, por exemplo). O psicólogo deve, assim, “contar, o máximo possível, com a participação da família, retirando-as do papel passivo que são freqüentemente relegadas no processo de perícia”, tendo, ele também, responsabilidade no momento de transferir suas observações para o processo²⁷⁴.

Outra contribuição que a psicanálise pode trazer para os litígios das Varas de Família é o trabalho de mediação. Já existem alguns trabalhos de mediação nas Varas de Família, mas nem sempre são eles orientados por profissionais especializados, sendo

²⁷⁴ BRANDÃO, Eduardo Ponte. A interlocução com o Direito à luz das práticas psicológicas em Varas de Família. In: GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (organizadores). **Psicologia jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU, 2004, 72. “O fato de o psicólogo restringir-se à tarefa pericial de definir o ‘melhor’ genitor revela aí suas limitações, pois não contribui para uma melhor qualidade das relações entre as partes litigantes, tampouco coloca em xeque a lógica adversarial presente nos encaminhamentos jurídicos. Em função do enfrentamento que se impõe, a lógica adversarial favorece o aumento de tensão entre os ex-cônjuges, sem desfazer o entendimento habitual de que ao final do processo há sempre vencidos e vencedores”.

seus projetos concretizados por estagiários e funcionários sem a devida e necessária qualificação. O investimento em pessoal é fundamental para bons resultados, inclusive com a diminuição do número de litígios. Os serviços de mediação ou núcleos de conciliação²⁷⁵ ganham mais se orientados por profissionais acostumados com a escuta psicanalítica, pois ela pode fazer ver às partes, mesmo que em pouco tempo o que está na “outra cena” do litígio, amenizando-o ou, até mesmo, evitando-o. Pois a partir do momento em que as pessoas deixam seus sentimentos para segundo plano e colocam racionalmente o problema, conseguindo vislumbrar suas responsabilidades, a demanda de família tem mais fácil resolução.

É o que relata a primeira parte do livro coordenado pela psicanalista Fernanda Ottoni de Barros, denominado “Contando ‘causo’ – Psicanálise e Direito: a clínica em extensão”, onde os alunos narram seus trabalhos junto ao serviço de Mediação da Defensoria Pública de Minas Gerais, em Belo Horizonte:

“O sujeito chega queixando-se sempre de um outro que lhe faz mal, que não presta, que não sustenta. Associa livremente através de um discurso que nos conta a história de uma vida incomum, e nessa fala é possível percebermos a depreciação do objeto amado. Cabe ao mediador, através de sua escuta, levar o sujeito a perceber que ele também tem algo a ver com as coisas das quais se queixa. Que o sujeito possa responsabilizar-se, implicando naquilo que diz, deixando de remeter sempre a um outro aquilo que também quer dizer de si”²⁷⁶.

“Inúmeras vezes recebemos casais que vêm brigando há muito tempo, sem diálogo, colocando os filhos como objeto de disputa, gerando grande mal-estar para ambos. Cada um chega com uma experiência bem particular da situação, de acordo com a maneira com que foi afetado pela conjugalidade. Remete-nos ao fato de que, quando as máscaras da paixão são retiradas, as diferenças encontradas tomam o lugar das juras de amor eterno, de completude. ‘O litígio é estrutural’ (Barros, 1996). O outro não satisfaz, não preenche, não apaga a insistente presença da falta. O altar é, então, trocado pelo tribunal. A justiça é convocada para indicar culpados, determinar o pagamento das falsas promessas”²⁷⁷.

“Estamos então diante de uma faca de dois gumes, pois de um lado a demanda de amor é uma condição constitutiva da natureza humana, e de outro é uma premissa dos nossos sofrimentos. Nos casos acompanhados durante a realização do estágio, podemos perceber que onde o litígio se encontra é necessário que haja uma mudança de posição de um perante o outro, para que as diferenças possam circular de modo que se sintam

²⁷⁵ Aqui não se descuida da diferença técnica entre conciliação e mediação, mas se colocam ambas como soluções alternativas ao litígio e privilegiadas em relação a este, pois a solução é encontrada pelas próprias partes com a ajuda de conciliadores e/ou mediadores.

²⁷⁶ SILVA, Daniela Inácia. O que a demanda vela e revela.... In: BARROS, Fernanda Ottoni de. **Contando ‘causo’ – Psicanálise e Direito: a clínica em extensão.** (cord.)2.ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 23.

²⁷⁷ SOUZA, Melissa Rodrigues. Escutar o sujeito sob o véu de uma demanda jurídica: imperativo ético nas Varas de Família. In: BARROS, Fernanda Ottoni de. **Op. cit.**, p. 31.

menos afetados, violentados subjetivamente, evitando assim possíveis desastres e até um fim trágico nos desencontros amorosos”²⁷⁸.

Ou seja, a crise familiar demonstra que as famílias estão pedindo socorro (e talvez aí esteja localizada a causa do sucesso dos “reality shows” em que uma super babá tenta mostrar o que os pais devem fazer para educar seus filhos²⁷⁹) devendo o Direito também procurar uma forma de melhor orientá-las, pela escuta dos sujeitos, orientação dos serviços multidisciplinares, pela conciliação e mediação e pela própria decisão judicial.

É preciso que se instaure, aí, uma referência que institua, principalmente, o diálogo. Uma referência que possa ser transmitida de geração a geração, que no lugar da violência familiar faça renascer as palavras e a alteridade entre as pessoas. Que no lugar de amor acabado faça surgir responsabilidade. Uma referência, antes de tudo ética, fundamentada no respeito, no diálogo e na consideração do outro como sujeito, e não mais como objeto de um sentimento, trazendo violência física e psíquica. Se “a violência aparece a partir do momento em que as palavras não têm mais eficácia”, tal como sustenta Melman²⁸⁰, deve-se permitir que a eficácia das palavras sejam retomadas, que o “um” não absorva o “outro”, que as pessoas usem como objeto de seus desejos coisas, e não a própria pessoa.

Não se deve sucumbir ao retorno do cajado, de uma referência imposta, que “aliviaria da angústia, que viria enfim dizer novamente o que se deve e o que não se deve fazer, o que é bom e o que é”, novamente nas palavras de Melman²⁸¹. Deve-se – e aí pode estar mesmo uma utopia otimista – incentivar a elaboração de uma “referência construída”, baseada na dignidade da pessoa humana, partindo de seu conceito kantiano, de que a pessoa, de forma alguma, pode ser transformada em objeto para a realização de um fim, mesmo que este fim seja social ou familiar²⁸².

A referência imposta por um dos membros da família, por um psicólogo ou pelo próprio Judiciário – isto, é, pelo “discurso do mestre” refletido na família – é frágil e permite a perpetuação da crise. O que se pode construir através da imposição judicial

²⁷⁸ SAMPAIO, Adriene Teixeira. A violência subjetiva nos desencontros amorosos. In: BARROS, Fernanda Ottoni de. **Op. cit.**, p. 51

²⁷⁹ No Brasil, o programa foi comprado pelo SBT, canal 4, e é transmitido no sábado à noite (“horário nobre”) com a denominação de “Supernanny”, protagonizado por uma psicóloga que aplica, na maioria das vezes, técnicas behavioristas.

²⁸⁰ MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade...**, p. 69.

²⁸¹ MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade...**, p. 38.

²⁸² E daí se voltar a falar da família como instituição X família eudemonista. O equilíbrio continua necessário.

talvez seja a responsabilidade e a maturidade de assumir perdas, como demonstra a narrativa dos profissionais dos serviços de mediação, mas a referência paterna, que é baseada na alteridade não pode ser imposta judicialmente.

Os operadores do direito não podem ser os incentivadores para que as famílias tomem a demanda judicial como objeto de gozo e se agarrem nela para sobreviver, buscando uma suposta vitória sobre aquele que não serve mais. Ao contrário, devem orientá-las (pelos advogados, promotores, pela mediação, serviço social ou até mesmo nas decisões judiciais) na tentativa árdua de construir uma referência que seja satisfatória para continuar vivendo – juntos ou separados – e convivendo entre si, com dignidade e respeito pela diferença identificada no outro.

Pois a família, seja social ou juridicamente, deve ser vista pelos seus membros como um refúgio de respeito pela diferença, o que implica procurar preservar este lugar referencial mesmo depois de uma estadia passageira de seus problemas no Poder Judiciário. A felicidade de seus membros depende do quanto se poderá sustentar este refúgio depois das adversidades.

“Isso foi feito para recordar-nos que, das duas uma – ou a morte não existe, há algo que sobrevive, mas a questão de se os mortos sabem que estão mortos nem por isso está resolvida – ou então não há nada além da morte, e aí é seguríssimo que, neste caso, eles não o sabem. Isto para dizer que ninguém sabe, os vivos em todo caso, o que é a morte”

Jacques Lacan

CONCLUSÃO

Faz parte da racionalidade jurídica tradicional buscar soluções para “melhorar o mundo” ou mesmo tentar cobrir todas as arestas do conhecimento, proporcionando um saber absoluto, próprio do discurso do mestre, como ensina Jacques Lacan.

Mas a psicanálise mostra que há, sim, perguntas sem respostas. Há, ainda, perguntas que, por si, têm mais importância do que as próprias possibilidades de resposta.

Diante do sujeito pulsional, que se pergunta (inconscientemente) qual o destino que deve dar a esta força constante que o permeia (retorno sobre si, transformação no contrário, recalque ou sublimação), a falta instaurada pela perda primordial, transformadora da demanda em desejo torna-se escancarada. O que fazer com a falta? Como tamponá-la? Qual é o melhor destino que se pode dar – dos quatro identificados acima – para a pulsão do sujeito?

Não há respostas certas ou erradas. Faz-se o que se quer – e também o que se não quer – para tamponar a falta, sem a necessidade de avaliação do melhor e do pior,

do certo e do errado. Mas há sim, e muito, a necessidade do próprio sujeito se responsabilizar pelo destino que escolheu (consciente ou inconscientemente) para descarga da pulsão. Esta é a ética da Psicanálise. A ética da Responsabilidade. A responsabilidade sobre o desejo, pulsional e inconsciente, mas nem por isto alheio à subjetividade.

O presente trabalho procurou demonstrar que o discurso do mestre, portador de verdades absolutas, característico do discurso jurídico, deve dar espaço – ou ao menos reconhecer a existência – do discurso do analista, que traz como fundamento a ética da responsabilidade do desejo.

Como conclusão, apresenta-se os seguintes tópicos exemplificativos, esperando vê-los questionados criticamente e, até mesmo, quem sabe, modificados futuramente, fruto do movimento contínuo da apreensão do saber:

1- A partir da complexidade inerente ao objeto epistêmico, chega-se à conclusão que um saber não pode se isolar, devendo com outro estabelecer diálogo pela pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

2- O ensino jurídico, por sua vez, deve se libertar das amarras do “discurso do mestre” e procurar proporcionar a seus destinatários uma visão crítica, que possibilite a construção de saberes, fundamentados na transmissão original, mas que não seja dela mera repetição. O saber imposto deve ser rechaçado em detrimento daquele construído pelo próprio sujeito, que dele se torna, inclusive, responsável.

3- As mudanças legislativas no currículo das Faculdades de Direito trouxeram a necessidade de inclusão interdisciplinar de conteúdos de psicologia, razão por que a releitura da psicologia jurídica, através da psicanálise é salutar, eis que proporciona a busca da subjetividade humana mais além da razão demonstrando que há, também, o campo do inconsciente.

4- A implantação dos conteúdos da psicologia nas Faculdades de Direito pode ser feita através de disciplina própria (psicologia jurídica relida como Direito e Psicanálise) ou mesmo com a diluição dos conteúdos nas outras disciplinas, desde que se atenta ao rigor técnico necessário e às formas de diálogo possíveis entre os dois discursos.

5- É um erro fazer com que se tente falar de Direito utilizando a simples e pura transposição de conceitos psicanalíticos, pois aproximar um discurso do outro é coisa completamente diferente de confundi-los, misturá-los.

6- Diante da função do Direito como regulador social do gozo, a teoria crítica, auxiliada pela Psicanálise, deve se preparar a partir do reconhecimento da importância do questionamento, ao contrário da tradicional teoria do Direito, abrindo caminho para as respostas de modo a se buscar valores éticos como a promoção da cidadania, da dignidade e da justiça.

7- Os operadores do direito, quando tratam com as demandas do Direito de Família, podem possibilitar a construção de uma referência ética entre os sujeitos, não incentivando a tomada da demanda judicial como objeto de gozo pelas partes, em prejuízo, normalmente, dos filhos e da própria dignidade humana dos envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JUNIOR, A.. **Lições de Medicina Legal**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

ALTOÉ, Sônia (coord.). **Sujeito do Direito Sujeito do Desejo**. 2.ed., Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

APPIGNANENI, Richard; ZARATE, Oscar. **Freud para principiantes**. Buenos Aires: Era Naciente, 2005.

ARRUDA JR, Edmundo L. **Ensino Jurídico e Sociedade** – formação, trabalho e ação social. São Paulo: Acadêmica, 1989.

AZEVEDO, Plauto Faraco. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1989.

BARROS, Fernanda Ottoni de (cord.). **Contando ‘causo’** – Psicanálise e Direito: a clínica em extensão. 2.ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

BASTOS, Wander Aurélio. **O ensino jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

_____. O ensino jurídico no Brasil e as suas personalidades históricas – uma recuperação de seu passado para reconhecer seu futuro. *In*: Conselho Federal da OAB. **Ensino Jurídico OAB 170 anos de cursos jurídicos no Brasil**. Brasília: OAB, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas** – magia e técnica, arte e política. (Trad. Sergio Paulo Rouanet) 7. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

BETTELHEIM, Bruno. **Freud e a alma humana**. (trad. Álvaro Cabral). 8 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias** – uma introdução ao estudo de psicologia. 13.ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

BIRNFELD, Carlos André. **Manual Prático dos Critérios de Avaliação dos Cursos de Direito**. Pelotas: Delfos, 2001.

CABAS, Antonio Godino. **O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan** – da questão do sujeito ao sujeito em questão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CAFFE, Mara. **Psicanálise e Direito**. São Paulo: Quartier latin, 2003.

CÁRCOVA, Carlos Maria. **A opacidade do Direito**. (Tradução de Edson Alkmin Cunha) São Paulo: LTR, 1998.

CERQUEIRA, Daniel Torres de; FRAGALE FILHO, Roberto. **O ensino jurídico em debate** – o papel das disciplinas propedêuticas na formação jurídica. Campinas: Millennium, 2007.

CHUEIRI, Vera Karam. A força de Derrida: para pensar o Direito e a possibilidade da justiça. **Revista Cult**. São Paulo: Bregantini, n. 117, ano 10.

COELHO, Luis Fernando. **Lógica Jurídica e Interpretação das Leis**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

CORDERO, Franco. **Guia alla procedura penale**. Torino: UTET, 1986.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. A Lei e a lei: questões de cidadania. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 21.11.1994.

_____. (coord.). **Direito e Psicanálise** – interseções a partir de “O Estrangeiro”, de Albert Camus. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2006.

_____. (coord.). **Direito e Psicanálise** – interseções a partir de “O Mercador de Veneza” de William Shakespeare. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

_____. (coord.). **Direito e Psicanálise** – interseção e interlocução a partir de ‘O Caçador de Pipas’ de Khaled Housseini. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009 (no prelo).

_____. Sonhocídio: estragos neoliberais no ensino do direito ou “La búsqueda del banquete perdido”, como diria Enrique Marí. *In*: GONÇALVES, Antônio Fabrício de Matos (organizador). **Lições de Cidadania**. Brasília, OAB, 2003.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; LIMA, Martonio Mont`Alverne Barreto. **Diálogos Constitucionais: Direito, Neoliberalismo e Desenvolvimento em Países Periféricos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã...** diálogo. (Tradução de André Telles). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 19.

DERRIDA, Jacques. **Força de Lei** – o fundamento místico da autoridade. (Tradução Leyla Perrone-Moisés). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma filosofia da libertação**. (Tradução de Jandir João Zanotelli). São Paulo: Loyola, 1986.

FACHIN, Luiz Edson. **Elementos Críticos do Direito de Família**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

_____. (coord.). **Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

FARIA, José Eduardo. **A reforma do ensino jurídico**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1987.

FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso Fernandes. **A sociologia jurídica no Brasil**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa ômega, 1975.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano** – entre a linguagem e o gozo. (Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

IORE, Umberto. **Manual de Psicologia Judiciária**. 2. Ed., Sorocaba: Minelli, 2007.

FONSECA, Ricardo M. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879) IN: **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la universidad**, v. 8, n.1, 2005.

FOCAULT, Michel. **Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. 2.ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, Carmen. **As 100 melhores histórias da mitologia**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

FREUD, Sigmund. **Cinco lições de Psicanálise – contribuições à psicologia do Amor**. (Tradução de Durval Marcondes, J. Barbosa Corrêa, Clotilde da Silva Costa, Jayme Salomão e Davi Mussa). Rio de Janeiro: Imago, 2003.

_____. **Obras psicológicas completas de Sigmundo Freud: edição standard brasileira**. (trad. Jayme Salomão). v. IV – A interpretação dos sonhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Hélio. **Medicina Legal**. 18.ed., Rio de Janeiro: Freitas Barros, 1977.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (organizadores). **Psicologia jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU, 2004.

GOODWIN, C. James. **História da Psicologia Moderna** (Tradução de Marta Rosas). São Paulo: Cultrix, 2005.

GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha; **Direito de Família e Psicanálise – rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

GROSSI, Paolo. **Mitologias jurídicas da modernidade** (Trad. Arno dal Ri Junior). Florianópolis: Boiteaux, 2004.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan**. 3.ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

KOZICKI, Kátya. A interpretação do direito e a possibilidade de justiça em Jacques Derrida. FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Crítica da Modernidade: diálogos com o direito**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

LACAN, Jacques. **Escritos**. (Tradução de Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Outros escritos**. (Tradução de Vera Ribeiro) Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

_____. **O mito individual do neurótico**. (Tradução de Cláudia Berliner). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **O Seminário, livro 1, os escritos técnicos de Freud**. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **O Seminário livro 3, psicoses**. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). 2. ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **O Seminário 11** – os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **O Seminário 16** – de um Outro ao outro. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **O Seminário, livro 17** – o avesso da psicanálise. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **O Seminário livro 20, mais, ainda.** (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). 2. ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. O simbólico, o imaginário e o real. In: **Cadernos Lacan**, 1ª Parte, Porto Alegre, APPOA.

_____. **Outros escritos.** (Tradução de Vera Ribeiro) Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

LACOMBE, Américo Jacobina. Cultura Jurídica. In HOLANDA, Sergio Buarque (org.). **História geral da civilização brasileira** tomo II. 8.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAPLANCHE, Jean; J-B, PONTALIS. **Vocabulário da psicanálise.** (Tradução de Pedro Tamen). 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEADER, Darian; GROVES, Judy. **Lacan para principiantes.** Buenos Aires: Era Naciente, 2004.

LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor** – ensaio sobre a ordem dogmática (tradução de Colégio Freudiano do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

LYRA FILHO, Roberto. **Karl, meu amigo: diálogo com Marx sobre o Direito.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1983.

_____. **Por que estudar Direito, hoje?** Brasília: Edições Nair, 1984.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho; et all. **Direito e Neoliberalismo** – elementos para uma leitura interdisciplinar. Curitiba: EDIBEL, 1996.

MARTINHO, José. **Freud e Companhia**. Coimbra: Almedina, 2001.

MAXIMILIANO, Carlos. **Aplicação do Direito**. 18.ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MELMAN, Charles. **A neurose obsessiva**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

_____. **O homem sem gravidade** – gozar a qualquer preço. (Tradução Sandra Regina Felgueiras), Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

_____. **Retorno a Schreber** – seminário 1994-95 Hospital Henri Rousselle – Paris. (Tradução de Conceição Beltrão Fleig). Porto Alegre: CMC, 2006.

MELO FILHO, Aurélio. **Metodologia do ensino jurídico**. 3.ed., Rio de Janeiro: Forense, 1984.

MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao Direito**. 3ed., Lisboa: Estampa, 2005.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito de Família**. 3. ed, São Paulo: Max Limonad, 1947, vol. I.

MORENO, Jacob Levy. **Psicoterapia de Grupo e Psicodrama**. (Tradução de José Carlos Vitor Gomes). Campinas: Livro Pleno, 1999.

NUNES, António José Avelãs; COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O Direito e o Futuro** – o futuro do Direito. Coimbra: Almedina, 2008.

OLIVEIRA NETO, Francisco José Rodrigues de; et all. **Constituição e Estado Social** – os obstáculos à concretização da Constituição. Coimbra: Coimbra, 2008.

OSBORNE, Richard. **Freud para principiantes**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Família, Direitos Humanos, Psicanálise e Inclusão social. In: **Revista Brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, v.4, n. 16, jan/fev./mar., 2003.

_____. A vitória da ética sobre a moral. In: **Revista Jurídica Del Rey**, Belo Horizonte, ano 4, n° 8, p. 7, maio 2002.

PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **A Lei** – uma abordagem a partir da leitura cruzada entre Direito e Psicanálise. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

_____. (org.). **Legalidade e subjetividade**. Florianópolis, Fundação Boiteaux, 2004.

RIGONATTI, Sérgio Paulo (coord.). **Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica**. São Paulo: Vetor, 2003.

RODRIGUES, Horácio W. **Ensino Jurídico saber e poder**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

_____. **Novo currículo mínimo dos cursos jurídicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Ensino do Direito no Brasil** – diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino. Florianópolis: Boiteux, 2002.

ROSA, Alexandre Morais da. **Decisão Penal: A bricolage de significantes**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Jacques Lacan esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento**. (Tradução Paulo Neves) São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Por que a psicanálise?** (Tradução de Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RUBIO, David Sanchez; FLORES, Joaquin Herrera; CARVALHO, Salo de (org.). **Anuário Ibero-americano de Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

SABATÉ, Lluís Muñoz; BAYÉS, Ramón Frederic. **Introducción a la psicología jurídica.** México: Trillas, 1980.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 5. Ed., São Paulo: Cortez, 2005.

_____(org.). **Semear outras soluções** – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

SCAFF, Fernando Facury. Ensino Jurídico: o controle público e social da atividade educacional. *In:* Ordem dos Advogados do Brasil. **OAB RECOMENDA** – um retrato dos cursos jurídicos. Brasília: Conselho Federal, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças** – cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOMMERMAN, Américo; MELLO, Maria F. de; BARROS, Vitória M. de (organizadores). **Educação e Transdisciplinaridade II.** São Paulo: Triom, 2002

SOUZA, Aurélio. **Os discursos na psicanálise.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

TEIXEIRA, Marcus do Rio. **Vicissitudes do Objeto.** Salvador: Álgama, 2005.

WARAT, Luiz Alberto. **A procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade.** Florianópolis, Boiteux, 2004. Vol. 1.

_____. WARAT, Luis Alberto. **Epistemologia e ensino do Direito** – o sonho acabou. Florianópolis: Boiteaux, 2004, vol. II.

WARAT, Luiz Alberto; CUNHA, Rosa Maria. **Ensino e Saber Jurídico**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. 5. Ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Crise do Direito, mudança de paradigma e ensino jurídico crítico. In: Conselho Federal da OAB. **OAB ensino jurídico** – diagnóstico, perspectivas e propostas. 2.ed., Brasília: Conselho Federal, 1996

ZIMERMAN, David; COLTRO, Antonio Carlos Mathias (orgs.). **Aspectos psicológicos na prática jurídica**. Campinas: Millenium, 2002.

ANEXO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 9, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004 (*)
*Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de
Graduação em Direito e dá outras providências.*

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CES/CNE nos 776/97, 583/2001, e 100/2002, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Direito, propostas ao CNE pela SESu/MEC, considerando o que consta do Parecer CES/CNE 55/2004 de 18/2/2004, reconsiderado pelo Parecer CNE/CES 211, aprovado em 8/7/2004, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 23 de setembro de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Direito, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do Curso de Graduação em Direito, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o trabalho de curso como componente curricular obrigatório do curso, o regime acadêmico de oferta, a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de Direito, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, bem como a forma de implantação e a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica;
- X - concepção e composição das atividades complementares; e,
- XI - inclusão obrigatória do Trabalho de Curso.

§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 3º. O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da (*) CNE. Resolução CNE/CES 9/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2004, Seção 1, p. 17 terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Art. 4º. O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências:

- I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- II - interpretação e aplicação do Direito;

III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

VII - julgamento e tomada de decisões; e,

VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

Art. 5º O curso de graduação em Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I - Eixo de Formação Fundamental, tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

II - Eixo de Formação Profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual; e

III - Eixo de Formação Prática, objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Direito estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular de acordo com o regime acadêmico que as Instituições de Educação Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por

disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O Estágio de que trata este artigo será realizado na própria instituição, através do Núcleo de Prática Jurídica, que deverá estar estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho competente, podendo, em parte, contemplar convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio das IES, para a avaliação pertinente.

§ 2º As atividades de Estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

Art. 8º As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado ou com a do Trabalho de Curso.

Art. 9º As Instituições de Educação Superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, interna e externa, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia

do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Art. 10. O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, desenvolvido individualmente, com conteúdo a ser fixado pelas Instituições de Educação Superior em função de seus Projetos Pedagógicos.

Parágrafo único. As IES deverão emitir regulamentação própria aprovada por Conselho competente, contendo necessariamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 11. A duração e carga horária dos cursos de graduação serão estabelecidas em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos no período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria Ministerial nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994 e demais disposições em contrário.

Edson de Oliveira Nunes
Presidente da Câmara de Educação Superior